



Universidade Federal
de São João del-Rei

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ISABELA DUARTE VALIN

**ANGELA DAVIS: A INTELLECTUALIDADE FEMINISTA NEGRA NOS ESTADOS
UNIDOS DE 1960 A 2018**

São João del-Rei/MG

2021

ISABELA DUARTE VALIN

**ANGELA DAVIS: A INTELLECTUALIDADE FEMINISTA NEGRA NOS ESTADOS
UNIDOS DE 1960 A 2018**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São João del-Rei como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Linha de pesquisa: Poder e Relações Sociais

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Patrícia Mattos

São João del-Rei/MG

2021

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca (DIBIB)
e Núcleo de Tecnologia da Informação (NTINF) da UFSJ,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Valin, Isabela.
V173a ANGELA DAVIS : A INTELLECTUALIDADE FEMINISTA NEGRA
NOS ESTADOS UNIDOS DE 1960 A 2018 / Isabela Valin ;
orientadora Patrícia Mattos . -- São João del-Rei,
2021.
154 p.

Dissertação (Mestrado - História) -- Universidade
Federal de São João del-Rei, 2021.

1. Angela Davis. 2. Capitalismo. 3. Desigualdades
Sociais. 4. Feminismo. I. Mattos , Patrícia , orient.
II. Título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

OUTROS Nº 1424 / 2021 - PGHIS (13.19)

Nº do Protocolo: 23122.023291/2021-66

São João del-Rei-MG, 12 de julho de 2021.

Este exemplar da dissertação intitulada "**ÂNGELA DAVIS: A INTELLECTUALIDADE FEMINISTA NEGRA NOS ESTADOS UNIDOS DE 1960 A 2018**", da mestranda **ISABELA DUARTE VALIN**, corresponde à redação final aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos seguintes membros:

Profa. Dra. Patricia Castro Mattos

Universidade Federal de São João del-Rei

Orientadora

Prof. Dr. Angela Maria Randolpho Paiva

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Examinador Externo

Prof. Dr. Euclides de Freitas Couto

Universidade Federal de São João del-Rei

Examinador interno

São João del-Rei, 02 de julho de 2021

(Assinado digitalmente em 12/07/2021 10:24)
EUCLIDES DE FREITAS COUTO
COORDENADOR DE CURSO - TITULAR
PGHIS (13.19)
Matrícula: 1920037

Para verificar a autenticidade deste documento entre em
<https://sipac.ufsj.edu.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **1424**, ano:
2021, tipo: **OUTROS**, data de emissão: **12/07/2021** e o código de verificação: **d2f4015d9f**

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a minha mãe, Elania Duarte Gonçalves, e ao meu pai, Osvaldo Valin Júnior. Obrigada por me dar amor, carinho, amparo, educação e por serem o meu alicerce sempre.

Agradeço a minha irmã, Hannah, por ter me apoiado e me dado forças nos momentos que mais precisei ao longo dessa caminhada. Agradeço também as minhas avós, Romilda e Maria, e ao meu avô Heleno, pelas orações de todos os dias e pelo apoio. Aos(As) meus(minhas) primos(as) e tias(o) pelo carinho e suporte.

Agradeço aos(as) meus(minhas) queridos(as) amigos(as) André, Bárbara, Cesar, Claudia, Cleo, Diogo, Gutierres, Igor, Julia, Marília, Matteus, Michel, Renata, Samantha, Thiago e Yuri que ajudaram de diversas maneiras no meu crescimento pessoal e profissional.

Agradeço aos(as) meus(minhas) amigos(as) e irmãos(ãs) do Grupo Fraternidade Espírita Caminho da Luz e do Núcleo Maria de Nazaré, por toda a fé, força e amparo que recebi dentro dessa casa de luz e fraternidade.

Agradeço a Angela Davis, por ter me inspirado com seu exemplo de ativismo, pensamento crítico e esperança na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, fazendo-me compreender o meu papel enquanto feminista na luta contra todas as formas de injustiça social.

Agradeço à oportunidade de ingressar no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de São João del-Rei, realizando esta pesquisa através de uma instituição de educação pública e de qualidade. Aos funcionários do programa, em especial ao Ailton Assis, por sempre ser prestativo e atencioso.

Agradeço os(as) professores(as) do PGHIS pela honra de tê-los(as) como mestres na transmissão de conhecimento e de inspiração profissional. Aos membros da banca, Prof.^a Dr.^a Angela Maria de Randolpho Paiva e Prof. Dr. Euclides Couto, pelas contribuições ao presente trabalho.

Agradeço principal e especialmente a minha orientadora Prof.^a Dr.^a Patrícia Mattos, por ter acreditado neste trabalho desde o início, pela paciência, auxílio e ensinamentos, tornando possível a realização desta pesquisa.

Me levanto
sobre o sacrifício
de um milhão de mulheres que vieram antes
e penso
O que é que eu faço
para tornar esta montanha mais alta
para que as mulheres que vierem depois de mim
possam ver além

Rupi Kaur

RESUMO

A pesquisa aqui desenvolvida tem como tema a análise da elaboração teórica e da atuação política de Angela Davis, articulando as relações entre ambas na visão da autora para pensar as possibilidades de emancipação social. O objetivo principal desta dissertação é examinar suas principais obras, mostrando as contribuições teóricas dadas pela autora para o debate sobre as desigualdades sociais, a crítica do capitalismo e os desafios e potencialidades do feminismo, levando em consideração os contextos sócio-histórico e acadêmico que influenciaram sua produção bibliográfica.

Palavras-chave: Angela Davis; Capitalismo; Desigualdades Sociais; Feminismo.

ABSTRACT

The research developed here has as its theme the analysis of Angela Davis's theoretical elaboration and political action, articulating their relations in order to think about the possibilities of social emancipation in the author's view. The main objective of this dissertation is to examine her main works, showing the theoretical contributions given by the author in the debate on social inequalities, the critique of capitalism and the challenges and potentialities of feminism, considering the socio-historical and academic contexts that influenced her bibliographic production.

Keywords: Angela Davis; Capitalism; Social Inequalities; Feminism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO 1 – A JUVENTUDE DE ANGELA DAVIS: ARTICULANDO TEORIA E PRÁTICA	15
1.1: O racismo e o Movimento pelos Direitos Civis.....	16
1.2: Angela Davis: Teoria e Práxis.....	29
CAPÍTULO 2 – O FEMINISMO NEGRO E A RELAÇÃO ENTRE SEXISMO, RACISMO E CAPITALISMO EM DAVIS	50
2.1: Pós-Segunda Guerra e as mulheres.....	51
2.1.1: Feminismos da segunda onda.....	53
2.2: Liberdade e o pensamento negro.....	58
2.3: Mulheres, Raça e Classe: Feminismos e Interseccionalidade.....	64
CAPÍTULO 3 – O NEOLIBERALISMO, A ERA PÓS-SOCIALISTA E A CULTURA EM DAVIS	78
3.1: A ascensão do neoliberalismo e o declínio do socialismo real.....	79
3.2: Crítica ao reaganismo e a luta por um feminismo transnacional.....	86
3.3: A era pós-socialista e a mudança de foco na academia e no feminismo negro.....	93
3.4: <i>Blues</i> , feminismo negro e cultura.....	98
CAPÍTULO 4 – AS CONTRIBUIÇÕES DE DAVIS PARA OS DEBATES DO FEMINISMO CONTEMPORÂNEO	111
4.1: Complexo Industrial-Prisional e o Abolicionismo Penal.....	112
4.2: Feminismo para 99% e a atualidade do pensamento de Davis.....	128
4.3: Davis no Brasil.....	134
CONSIDERAÇÕES FINAIS	140
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	144

INTRODUÇÃO

“A existência do pensamento feminista negro sugere que sempre existe escolha e poder para agir, não importa o quão desoladora pareça a situação. Reconhecer que o mundo está em formação chama a atenção para o fato de que cada um/a e cada um de nós é responsável por transformá-lo.”

Patricia Hill Collins

Angela Yvonne Davis (1944 –) é sem dúvida uma das principais feministas da contemporaneidade. Ela dedicou sua produção acadêmica e sua vida ao compromisso de discutir a lógica da exclusão capitalista, buscando estabelecer as relações entre as estruturas de opressão social engendradas pelo racismo, pelo sexismo e pelo classismo. Sendo uma das pioneiras do feminismo negro acadêmico, na sua teoria e atuação política, Davis chamou atenção para os problemas e limitações de se pensar o sujeito político do feminismo a partir de uma visão homogênea de “mulher”, afirmando a necessidade de articulação das categorias sociais — sexo/gênero, raça e classe — para analisar as desigualdades de gênero, as lutas feministas e os desafios para a emancipação social. A autora foi uma das precursoras do debate feminista sobre a interseccionalidade, ainda que não tenha cunhado esse termo, afirmando que as categorias gênero, raça e classe atuam, de forma articulada, na produção e reprodução de desigualdades e hierarquias sociais.

A pesquisa aqui desenvolvida tem como tema a análise da reflexão teórica e da atuação prática de Davis. O objetivo fundamental desta dissertação é examinar suas principais obras, mostrando as contribuições dadas pela autora para as teorias feministas e a crítica do capitalismo, levando em consideração os contextos sócio-histórico e acadêmico que influenciaram sua produção bibliográfica. Além disso, pretende-se também investigar como Davis compreende a relação entre a elaboração teórica e as lutas sociais. Desse modo, esta pesquisa busca sistematizar o pensamento de Davis, demonstrando suas contribuições para o debate sobre as desigualdades sociais e suas propostas para combatê-las.

Esta pesquisa tem caráter bibliográfico, isto é, realizamos uma análise aprofundada de livros e textos de Davis, selecionados por sua relevância no conjunto das distintas fases de suas publicações. A ideia é debater as teses desenvolvidas em suas obras, os pressupostos teórico-metodológicos, bem como as discussões que ela trava com seus pares e as lutas sociais de seu

tempo. Dividimos a sua reflexão teórica em três fases, a saber: 1) dos anos 1970 até início dos anos 1980 — pensamento negro: relação entre gênero, raça e classe; 2) dos anos 1980 ao fim dos anos 1990 — crítica ao neoliberalismo e ao feminismo liberal, cultura negra e resistência, 3) dos anos 2000 até nossos dias — o abolicionismo penal, a crítica ao capitalismo neoliberal e a construção de um “feminismo para os 99%”. Ainda que seja possível notar ao longo dessas fases sua preocupação em avaliar os efeitos e as inter-relações do racismo, do sexismo e do classismo, essa separação em fases de sua produção bibliográfica é feita para mostrar as nuances, matizes e nexos prioritários das análises da autora sobre esses temas. Isso porque essas fases estão relacionadas ao diagnóstico que Davis faz do seu tempo para pensar as potencialidades e obstáculos para as mudanças sociais emancipatórias. Essa divisão em fases não representa rompimentos e rupturas com os pressupostos teórico-metodológicos de suas obras de juventude, mas sim percepções sobre as mudanças sociais e suas diferentes respostas para refletir sobre as formas de dominação social e as possíveis saídas para superá-las.

No primeiro capítulo, faremos um retrospecto da história afro-americana, desde o pós-abolição até o movimento pelos direitos civis, com o objetivo de compreender os componentes sócio-históricos presentes na segregação racial nos Estados Unidos e a luta da população negra pela garantia dos direitos fundamentais dos afro-americanos. Por meio dos conflitos que fizeram parte da Guerra de Secessão (1861–1865)¹, com a vitória da União sob os Confederados, a abolição da escravidão foi conquistada em 1863. Entretanto, a carta de alforria não seria suficiente para garantir aos ex-escravizados a plenitude de seus direitos enquanto cidadãos. Cientes da necessidade de agir politicamente para que a população negra pudesse gozar de maneira plena a sua liberdade, uma parcela das forças políticas do Partido Republicano atuou ativamente buscando fornecer à população negra os direitos fundamentais do voto e da educação. Entre 1866 e 1877, vigoraram no país as chamadas Leis de Reconstrução que buscavam garantir a almejada cidadania aos negros. Após o fim da Guerra Civil, uma série de sanções aos estados do Sul foram aplicadas pelo governo federal, como a intervenção de militares nos governos estaduais e a desapropriação de terras de latifundiários da região. Por reação a essas medidas, grupos de supremacistas brancos, que se sentiram lesados, começaram a se organizar em torno de ideologias racistas e praticar ataques contra a população negra. Com

¹ Como ficou conhecida a Guerra Civil norte-americana, consistiu no confronto entre os estados do Norte (União) e os estados do Sul (Confederados). Este conflito ocorreu devido a divergências dessas duas regiões sobre as políticas econômicas e comerciais. Enquanto o Sul tinha sua economia baseada em um capitalismo agrário, o Norte almejava a expansão do capitalismo industrial. Sendo assim, o Sul defendia a manutenção da escravidão da população negra em contraposição ao Norte, que defendia a abolição da escravidão em todo o território nacional (JENKINS, 2012, p. 142).

o passar do tempo, esses grupos que também tinham representantes na política conseguiram recuperar o controle dos estados sulistas e aplicar as leis segregacionistas, que suspenderam o direito ao voto dos negros e privavam essa parcela da população de ocupar determinados espaços em restaurantes, escolas e meios de transporte. As chamadas Leis Jim Crow², como ficaram conhecidas, entraram em vigor a partir de 1876 e tiveram fim apenas em 1965, quando o movimento negro conquistou a retomada dos direitos civis da população afro-americana.

Através desse panorama, objetivamos compreender o contexto que forneceu as bases para a luta contra o racismo, tendo influenciado os movimentos antirracistas nos Estados Unidos, nas décadas de 1960 e 1970, que exerceram grande impacto sobre a formação acadêmica e atuação política de Davis. Será na eclosão dos movimentos antirracistas que Davis comprometer-se-á com a luta política para combater as desigualdades sociais. Se, de início, Davis se dedicou ao estudo da literatura francesa na academia, ao conhecer Herbert Marcuse ela se volta para os estudos da Teoria Crítica, tendo, em 1965, recebido uma bolsa para estudar na Alemanha sob orientação de Theodor W. Adorno. Com o acirramento das lutas antirracistas nos Estados Unidos, Davis decide interromper seus estudos com Adorno para voltar ao seu país em 1967. Nesse momento, aproxima-se de Marcuse, que não só assumirá a função de orientá-la no seu retorno para os Estados Unidos, como também será um autor de grande influência no seu pensamento. Neste capítulo, discutiremos o contexto histórico-político que desencadeou a luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, refletindo sobre o envolvimento de Davis com a política e sua formação acadêmica. O intuito aqui é mostrar que Davis é uma intelectual militante, ou seja, sua identidade enquanto acadêmica não se separa de sua luta política. Ela fez da sua vida um símbolo da militância negra, feminina e radical nos EUA. Mostraremos as relações que a autora traça entre a reflexão teórica e sua luta política. Serão apresentados alguns aspectos de sua autobiografia escrita em 1974, na qual a autora retrata sua luta política nesse período. Nota-se que, em função de sua origem social, ela percebeu desde muito cedo os efeitos danosos do racismo e das desigualdades sociais.

No segundo capítulo, traçaremos um panorama sócio-histórico das mudanças que ocorreram nos Estados Unidos após o fim da Segunda Guerra Mundial e que impactaram, direta e indiretamente, a realidade das mulheres, proporcionando o aumento do número de trabalhadoras fora do ambiente doméstico. Fruto dessas mudanças, ocorre a ascensão do

² “Personagem criado pelo ator Thomas D. Rice, que, usando maquiagem *blackface*, satirizava pessoas de cor com sua música ‘Jump Jim Crow’. Posteriormente, o personagem Jim Crow acabou dando nome para leis (Jim Crow Laws)” (SANTANNA, 2017, p. 11).

feminismo da segunda onda na década de 60, que revela o sexismo e o androcentrismo presentes não só nas esferas pública e privada, mas, inclusive, nas políticas públicas do Estado de Bem-Estar Social. Nesse período, também surgem outras correntes feministas que ampliavam o debate sobre o sexismo, como o feminismo negro. O feminismo negro critica o movimento feminista por homogeneizar a categoria “mulher” e elaborar sua agenda de lutas a partir das necessidades e reivindicações das mulheres brancas, de classe média, ignorando as especificidades que as mulheres negras enfrentavam em suas realidades. Esse contexto é importante para que possamos compreender o papel que Davis desempenha enquanto intelectual e pioneira no pensamento feminista negro na academia.

Nesse capítulo, serão discutidas as obras de juventude de Davis, que estão inseridas em um contexto de ampliação dos estudos sobre a história e o pensamento afro-americano através dos *Black Studies*. Em seu livro *Lectures on liberation*, de 1971, a autora trata sobre o tema da liberdade, que é tão caro para ela e para o movimento negro, através do pensamento de Frederick Douglass, que foi um dos maiores afro-americanos abolicionistas dos Estados Unidos. Já em seu livro *Mulheres, raça e classe*, publicado em 1981, o qual a projetou como uma das principais intelectuais negras acadêmicas, sendo considerado um dos marcos para o feminismo negro, a autora aponta a relevância da interconexão entre os marcadores sociais da diferença — sexo/gênero, raça e classe. Para Davis, não é possível compreender os mecanismos que atuam na vida das mulheres sem perceber as diferenças entre elas e o papel de subordinação a que mulheres trabalhadoras e negras estão sujeitas no capitalismo. Davis exerceu um importante papel como uma das primeiras intelectuais negras, tendo influências de correntes de pensamento crítico como o marxismo, a Teoria Crítica e o feminismo negro. Nessa época, ela estabelece críticas ao feminismo ‘branco’ que reproduz o racismo e o classismo, propondo um olhar para a questão feminina, relacionando sexismo, racismo e capitalismo.

O terceiro capítulo abordará o impacto da era “pós-socialista” e da ascensão do neoliberalismo para as lutas políticas daquele período, salientando a virada na pauta dos movimentos sociais — da redistribuição para o reconhecimento. Nesse contexto, as teorias sociais passaram a ficar cada vez mais voltadas para os estudos culturais, enquanto o movimento feminista passa a se voltar, principalmente, para o combate das injustiças de gênero no âmbito cultural. A segunda fase das publicações de Davis ocorre entre os anos 1980 e 1990. Entre 1983 e 1987, ela desenvolve sua reflexão sobre as políticas neoliberais adotadas pelo presidente Ronald Reagan, que geraram o crescimento das desigualdades sociais e novas formas de opressão social, especialmente para as mulheres negras e os pobres nos Estados Unidos.

Suas críticas também se estendem ao feminismo liberal³, que ignorava as desigualdades promovidas pelas políticas de austeridade econômica adotadas pelo neoliberalismo e seu impacto, especialmente na vida das mulheres negras da classe trabalhadora. Os textos e palestras sobre essa questão são publicados no livro *Mulheres, cultura e política*, de 1990. Apesar de desenvolver uma crítica ao neoliberalismo nos anos 1980, na década de 1990, ela volta o seu olhar para o resgate do caráter progressista e de resistência da cultura negra através do estudo do *blues* feminino e sua relação com o feminismo negro, como podemos ver em seu livro *Blues Legacies and Black Feminism: Gertrude “Ma” Rainey, Bessie Smith, and Billie Holiday*, de 1999. O que pretendemos demonstrar nesse capítulo é que, apesar de continuar se declarando como uma pensadora socialista, nos anos 1990, não havia uma conjuntura favorável para o desenvolvimento de uma crítica ao capitalismo que pudesse vislumbrar potencialidades efetivas para lutas anticapitalistas.

No quarto capítulo, serão examinadas as obras de Davis publicadas a partir dos anos 2000, nas quais a autora passa a abordar as lutas pela liberdade e pela emancipação social, criticando o Estado e suas instituições de repressão que, no contexto do capitalismo neoliberal, promovem o encarceramento em massa da população negra e de minorias raciais/étnicas. Davis observa que o crescimento do aprisionamento massivo de negros tem ligação direta com o aumento das desigualdades sociais provenientes das políticas neoliberais, que acabaram com as políticas de pleno emprego e de redistribuição de renda. Nesse período, o Estado deixou cada vez mais de promover saúde, educação e segurança, em benefício das empresas privadas, que começaram a dominar esses setores, transformando direitos básicos em ferramentas para geração de capital. Partindo dessa análise, a autora também destaca o papel que o Complexo Industrial-Prisional⁴ exerce é fundamental para que a população carcerária seja cada vez maior, promovendo o aumento da mão de obra apenada e dos lucros dos conglomerados que estão ligados ao aparelho de repressão, como a indústria bélica. Esses temas são desenvolvidos em seus três livros publicados nesse período: *Estarão as prisões obsoletas?*, de 2003; *Democracia*

³ O feminismo é um movimento social plural e heterogêneo, que apresenta em si diversas vertentes que compartilham algumas ideias em comum, mas também é carregado de dilemas e tensões em virtude da pluralidade de mulheres que o compõe. O feminismo liberal compreende que a igualdade de gênero será alcançada através da conquista de liberdades individuais e igualdade entre mulheres e homens, sobretudo, no mercado de trabalho. O que é problemático nessa corrente feminista também chamada de feminismo neoliberal é a reafirmação da ideologia meritocrática e de uma noção de empoderamento feminino em consonância com os imperativos do capitalismo (SILVA, VENTURA e KRITSCH, 2009; ARRUZZA, BHATTACHARYA e FRASER, 2019).

⁴ Esse conceito é designado para tratar do grande número de empresas e multinacionais que se beneficiam direta e indiretamente da política de aprisionamento e de repressão dos Estados capitalistas. “A indústria da punição está no radar de incontáveis corporações nas indústrias de manufatura e de serviços. Os presídios são identificados por seu potencial de consumidores e de mão de obra barata” (DAVIS, 2019a, p. 37–38).

da abolição: Para além do império, das prisões e da tortura, de 2005; e *A Liberdade é uma luta constante*, de 2015. Além dessas temáticas, Davis também aborda nessas obras os novos dilemas e as novas possibilidades das lutas sociais no século XXI. Com a crise financeira de 2008, voltam a surgir na teoria social os debates sobre as teorias das crises do capitalismo (MACIEL e MATTOS, 2020), sendo também revigorada a crítica ao capitalismo no âmbito do feminismo, culminando, em 2018, numa articulação entre as feministas, encabeçada por Davis, Nancy Fraser e outras intelectuais, em nome de um “feminismo para 99%”. Inspiradas no movimento *Occupy Wall Street*, as feministas denunciam o crescente aumento das desigualdades na distribuição de renda e riqueza nos Estados Unidos e no mundo, que beneficia apenas 1% da população mundial, convocando as mulheres a se unirem em torno de um *feminismo para 99%*, que incluía não só a diversidade e a maioria das mulheres, mas que se alie também a outros movimentos sociais na luta contra o capitalismo financeirizado e neoliberal. Por fim, falaremos sobre as recentes publicações da obra de Davis no Brasil, o contexto histórico e as possíveis motivações para o fato de tais obras estarem sendo traduzidas para o português nos dias atuais.

CAPÍTULO 1 – A JUVENTUDE DE ANGELA DAVIS: ARTICULANDO TEORIA E PRÁTICA

“Eu estou ciente da inter-relação entre todas as comunidades e todos os Estados. Não posso ficar sentado, inerte, em Atlanta, sem me preocupar com o que acontece em Birmingham. A injustiça num lugar qualquer é uma ameaça à justiça em todo o lugar.”

Martin Luther King

Vinda da classe trabalhadora, Davis nasceu em 1944, em um país colonizado, com altos índices de desigualdade social. Davis conseguiu ocupar espaço em um meio composto majoritariamente por intelectuais brancos de classes média e alta. Apesar disso, ela não se limitou a se transformar em uma intelectual tradicional. Como intelectual, sempre esteve comprometida com a consciência crítica e com o conhecimento voltado para o desvelamento da dominação social que possa também inspirar a articulação das classes dominadas. Em sua atuação como professora, desempenhou o papel de intermediar o conhecimento, dedicando sua produção intelectual a observar a realidade material de grupos políticos minoritários. Por conseguir ter acesso a recursos teóricos e econômicos, escolheu usar o conhecimento em benefício desses grupos, ou seja, promovendo debates públicos, levantando discussões em uma linguagem acessível a todos, acadêmicos ou não, desenvolvendo pesquisas que trazem à luz as formas de opressão e exclusão social.

Com o objetivo de compreender as lutas antirracistas que têm início em meados da década de 1950, com o Movimento pelos Direitos Civis, buscamos aqui traçar um panorama dos processos históricos que decorrem desde a abolição da escravidão nos Estados Unidos e desempenham um papel fundamental na trajetória e nas lutas da população negra, com o intuito de analisar os percursos intelectual e político de Davis. Não queremos aqui adotar uma perspectiva determinista, concebendo o indivíduo como mero reprodutor das normas e valores sociais. Ao contrário, buscamos observar a construção do potencial transformador e questionador do pensamento radical que Davis elabora, além de sua relação com problemas, desafios e dilemas de sua época.

Neste capítulo, procuramos relacionar sua biografia com o *Zeitgeist* (espírito do tempo) acompanhando as transformações culturais, econômicas, políticas e sociais dos anos 1960 e

1970. A proposta aqui é entrelaçar os fatos da vida pessoal de Davis — origem social, formação básica, trajetórias acadêmica e política de sua juventude — com os momentos históricos em que esses fatos se dão, demonstrando como ela foi impactada, direta ou indiretamente, pelas lutas sociais dessa época, buscando agir para a mudança social.

1.1: O racismo e o movimento pelos Direitos Civis

Para apresentar a teoria e trajetória de Davis, é fundamental que possamos compreender as demandas do movimento negro, ou seja, é necessário perceber as formas de construção social e histórica do racismo estrutural, que concernem à integração da hierarquização racial à organização econômica e política. De acordo com Silvio de Almeida (2018), todo racismo é fundamentalmente estrutural.

O racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam (ALMEIDA, 2018, p. 25).

A estruturação do racismo vem desde o período da escravidão e perdura até os dias de hoje na sociedade americana, adquirindo novas formas de manifestação ao longo do tempo. A desigualdade racial que encontramos na atualidade decorre de consequências diretas das ideologias racistas que foram implementadas e cultivadas desde a escravidão. Por isso, é necessário historicizar como ocorre a transição da escravização para a “libertação” do povo negro.

A abolição da escravidão foi conquistada nos Estados Unidos, em 1863, em meio a um longo período de conflitos que culminaram na Guerra de Secessão (1861–1865), em que os estados do Sul escravagista (Confederados) foram derrotados pelo Norte capitalista (União) (NUNES, 2014, p. 133). As consequências de uma Guerra Civil são muito profundas para uma nação; em um conflito em que todos os combatentes eram americanos, as perdas humanas e materiais são compartilhadas por todo o país, independentemente do lado em que lutaram durante a guerra. De acordo com Jenkins (2012), ao todo foram mais de 620 mil mortos. Além

do número exorbitante de mortos, o prejuízo material gerado pela Guerra Civil teve grande impacto no Sul do país.

A destruição da estrutura industrial e dos caminhos-de-ferro desfez praticamente grande parte do progresso realizado nos anos anteriores à guerra, e as finanças estaduais estavam num caos. Só a abolição da escravatura levou à confiscação de propriedades no valor de milhares de milhões de dólares (JENKINS, 2012, p. 142).

O maior desafio posterior ao fim da Guerra de Secessão era promover a unificação nacional. A questão que se colocava era: como integralizar os estados para a formação de uma nação? Ainda, de acordo com Jenkins (2012), não era possível tratar os cidadãos dos estados confederados como inimigos nacionais. Uma das saídas encontradas foi reintegrar os estados com a condição de que fizessem um juramento de lealdade à pátria, e assim foi feito. As tensões entre os campos opostos foram amenizadas, entretanto, alguns membros do Partido Republicano, que faziam parte do movimento abolicionista, consideravam esta medida muito branda, além de chamar atenção para a necessidade de integrar a população negra como cidadãos de direito. Os Republicanos defendiam que era urgente que fossem concedidos aos negros os Direitos Civis plenos. É bem verdade que o Partido Republicano não era uníssono, quer dizer, existiam fortes conflitos internos dentro do partido que “terminaram por debilitar sua intervenção nos Estados sulistas” (PAIVA, 2010, p. 88). Os Republicanos Radicais do *The Bureau of Refugees, Freedmen and Abandoned Lands* [1865–1872]⁵ acabaram se sobressaindo dentro do Partido Republicano, defendendo o modelo de economia capitalista do Norte, sistema de classes baseado na modernização e no desenvolvimento, enquanto os conservadores defendiam um “sistema de *plantation* que ensejava relações de classe paternalistas e conservadoras” (PAIVA, 2010, p. 88). É inegável que os Republicanos Radicais tiveram um papel importante na promoção da cidadania dos libertos. O Partido Democrata, por sua vez, defendia o antigo sistema escravocrata, de segregação racial, estando ligado aos valores da “supremacia branca” (PAIVA, 2010, p. 89).

Para dar início a uma integração nacional mais efetiva, assim como defendiam os Radicais Republicanos, em 1865, foi aprovada a 13ª emenda, que proibia a escravidão nos Estados Unidos.

Não haverá, nos Estados Unidos ou em qualquer lugar sujeito a sua jurisdição, nem escravidão, nem trabalhos forçados, salvo como punição de um crime pelo

⁵ “Foi uma instituição que faz parte do legado deixado por [Abraham] Lincoln [1861–1865] e que teve fundamental importância no início do processo de inclusão dos negros na cidadania norte-americana. [...] The Bureau of Refugees, Freedmen and Abandoned Lands possuía sede em Washington D.C e tinha mais onze bases operacionais nos antigos estados confederados. Estabelecido legalmente em 1865, o Bureau era comandado por um oficial do exército nomeado pelo presidente dos Estados Unidos e aprovado pelo Senado” (XAVIER, 2016, p. 10).

qual o réu tenha sido devidamente condenado (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 1865).

A exceção da legalidade do trabalho forçado para a população carcerária teve um grande impacto para a população negra no pós-abolição, como veremos no próximo capítulo. Davis mostra que, nesse período, houve um aumento expressivo na prisão de pessoas negras, sem que tenha aumentado o número de crimes cometidos por essa parcela da população. De acordo com a autora, essa foi uma das formas usadas para seguir “escravizando” mulheres e homens negros (DAVIS, 2016, p. 123). O impacto dessa lei permanece até os dias de hoje, e retomaremos no quarto capítulo dessa dissertação a discussão sobre as consequências da 13ª emenda para os negros nos Estados Unidos e a relação dessa lei com as lutas pelo Abolicionismo Penal⁶ defendidas por Davis. Por enquanto, é necessário que saibamos que, apesar da abolição da escravidão ser garantida pela Constituição, isso não significava que a população negra havia se tornado cidadã e que estava protegida.

Por pressão dos Republicanos, o governo dos Estados Unidos passou a intervir militarmente no Sul, trocando os seus governadores por militares, entre outras medidas. Esta intervenção causou revolta na população branca desses estados. Entre 1866 e 1871, vários massacres passaram a ocorrer em vários estados do Sul como Arkansas, Carolina do Sul, Mississippi, Luisiana, Texas e Tennessee, com mais de 4 mil mortos, entre negros e brancos apoiadores das causas antirracistas (JENKINS, 2012, p. 147). Foi nesse período, em 1866, que o grupo supremacista branco Ku Klux Klan nasceu no Tennessee e se espalhou por outras partes do país. Esses grupos racistas praticavam o linchamento, a perseguição e a execução de pessoas negras. Essas ações eram incentivadas socialmente e toleradas pelas leis, uma vez que os responsáveis dificilmente eram punidos (SOUSA, 2006, p. 10).

Em 1866, o Congresso aprovou as chamadas Leis da Reconstrução, instaurando a 14ª emenda que estendia os direitos civis para todas as pessoas, brancos e negros, e a 15ª emenda que dava o direito ao voto a todos os cidadãos do sexo masculino. Após 1873, essas emendas passaram a não ser válidas para os libertos (JENKINS, 2012, p. 147). O curto período da Reconstrução (1866–1877) representou um “verdadeiro resgate da cidadania dos negros, orquestrado pelos Republicanos Radicais do *Freedmen Bureau* e pelas associações religiosas missionárias, com forte participação das igrejas nortistas” (PAIVA, 2010, p. 87). Nesse período, os negros conquistaram direitos políticos, constituindo um tempo de grandes mudanças. “A

⁶ “O abolicionismo penal é uma prática libertária interessada na ruína da cultura punitiva da vingança, do ressentimento, do julgamento e da prisão. Problematiza e contesta a lógica e a seletividade sócio-política do sistema penal moderno, os efeitos da naturalização do castigo, a universalidade do direito penal e a ineficácia das prisões” (PASSETI, 2016, p. 83).

presença das associações missionárias era uma constante para a fundação de hospitais, escolas, juntamente com os programas de governo radical que intentavam lançar as bases para a emancipação também política da comunidade negra recém-libertada” (PAIVA, 2010, p. 87). Além de adquirirem representação política, foi feito um grande investimento pelo *Freedmen Bureau* na área de educação para os libertos, lançando as “sementes” para a conquista dos direitos políticos e civis dos negros no século XX (PAIVA, 2010, p. 93). Os negros eram a maioria da população nos estados do Sul, passaram a poder desempenhar cargos de importância nos governos, e alguns conseguiram ascender socialmente, criando as próprias redes eleitorais e organizando-se, principalmente, através de grupos ligados às igrejas negras. Os negros que conseguiam ascensão econômica se dedicaram a fundar escolas e universidades para pessoas negras terem acesso à educação, as chamadas *Historically Black Colleges and Universities* (HBCUs)⁷ (JENKINS, 2012, p. 147–148). A proposta dos Republicanos Radicais para emancipar os negros economicamente e desmantelar o poder político dos latifundiários do Sul era distribuir as terras desapropriadas destes plantadores entre os libertos. Essa ideia nunca foi posta em prática, sendo vista como um “choque para o sistema sociopolítico do país” (PAIVA, 2010, p. 89). Depois do assassinato do presidente Abraham Lincoln, em 1865, foi dada uma anistia para os grandes proprietários de terra, que conseguiram recuperar suas propriedades.

A reação dos conservadores escravagistas às conquistas dos negros foi se consolidando. Os supremacistas brancos, que passaram a se organizar em grupos como a Ku Klux Klan, formaram a Liga Branca e, a partir de 1874, começaram a reconquistar todos os estados que estavam sob intervenção militar, acabando com os redutos eleitorais Republicanos (JENKINS, 2012, p. 148). “[...] a reação branca, denominada Redenção, se fez presente e passou a advogar sua soberania regional com o slogan *home rule*, cuja tradução política seria ‘supremacia branca’. Houve, portanto, uma retirada estratégica do *Bureau* em nome da unidade nacional” (PAIVA, 2010, p. 83). Em 1877, as tropas federais se retiraram dos estados do Sul. O radicalismo racista acabou ganhando força com a retomada do poder, e, a partir da década de 1870, passaram

⁷ “Historicamente as Black Colleges and Universities (HBCUs) são as únicas instituições nos Estados Unidos que foram criadas com o propósito expresso de educar cidadãos negros. Essas instituições foram estabelecidas durante as décadas após a Guerra Civil até 1964. Muitos foram iniciados pelo Freedmen’s Bureau do governo federal com assistência de brancos - principalmente abolicionistas missionários e filantropos do Norte, que queriam cristianizar negros ou treiná-los para suas indústrias. Os Afro-americanos, através da metodista africana Igreja Episcopal, também estabeleceram HBCUs. Até meados da década de 1960, os HBCUs eram, com muitas poucas exceções, a única opção de ensino superior para a maioria dos afro-americanos [...]. Hoje, os 105 HBCUs matriculam 11% dos negros estudantes nos Estados Unidos, mas eles representam menos de 3% das faculdades e universidades do país. Essas instituições são públicas e privadas, religiosas e não sectárias” (GASMAN, 2013, p. 5, tradução nossa).

a vigorar as leis segregacionistas, conhecidas como Leis Jim Crow. Em 1896, o Supremo Tribunal revogou oficialmente as Leis dos Direitos Civis.

No período de vigência formal da Jim Crow, os negros eram impedidos de ocupar e transitar em determinados espaços da cidade, não podiam votar e tinham maior dificuldade para aquisição de imóveis ou móveis, bem como podiam estudar apenas nas escolas específicas para negros. A relação profissional e interpessoal entre brancos e negros era socialmente regulada e, em regra, juridicamente proibida (BATISTA e DÉUS, 2019, p. 297).

Em alguns estados do Sul, o casamento inter-racial também era criminalizado (BRITO, 2016, p. 108). Estas leis duraram por 90 anos, deixando sequelas até hoje na realidade americana; enquanto esses regimes beneficiaram amplamente a aristocracia e uma parcela de trabalhadores brancos, a população negra foi amplamente explorada, empobrecida e oprimida (BRITO, 2016, p. 21). Além disso, essas leis tiveram um grande impacto na capacidade de mobilização da população negra para reagir às injustiças raciais, os constantes ataques sofridos, tanto por parte do Estado quanto dos grupos supremacistas brancos, inibiam a articulação de resistência da comunidade negra. “O sistema Jim Crow trabalhou para estampar nos negros a ideia de que estes constituíam uma população subordinada, ao forçá-los a viver em uma sociedade separada e inferior” (MORRIS, 1999, p. 518). Por isso, um dos grandes desafios para os Movimentos pelos Direitos Civis, que surgiram na década de 1950, era fortalecer as comunidades negras, para que elas se sentissem capazes de derrubar o regime segregacionista.

A maior parte dos negros recém-libertos não teve contrapartida duradoura do Estado para integrá-los à sociedade, tampouco pôde usufruir do direito a ressarcimento pelos anos de trabalhos forçados. Após o fim do período da Reconstrução, a maioria da população negra não tinha terras, não tinha direitos civis, renda, escolarização ou propriedades. Muitos voltaram a trabalhar para seus antigos senhores por salários inferiores aos de trabalhadores brancos. Dessa forma, retornavam ao trabalho análogo à escravidão, gerando um círculo de dependência e dívidas entre patrões e empregados que perdurava por gerações (MORRIS e TREITLER, 2019, p. 21–22). Nos EUA, no pós-abolição, foram designadas medidas legais que adotavam o racismo como política de Estado para manter a segregação racial, limitando a integração da população negra na sociedade. De acordo com Morris e Treitler, o segregacionismo consistiu num “sistema brutal de dominação racial, legitimado pela lei, pela violência e pelos costumes” (MORRIS e TREITLER, 2019, p. 23). Durante o período segregacionista, os negros se organizaram em associações e grupos antirracistas, alguns deles contando com a participação de aliados brancos também. Nesse momento, foi fundada a Conferência da Liderança Cristã do Sul [1957] (SCLC, sigla em inglês), o Comitê de Coordenação Não Violenta dos Estudantes

[1960] (SNCC, sigla em inglês) e o Congresso de Igualdade Racial [1942] (CORE, sigla em inglês), entre outras ligas (JENKINS, 2012, p. 234). A Associação Nacional para o Progresso dos Povos de Cor (NAACP, sigla em inglês)⁸ foi a primeira e uma das principais entidades de luta pelos direitos civis nos Estados Unidos, criada em 1909, em Nova York, e teve grandes integrantes entre seus associados, nomes como W.E.B. Du Bois, Ida B. Wells-Barnett, Mary Church Terrell e Rosa Parks (NAACP, 2020). Ainda que existissem organizações em defesa da população negra desde o início do séc. XX, foi em 1º de dezembro de 1955 que a atitude de Rosa Parks em não ceder seu lugar no ônibus para um homem branco deflagrou a insurgência de uma série de revoltas e formação de um movimento amplo e organizado pelos direitos civis. Apesar de integrar o NAACP, Parks não era nenhuma liderança política no movimento, mas sim uma simples costureira nascida no Alabama. Possivelmente, ela nunca tenha imaginado que a sua ação individual, motivada principalmente pelo cansaço após um dia exaustivo de trabalho, tornar-se-ia o estopim do que viria a acontecer posteriormente (PAIVA, 2010, p. 104).

De acordo com Collins (2019, p. 106), entender a formação da comunidade negra nos ajuda a compreender como os negros se articularam na formação do movimento pelos direitos civis. Por constituírem uma comunidade à parte da comunidade branca desde o período da escravidão, as interações sociais dos negros mantiveram traços das comunidades da África ocidental, como forma de resistência à opressão que sofriam. A formação familiar não se restringia a laços sanguíneos, as relações eram menos hierarquizadas, e era comum que dentro das comunidades negras as pessoas próximas fossem tratadas como irmãs. Com o período de segregação racial, as comunidades se transformaram em áreas da cidade, ruas e bairros, em que negras e negros podiam morar e participar da vida pública. Eram poucos os espaços que a comunidade podia compartilhar no tempo livre, não havia muitas opções de lazer e de comunhão, e as principais instituições dessas comunidades eram a escola e a igreja.

Após a Segunda Guerra (1939–1945), ocorre um aumento da escolaridade entre os negros nos Estados Unidos, no que diz respeito tanto às taxas de alfabetização quanto à entrada de estudantes na universidade (COLLINS, 2016, p. 120). Algumas instituições como o Comitê de Serviço dos Amigos Americanos (*American Friends Service Committee*), do Norte dos Estados Unidos, contribuía para que jovens do Sul do país tivessem oportunidade de continuar seus estudos em escolas e universidades do Norte, e outros estudantes se formavam nas HBCUs,

⁸ O NAACP continua atuando nos Estados Unidos, hoje tem mais de 2200 unidades pelo país e mais de 2 milhões de associados (NAACP, 2020).

fundadas durante o período da Reconstrução. Assim como afirma Davis (2019, p. 100), as escolas negras tinham condições precárias por receberem menos verbas, muitas vezes funcionando em lugares insalubres e com falta de professores. Muitos negros e negras que conseguiram a oportunidade de ingressar no ensino superior usaram o conhecimento adquirido para dar voz às demandas raciais e de gênero no país, construindo uma intelectualidade negra atuante politicamente, como veremos no segundo capítulo desta dissertação. Os estudantes se articulavam dentro das organizações pelos direitos civis, como a NAACP, mas construíram também a sua própria entidade para defender suas próprias demandas.

O SNCC foi organizado para atender às necessidades de outro segmento da comunidade negra – os estudantes – que então estavam propondo uma ação mais direta na luta contra a segregação, depois da ação espetacular dos sit-ins de Nashville. Sua criação era consequência do aumento significativo de estudantes negros que haviam adquirido maior escolaridade naquele momento (PAIVA, 2010, p. 109–110).

Especialmente as igrejas negras tiveram um papel fundamental na mobilização social e no alcance conquistado pelo movimento dos Direitos Civis. Como destaca Paiva (2010), a atuação da comunidade negra em conjunto com lideranças de pastores protestantes negros definiu as pautas do movimento, as possibilidades de ação e as estratégias para o sucesso do movimento na conquista da cidadania.

Na realidade, a Igreja era a única instituição negra com independência suficiente para empreender tal ação. Como testemunha o Reverendo Walker, um dos principais ativistas do movimento: “Não teria havido Movimento dos Direitos Civis sem a igreja negra e isso é um fenômeno sociológico da igreja afro-americana. O pastor negro é a pessoa mais livre da comunidade negra e deve prestar contas apenas à comunidade a que serve: por exemplo, toda a minha vida é suprida pelos negros. Eu visto negro, escrevo negro, falo negro, como negro. Logo, sou independente das estruturas de poder de qualquer natureza, sejam municipal, estadual ou federal. Assim sendo, a igreja negra se tornou o fórum natural para a expressão e aspirações dos negros, sob a liderança dos religiosos negros” (PAIVA, 2010, p. 107).

A notícia da resistência de Parks e a sua prisão após infringir as normas segregacionistas geraram uma onda de indignação e revolta não apenas na comunidade negra, mas por várias partes do país. No dia 5 de dezembro, dia do seu julgamento, um boicote aos ônibus da cidade fora convocado pelo presidente da NAACP do Alabama, E.D. Nixon, que era também líder sindical. A mobilização organizada primeiramente por Nixon teve o apoio do Conselho Político Feminino, de membros da elite negra, entre eles, médicos, profissionais liberais, professores universitários e lideranças religiosas (PAIVA, 2010, p. 105–106). De acordo com Paiva (2010, p. 105), essas lideranças negras criaram juntas a *Montgomery Improvement Association* (MIA), com o objetivo de formar uma frente unificada de mobilização. A junção de diversas camadas

que compunham a comunidade negra ampliou o alcance das iniciativas do Movimento pelos Direitos Civis em Montgomery. Além da unificação do movimento através da MIA, Nixon compreendia que era necessário que houvesse uma participação ativa das igrejas negras, para o sucesso do boicote que eles estavam programando. “Nixon sabia que não iria longe sem o apoio dos pastores” (PAIVA, 2010, p. 106). As igrejas contribuíram para o sucesso da ação por dois motivos centrais. Primeiramente, a igreja era uma das instituições mais importantes para as comunidades negras, por se tratar de um dos poucos espaços que possibilitavam a comunhão da população segregada. Com a segregação racial, muitos lugares estavam sob o domínio exclusivo dos brancos. As igrejas negras proporcionavam a interação não apenas através das reuniões religiosas, mas eram também onde as atividades culturais e políticas da comunidade negra aconteciam. “Apesar de a ação social não ter sido iniciada sob a iniciativa direta dos pastores nas suas igrejas, estas logo passaram a ser um centro de organização social, pois eram os únicos lugares disponíveis, não apenas para o MIA, mas para todas as outras campanhas e reuniões organizadas a partir de então” (PAIVA, 2010, p. 108). Os panfletos distribuídos que divulgavam a manifestação nos mostram como a igreja representava um espaço público além da religiosidade.

Não pegue o ônibus para o trabalho, cidade, escola ou qualquer outro lugar na segunda-feira, 5 de dezembro. [...] Venha para uma reunião em massa, segunda-feira às 19h00 na Igreja Batista da Holt Street para mais instruções (PATTERSON, 1996, p. 405, tradução nossa).

Além da centralidade do espaço físico das igrejas negras, o outro motivo para que as ações precisassem da contribuição da igreja era a capacidade de liderança dos pastores dentro dessas comunidades. Dessa forma, era necessário escolher uma liderança religiosa para a MIA. O Pastor Martin Luther King Jr. foi eleito para esse cargo, apesar de não ter um histórico de ativismo pelos direitos civis. Entretanto, de acordo com Paiva (2010, p. 106), como ele era um pastor novo na cidade, King fora escolhido principalmente por não pertencer a nenhum grupo específico, o que poderia trazer a unidade necessária para a associação. No entanto, não se poderia prever a relevância que Luther King teria para o movimento, “nem mesmo para o próprio King” (PAIVA, 2010, p. 106). Através da sua atuação frente ao movimento pelos Direitos Civis, ele se mostrou uma das maiores lideranças do século XX; com a retórica e seu carisma, conduziu ações importantes como o boicote aos ônibus de Montgomery até a emblemática Marcha para Washington (1963), onde proferiu o seu discurso mais famoso “Eu tenho um sonho” (CHAPPELL, 2008, p. 94).

Apesar de mulheres negras terem constituído grande parte das comunidades religiosas

e de terem contribuído ativamente na atuação do Movimento pelos Direitos Civis, elas não desempenharam um papel de liderança no movimento. De acordo com Collins (2019, p. 162), as mulheres eram consideradas a “espinha dorsal” das comunidades negras e da igreja negra. Isso significa que elas tinham o papel de sustentar e apoiar as comunidades e a família, mas não de liderar. Esse papel de suporte acaba colocando a mulher negra em uma posição de secundarização não apenas dentro das comunidades, mas também nos movimentos sociais. As normas de gênero associavam a atuação das mulheres nesses movimentos com o trabalho interno das organizações. Geralmente eram delegadas às mulheres funções de organização dos eventos, suporte nas ações realizadas pelos movimentos, ou seja, “trabalho nos bastidores”, mas nunca o papel de liderança, que era sempre atribuído aos homens (COLLINS, 2019, p. 354). Apenas a partir da década de 70, com o surgimento do feminismo negro, as mulheres negras passaram a atuar em torno de suas próprias demandas e necessidades, como veremos no próximo capítulo.

De acordo com Collins (2019), algumas ativistas tentaram ocupar posições de liderança no Movimento pelos Direitos Civis, entretanto, não existia abertura para que as mulheres estivessem à frente do movimento, ou que dessem opiniões sobre sua forma de atuação. Podemos ver esse aspecto no relato de Septima Clark, sobre a carta que ela havia enviado à Martin Luther King com uma sugestão sobre a descentralização das lideranças do movimento: “Enviei uma carta ao doutor King, pedindo-lhe que não liderasse todas as marchas sozinho, e sugerindo que, em vez disso, formasse líderes capazes de estar à frente de suas marchas. O doutor King leu a carta para toda a equipe. Eles simplesmente riram” (CLARK, apud COLLINS, 2019, p. 354). Os pastores, que eram homens em sua grande maioria, já eram reconhecidos como líderes nessas comunidades. A centralidade da figura do pastor foi aproveitada pelo Movimento dos Direitos Civis para ampliar a efetividade das ações do movimento. Eles tinham o papel fundamental de formar uma consciência política entre as comunidades negras, mostrando para a população negra que era necessário que eles intensificassem as ações de resistência ao racismo, objetivando o fim do sistema segregacionista, despertando a confiança da comunidade nela mesma e em seus líderes (PAIVA, 2010, p. 107). As pregações mesclavam os sermões, com os *Spirituals*⁹, que eram músicas religiosas características das igrejas negras, mas que, durante as campanhas pelos direitos civis, também tinham um cunho político de libertação negra. Ao longo do período da

⁹ “Os spirituals afro-americanos são oriundos da junção de tradições estéticas e crenças religiosas africanas, com hinos das igrejas Batista e Metodista sulistas. ‘Eles combinam linhas e frases memorizadas de hinos com suas próprias parábolas bíblicas e lendas folclóricas preferidas’” (ARANTES, 2014, p. 90).

luta pelos direitos civis, muitas delas citavam passagens do livro Êxodo, contido no antigo testamento da *Bíblia*, que evocavam a imagem da libertação dos hebreus da escravidão no Egito, como forma de exaltar o sentimento de luta pela libertação do povo negro frente às injustiças raciais promovidas pelas leis segregacionistas e pelos grupos de supremacistas brancos. Essas músicas eram cantadas em coro nas igrejas e durante as ações promovidas em favor dos direitos civis, sendo acompanhadas de melodias contagiantes e de palmas (ARANTES, 2014, p. 197). Uma das canções mais populares nesse período era a música “Go down Moses”. De acordo com Arantes (2014), essas músicas continham muito improviso, tendo diversas versões de suas letras a depender do grupo que estava entoando o *spiritual*. Essa música chegou a ser gravada por grandes nomes da música afro-americana, como Louis Armstrong, Paul Robeson e Willie Mae “Big Mama” Thornton.

Go down Moses / Way down in Egypt land / Tell all pharaoes to / Let my people go! / When Israel was in / Egypt land / Let my people go! / Oppressed so hard they could not stand / Let my people go! / So the God said: go down, Moses / Way down in Egypt land / Tell all pharaoes to / Let my people go! / So Moses went to Egypt land / Let my people go! / He made all pharaoes understand / Let my people go! / Yes the lord said: go down, Moses / Way down in Egypt land / Tell all pharaoes to / Let my people go! / Thus spoke the lord, bold Moses said: -let my people go! (ARMSTRONG, 1958)¹⁰.

Os movimentos pelos direitos civis tiveram forte influência da moral cristã na composição dos fundamentos da ação prática pelos direitos civis. De acordo com Paiva (2010), existiam discordâncias entre as duas correntes principais das igrejas negras. Uma parcela conservadora não acreditava que deveria ser papel da igreja se envolver com essas questões políticas, afirmando que isso poderia fazer com que eles perdessem os poucos direitos que ainda lhes restavam (PAIVA, 2010, p. 124). Por outro lado, outra corrente protestante, progressista, tinha influência do “evangelho social”, que se consolida a partir do fim da Guerra Civil, cujos maiores teólogos eram Walter Rauschenbusch (1861–1918) e Reinhold Niebuhr (1892–1971). Essa corrente evangélica pregava que a esfera religiosa protestante não deveria se restringir às questões religiosas, mas que era necessário que “os valores cristãos genuínos”, de igualdade e liberdade, também fossem colocados em prática em todas as esferas sociais; “passa a haver uma busca por uma coerência cada vez maior entre o ser religioso e o ser político que não havia sido

¹⁰ “Desça, Moisés / Bem abaixo na terra do Egito / Diga a todos os faraós para / Deixar meu povo ir! / Quando Israel estava na terra do Egito / Deixe meu povo ir! / Oprimidos tanto que não aguentavam / Deixe meu povo ir! / Então o Deus disse: Desce, Moisés / Bem abaixo na terra do Egito / Diga a todos os faraós para / Deixar meu povo ir! / Então, Moisés foi para a terra do Egito / Deixar meu povo ir! / Ele fez todos os faraós entenderem / Deixe meu povo ir! / Sim, o senhor disse: Desce, Moisés / Bem abaixo na terra do Egito / Diga a todos os faraós para / Deixar meu povo ir! / Assim falou o senhor, o corajoso Moisés disse: -deixe meu povo ir!”

sentida até então” (PAIVA, 2010, p. 42). Dessa forma, assim como durante o período da escravidão, os valores cristãos contribuíram para que uma parcela dos religiosos tomassem posições abolicionistas, contra a exploração e dominação de negros e negras. Esses valores de combate às injustiças sociais são retomados pelo movimento dos Direitos Civis, aliado a uma ação coletiva da comunidade negra contra as injustiças raciais que lhes atingiam (PAIVA, 2010, p. 103). Segundo Paiva (2010), um dos principais êxitos de Luther King, enquanto líder carismático do movimento pelos Direitos Civis, foi a sua capacidade de integrar o chamado da comunidade para a ação, através dos protestos e das lutas políticas, ao mesmo tempo que fundamentava as motivações dessa ação reafirmando “a doutrina cristã do amor fraterno” (PAIVA, 2010, p. 110). Para demonstrar como essa habilidade estava presente desde o princípio de suas falas, a autora traz um trecho do primeiro discurso proferido por King como coordenador do MIA:

Estamos aqui esta noite porque estamos cansados agora. (Sim) [aplausos] E eu quero dizer que nós não defendemos a violência. (Não) Nunca fizemos isso. (Repita isso. Repita isso) [aplausos]. Quero que se saiba por toda Montgomery e por toda a nação (bem) que nós somos um povo cristão. (Sim) [aplausos]. Nós acreditamos na religião cristã. Nós acreditamos nos ensinamentos de Jesus. (bem). A única arma que temos nas nossas mãos nessa noite é a arma do protesto. (Sim) [aplausos]. É tudo.
(...) Nós os deserdados dessa terra, nós que estamos oprimidos há tanto tempo, estamos cansados de caminhar pela longa noite do cativeiro. E agora estamos para alcançar a alvorada da liberdade, da justiça e igualdade¹¹ (CARSON apud PAIVA, 2010, p. 111).

A influência do pacifismo de Jesus e de Gandhi também se faz presente, e os pastores buscavam equilibrar a luta com os princípios da não violência como tática de ação; eles “tinham uma missão difícil a sua frente: o ensino da não violência não era uma tarefa fácil para uma população que se acostumara a ser ou passiva ou violenta” (PAIVA, 2010, p. 113). As táticas desempenhadas por um movimento social são racionais e planejadas de forma estratégica para que possam atingir os objetivos que almejam. Dessa forma, o repertório de ações desses movimentos é “uma expressão da interação histórica e atual entre eles e seus opositores” (MCADAM; TARROW; TILLY, 2009, p. 24). As táticas de não violência tinham o objetivo de atrair a opinião pública para o lado dos ativistas negros; de forma pacífica, mas não passiva,

¹¹ “As palavras entre parênteses se referem à resposta da plateia, lembrando sempre que os sermões da igreja negra eram interativos” (PAIVA, 2010, p. 111).

eles protestavam com o objetivo de expor a repressão policial. Dessa forma, eles mostravam, de maneira visual nos noticiários e nos jornais, a discrepância da resposta das instituições racistas que costumavam agir com extrema violência contra esses movimentos (JENKINS, 2012, p. 230).

As ações do Movimento pelos Direitos Civis têm início em dezembro de 1955, com o boicote aos ônibus em Montgomery. Durante um ano, a população negra se recusou a usar os ônibus como meio de transporte para ir aos seus trabalhos, escolas e obrigações cotidianas, gerando um grande prejuízo financeiro para as empresas de transporte público da cidade. Apesar das pressões que sofreram tanto por parte das empresas, que estavam sofrendo danos financeiros que comprometiam em mais de 65% de seu arrecadamento, e da população branca, que não via com bons olhos essa movimentação da comunidade negra contra o racismo, negros e negras não desistiram do boicote até que a segregação racial nos ônibus tivesse fim, em dezembro de 1956 (LIEBIG, 2016). A conquista do fim da segregação nos ônibus de Montgomery mostrou para outras comunidades negras de outras cidades e estados que era possível se organizar para derrubar as Leis Jim Crow no país. A partir de 1960, as ações se multiplicaram, gerando uma onda de manifestações e mobilizações por todo o país. Naquele ano, ocorreram *sit-ins* (protestos sentados), em Nashville, no Tennessee, Carolina do Norte e Nova Iorque, que consistiam na ocupação de espaços segregados, como meios de transporte e restaurantes, gerando um enfrentamento às leis segregacionistas.

Alguns grupos ativistas exigiam ser servidos em restaurantes segregativos e, quando isto lhes era negado, organizavam manifestações de protesto. Esta tática era eficaz, mas era ainda mais válida politicamente quando os manifestantes viajavam de autocarro entre os estados e exigiam ser servidos nos restaurantes dos terminais de autocarros (JENKINS, 2012, p. 231).

O Movimento pelos Direitos Civis não era, de forma alguma, unificado. Apesar de ter Luther King como a sua maior liderança, à medida que o movimento se desenvolvia, foram sendo abertas novas frentes de luta no movimento negro. Essas frentes divergiam em relação às estratégias de luta política para a solução do problema da população negra nos Estados Unidos. Com uma visão discordante das políticas de não violência, o movimento Nação do Islão, ou Mulçumano Negro, defendia que apenas através de uma revolução armada a população negra estaria livre da dominação branca. Malcolm Little, mais conhecido como Malcolm X¹², foi a sua principal liderança, e suas ideias tinham maior popularidade nas periferias das cidades

¹² “Para a maioria dos seus membros, X simbolizava o nome africano perdido que fora substituído por um apelido branco na época da escravatura” (JENKINS, 2012, p. 234).

(SANTANNA, 2017, p. 14). O pensamento de Malcom X foi muito influente para o Partido dos Panteras Negras pela Autodefesa, que teve início na segunda metade dos anos 60. Discutiremos o contexto de seu surgimento e a relação de Davis com o movimento no item a seguir.

Apesar das discordâncias, os movimentos negros sabiam que a conquista pelos direitos civis era o primeiro passo para a construção de uma sociedade mais igualitária. Em 1963, o movimento se intensifica tomando grandes proporções. Apenas entre os meses de julho e agosto, “o Departamento de Justiça registrou mil, quatrocentas e doze manifestações distintas e mais de quinze mil prisões devido a protestos ocorridos em cento e oitenta e seis cidades do país” (ALVES, 2011, p. 62). Em agosto, o movimento atingiu o seu auge na Marcha sobre Washington, que foi um marco para as conquistas que ocorreram um ano depois. No lugar onde o presidente Lincoln havia assinado a abolição da escravidão, a marcha, liderada por Martin Luther King, contou com a participação de mais 200 mil pessoas de diversas partes do país, negros e brancos, homens e mulheres, de todas as classes sociais.

Em 1963, o centro simbólico do movimento foi Birmingham, no Alabama, e, em maio desse ano, a polícia exerceu uma violência brutal contra os manifestantes. Apesar de o acontecimento ter sido chocante por si só, foi um dos primeiros casos em que as imagens televisivas, poucas horas após a sua ocorrência, galvanizaram a opinião pública em muitos países. As imagens da polícia do Sul a usar cães e canhões de água contra crianças negras foram inesquecíveis. Em agosto de 1963, foi organizada uma marcha sobre Washington, onde King pronunciou o seu apaixonado discurso «Eu tenho um sonho», que constituiu um dos pontos mais altos da oratória política americana. A pressão para a criação de uma lei federal dos direitos civis tornou-se insuportável, tanto mais quando a causa estava agora ligada ao martírio do presidente Kennedy (JENKINS, 2012, p. 232).

O Movimento pelos Direitos Civis teve o seu ápice em 1964, com a conquista da Lei dos Direitos Civis e, em 1965, com a Lei dos Direitos de Voto. Essas conquistas foram um divisor de águas para a população negra dos Estados Unidos e possibilitaram que a população tivesse mais acesso à habitação, à educação, aos empregos e à cultura (COLLINS, 2019, p. 121). Os ativistas sabiam que as leis não colocariam fim ao racismo estrutural da sociedade estadunidense, por isso o próprio King elaborou um plano de “dessegregação” social para uma progressiva construção de uma sociedade antirracista, formando em 1966 o “Movimento pela Liberdade” (JENKINS, 2012, p. 234–235).

O êxito alcançado pelo Movimento pelos Direitos Civis foi de extrema importância para inaugurar o caminho de resistência e da luta organizada da comunidade negra, dando impulso para que outros movimentos antirracistas surgissem posteriormente, como os Panteras Negras, no fim da década de 60, e, mais recentemente, o *Black Lives Matter*, a partir de 2012.

Davis passou boa parte de sua infância e juventude sob as leis segregacionistas do Alabama; apesar de a autora não se referir aos movimentos pelos direitos civis em sua autobiografia, podemos perceber as influências desse movimento na sua vida, mas principalmente as consequências dessa luta e os fatos que se seguiram estão diretamente ligados à sua visão sobre o papel da filosofia e o seu papel na luta pela liberdade.

1.2: Angela Davis: Teoria e Práxis



Angela Davis, à direita, com a revolucionária cubana Vilma Espín e o primeiro-ministro de Cuba Fidel Castro durante o II Congresso de la Federation de Mujeres Cubanas (FMC), em 1974.

Fonte: Cubadebate (DAVIS, 2019, p. 336).

Nesta parte, analisaremos as reflexões feitas por Davis, em seu livro *Angela Davis: Uma autobiografia*, publicado em 1974, com o intuito de apresentarmos como a autora faz uma autoanálise de sua trajetória política e acadêmica nos anos 60 e início dos anos 70. Em sua autobiografia, ela ressalta o que se segue:

Não escrevi realmente a meu respeito. Isto é, não mesurei os eventos de minha própria vida de acordo com sua possível importância pessoal. Em vez disso, tentei utilizar o gênero autobiográfico para avaliar a minha vida de acordo com o que considero ser significado de minhas experiências. Método político de mensuração derivada de meu trabalho como ativista no movimento negro e no partido comunista (DAVIS, 2019, p. 16).

Assim, será possível também mostrar a estreita ligação entre suas preocupações na política e na filosofia. Como veremos ao longo desta dissertação, política e filosofia, para Davis, estarão sempre interligadas na sua vida. Nosso objetivo com esse exercício é compreender, de

maneira mais aprofundada, como a autora articula os nexos entre teoria e práxis.

A produção intelectual, os objetos de estudo e as preocupações teóricas da autora têm uma relação muito próxima com quem ela é e que posição ocupa na sociedade. De acordo com Artières:

Não arquivamos nossas vidas, não pomos nossas vidas em conserva de qualquer maneira; não guardamos todas as maçãs da nossa cesta pessoal; fazemos um acordo com a realidade, manipulamos a existência: omitimos, rasuramos, riscamos, sublinhamos, colocamos em enxergo certas passagens. Num diário íntimo, registramos apenas alguns acontecimentos, omitimos outros; às vezes, quando relemos nosso diário, acrescentamos coisas ou corrigimos aquela primeira versão. Na correspondência que recebemos, jogamos algumas cartas diretamente no lixo, outras são conservadas durante um certo tempo, outras enfim são guardadas; com o passar do tempo, muitas vezes fazemos uma nova triagem. O mesmo acontece com as nossas próprias cartas: guardamos cópia de algumas, seja em razão do seu conteúdo, seja em razão do seu destinatário. Numa autobiografia, a prática mais acabada desse arquivamento, não só escolhemos alguns acontecimentos, como os ordenamos numa narrativa; a escolha e a classificação dos acontecimentos determinam o sentido que desejamos dar às nossas vidas (ARTIÈRES, 1998, p. 3).

Angela Y. Davis nasceu no dia 24 de janeiro de 1944, em Birmingham, cidade do Alabama, sudeste dos EUA. Sua mãe, Sallye Bell Davis, era professora, assim como seu pai, B. Frank. Porém, devido aos baixos salários, Frank teve que abandonar a profissão, juntou suas economias e comprou um posto de gasolina na parte negra do centro da cidade (DAVIS, 2019, p. 90). Davis morou em Birmingham na infância e na maior parte da adolescência; nesse período, o Alabama era um dos estados onde vigoravam as leis segregacionistas. Quando Davis era criança, eles se mudaram para uma área majoritariamente branca da cidade, sendo a primeira família negra a morar nesse bairro. Depois deles, outras famílias negras também passaram a morar nessa região. A convivência com as pessoas do bairro não era nem um pouco amistosa, houve embates por parte das pessoas brancas que moravam lá. Essa área posteriormente ficou conhecida como Dynamite Hill (Colina dinamite), porque era “comum” que casas de famílias negras fossem explodidas no calar da noite (DAVIS, 2019, p. 90).

As pessoas brancas se reuniram e decidiram estabelecer uma fronteira entre nós e elas. A rua central se tornou a linha de demarcação. Avisaram que desde que permanecêssemos do “nosso” lado da linha (o lado Leste), nos deixariam em paz. Se atravessássemos para o lado delas, a guerra seria declarada. Armas foram escondidas em nossa casa, e a vigilância era constante (DAVIS, 2019, p. 90).

Em um discurso realizado na Universidade de Bogaziçi, na Turquia, em 2015, Davis fala sobre sua experiência enquanto criança negra nesse período em que morou em Dynamite Hill.

Como alguém que cresceu na cidade mais segregada do Sul, minhas primeiras lembranças são de bombas explodindo do outro lado da rua em que minha família morava, apenas porque uma pessoa negra havia comprado uma casa (DAVIS, 2018b, p. 128).

A segregação estava presente em grande parte dos fatores que envolviam a vida de Davis, naquele momento, fazia-se presente na região onde ela morava e até afetava seu processo educacional. Davis estudou na “Carrie A. Tuggle”, escola para crianças negras. Durante o período em que as Leis Jim Crow¹³ estiveram em vigor, desde a década de 1870 até os anos 1960, muitos estabelecimentos, banheiros, escolas, hotéis e até bebedouros eram separados entre aqueles que eram destinados à população branca e aos negros. Apesar da falta de estrutura e da precariedade do ensino em comparação com as escolas para crianças brancas, havia a oportunidade de aprender sobre a “História Negra”, símbolos, músicas, tradições e pessoas importantes para a história da população afro-americana (DAVIS, 2019, p. 100), como Nat Turner e Denmark Vesey, também sobre Frederick Douglass, Sojourner Truth e Harriet Tubman.

Davis observava e se indignava com as injustiças que rodeavam sua vida, de seus amigos, de sua família e da população negra. No entanto, apesar de toda a sua revolta interior, ela sempre era orientada por sua mãe a não se render ao ódio às pessoas brancas. Durante a faculdade, Sallye Davis, mãe de Davis, participou do NAACP e teve vários aliados brancos nessa luta. Sua experiência serviu para perceber que era possível que os brancos superassem os preconceitos de sua cor e percebessem os negros como seres humanos (DAVIS, 2019, p. 91). Sua mãe era uma pessoa muito religiosa e, de acordo com Davis, “sempre disse que o amor foi ordenado por Deus [...]. Ela tentava pagar raiva com sensatez” (DAVIS, 2019, p. 91).

Era evidente que as escolas do seu estado não ofertavam uma educação de qualidade. Nessa época, Davis sonhava em ser pediatra (DAVIS, 2019, p. 113). Então, para que tivesse oportunidade de ingressar no ensino superior, ela conseguiu uma bolsa de estudo ofertada pelo Comitê de Serviço dos Amigos Americanos (*American Friends Service Committee*) para estudar em Manhattan/Nova York, no *Elizabeth Irwin High School*, em 1959 (DAVIS, 2019, p. 114).

Foi nessa escola que ela teve o primeiro contato com as teorias socialistas nas aulas de história. Aos 15 anos, leu pela primeira vez o Manifesto Comunista (DAVIS, 2019, p. 117). De acordo com a autora:

“O manifesto comunista me atingiu como um raio [...]. Comecei a ver os problemas do povo negro dentro do contexto de um amplo movimento da

¹³ Sobre as Leis Jim Crow, ver também Morris e Treitler (2019).

classe trabalhadora. Minhas noções sobre a libertação negra eram imprecisas, e eu não conseguia encontrar os conceitos certos para articulá-las; ainda assim, eu estava adquirindo algum entendimento sobre como o capitalismo poderia ser abolido (DAVIS, 2019, p. 118).

Ela relata que teve muita dificuldade desde que se mudou para Nova York; quando estava estudando no Elizabeth Irwin, era uma das poucas pessoas negras na escola, entretanto, morava na casa de uma família do Brooklyn, e, como sua vizinhança era, em grande parte, de latinos e negros, sentia-se menos deslocada (DAVIS, 2019, p. 126). Ainda que não houvesse as Leis Jim Crow, no Norte dos Estados Unidos, o racismo existia de outras formas, como na desigualdade de oportunidades e na dimensão simbólica, manifestando-se através de preconceitos, rótulos e estereótipos.

De acordo com Collins (2016, p. 99–100), as mulheres negras, que trabalhavam como empregadas domésticas para famílias brancas, frequentemente se encontravam em um papel limítrofe dentro do seu ambiente de trabalho, a casa dos patrões. As relações passavam a ser de intimidade, pois a empregada doméstica estava participando do dia a dia da família, muitas vezes cuidando das crianças do casal, mas, ao mesmo tempo, ela é constantemente lembrada de seu lugar de exploração e de submissão. A autora chama esse lugar que a mulher negra ocupa, não apenas na casa da família branca, mas também na sociedade, de *outsider within*; em tradução livre, elas seriam “forasteiras de dentro” ou “estrangeiras de dentro”, o lugar da proximidade e do distanciamento, ao mesmo tempo em que interagem cotidianamente com as classes privilegiadas, conhecendo seus hábitos e formas de agir, pensar e sentir, as negras percebem claramente o seu lugar social. Segundo Collins, isso oferece às mulheres negras um olhar particular sobre a realidade, possibilitando que elas enxerguem estruturas imperceptíveis às classes privilegiadas. O sentimento de deslocamento apresentado por Davis ocorre pelo lugar que ela ocupa, como mulher negra e intelectual, na sociedade e na academia, ao mesmo tempo causa desconforto, tal posição também favorece a sua visão crítica.

por algum tempo essa marginalidade pode ser uma experiência estimulante, embora muitas vezes dolorosa. Para alguns é debilitante... para outros é um estímulo para a criatividade (LEE, 1973, p. 64).

Alguns autores da sociologia (SIMMEL, 1983; MANNHEIM, 2001) já haviam estudado a posição do “estrangeiro” e sua proximidade distanciada na sociedade. De acordo com Simmel (1983, p. 187), o papel do “estrangeiro” é dado não por uma questão individual, mas por sua característica “não comum”, seja pela nacionalidade, ou como podemos ver no caso das mulheres negras, a raça e o gênero, “os estrangeiros não são realmente concebidos como indivíduos, mas como estranhos de um tipo particular: o elemento de distância não é

menos geral em relação a eles que o elemento de proximidade”. Mannheim (2001) observa que, após a educação ultrapassar os muros da igreja e da nobreza, através do advento da modernidade, surge a possibilidade de um novo tipo de intelectual que pode ser chamado de “intelectual marginal”. De acordo com o autor, esse tipo de intelectual pertence a classes marginalizadas e tem a possibilidade de fazer a ponte entre o conhecimento formal e a realidade a qual pertence.

As situações de conflito só surgem quando grupos em mobilidade ascendente ou descendente, funcionando como amortecedor, ligam-se tanto aos estratos de cima quanto aos de baixo e adotam seus valores. É dessas situações, quando se torna possível o acesso a mundos até então separados, que se origina uma genuína *intelligentsia* (MANNHEIM, 2001, p. 101).

Em 1961, Davis iniciou os estudos sobre literatura francesa na Universidade de Brandeis. Sua sensação de isolamento só aumentou, pois havia apenas duas mulheres negras estudando no campus, contando com ela. De acordo com Davis (2019, p. 126), a sensação de isolamento diminuiu quando encontrou amigas com alunos intercambistas da África e da Europa, percebendo que suas preocupações e estranhamentos também eram compartilhados por outros estudantes. Essa sensação não era uma característica individual de Davis, viver à margem possibilitou desenvolver um olhar particular para as mulheres negras; de acordo com hooks (1984), “olhávamos tanto de fora para dentro quanto de dentro para fora... compreendíamos ambos”.

Esse status de *outsider within* tem proporcionado às mulheres afro-americanas um ponto de vista especial quanto ao self, à família e à sociedade. Uma revisão cuidadosa da emergente literatura feminista negra revela que muitas intelectuais negras, especialmente aquelas em contato com sua marginalidade em contextos acadêmicos, exploram esse ponto de vista produzindo análises distintas quanto às questões de raça, classe e gênero (COLLINS, 2016, p. 100).

No seu segundo ano de faculdade, Davis participou do festival *World Festival of Youth and Students* (Festival Mundial da Juventude e Estudantes), na Finlândia. Depois do fim do festival, ela aproveitou para conhecer outros lugares e conseguiu hospedagem por alguns dias em Paris, onde participou de uma passeata em favor do povo argelino que vivia na cidade e sofria sérios ataques xenofóbicos e racistas.

Em Paris, explodiam bombas em cafés frequentados por pessoas do Norte da África, corpos ensanguentados eram descobertos em ruas sombrias, e pichações contra o povo argelino arruinavam as laterais dos prédios e as paredes das estações de metrô. [...] Os lugares novos, as experiências novas que eu esperava descobrir ao viajar acabaram se mostrando os mesmos lugares antigos, as mesmas experiências antigas, com uma mensagem comum de luta (DAVIS, 2019, p. 129).

A experiência de sair do país e conhecer pessoas de outros lugares e outras culturas fez com que ela visse que partilhava alguns problemas e aspirações que tinham ressonância na Europa e que as fronteiras entre os povos poderiam ser transpostas. De acordo com a autora, a primeira barreira a ser ultrapassada seria a barreira linguística. Na volta para os Estados Unidos, Davis passou a estudar com afinco o idioma francês. Para isso, também se debruçou a ler intelectuais e escritores franceses como Proust, Flaubert, Baudelaire, Rimbaud e Sartre. Ela estava decidida que queria estudar fora dos Estados Unidos. Em 1963, conseguiu uma vaga para estudar na Sorbonne pelo programa do Hamilton College (DAVIS, 2019, p. 133). Durante o período em que estava na França, Davis recebe a notícia do atentado da Ku Klux Klan à igreja batista em Birmingham, no qual muitas pessoas ficaram feridas e quatro meninas morreram, a saber, Denise McNair, de 11 anos, e Cynthia Wesley, Carole Robertson e Addie Mae Collins, com 14 anos (CHURCH dynamited, four schoolgirls killed, 1963). Todas elas eram conhecidas por Davis e sua família. Esta notícia teve grande impacto em sua vida; era o início da intensificação das lutas do povo negro nos Estados Unidos (DAVIS, 2019, p. 137).

Além das tensões raciais presentes na sociedade estadunidense e das mobilizações pelos direitos civis da população negra, esse período também apresentava uma grande apreensão sobre a segurança nacional e a iminência de uma guerra nuclear proveniente da Guerra Fria (1945–1991)¹⁴. Em 1962, a possibilidade de uma guerra nuclear proveniente das tensões entre Estados Unidos e o bloco socialista parecia que estava prestes a se concretizar. A URSS instalou mísseis de médio alcance em Cuba, na tentativa de rebater as ameaças bélicas dos EUA, que havia colocado mísseis em países próximos da União Soviética (DOMINGOS, 2013, p. 86–87). Esse momento, que ficou conhecido como “crise dos mísseis de Cuba”, gerou uma série de manifestações nos Estados Unidos em favor da retirada dos mísseis pelos países e pelo fim da Guerra Fria.

Em uma dessas manifestações pelo fim da crise dos mísseis de Cuba, Davis teve oportunidade de ouvir discursos de James Baldwin e Herbert Marcuse. Foi a primeira vez que ela tinha ouvido Marcuse discursar. Como veremos adiante, a partir de 1964 a relação entre Davis e Marcuse foi se tornando cada vez mais próxima, quando Marcuse se torna mentor e, posteriormente, amigo de Davis. Segundo Davis, “havia algo de imponente nele, que inspirava silêncio e atenção totais quando ele aparecia, sem que ele tivesse de pronunciar uma única

¹⁴ Após a Segunda Guerra mundial, o mundo se dividiu em dois blocos políticos e econômicos, o bloco capitalista, liderado pelos Estados Unidos da América, e o bloco socialista, encabeçado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). As disputas se davam em vários âmbitos na tecnologia, corridas espacial, cultural, bélica, econômica e política (HOBSBAWM, 1995).

palavra. Estudantes tinham por ele um respeito raro” (DAVIS, 2019, p. 139). Durante os anos 60 e 70, existia uma parcela dos pensadores que estava aberta a dialogar diretamente com os movimentos sociais, sendo comum que houvesse conferências, eventos e encontros no quais acadêmicos, grandes intelectuais e militantes estivessem reunidos.

Eu fui à conferência porque estava prestes a retomar meus estudos com Herbert Marcuse e queria ouvir sua apresentação, bem como as de R. Laing, David Cooper e Judith Mitchel. No entanto também foi a minha primeira oportunidade de conhecer Stokely Carmichael (Kwame Toure) e Michael X (DAVIS, 2018a, p. 141).

Após o ano em que passou estudando na França, ela retorna para Brandeis e, depois de assistir a algumas aulas de Marcuse, marcou uma reunião com ele. Davis lhe disse que estava interessada em começar a estudar filosofia e lhe pediu uma bibliografia básica da área. Marcuse indagou se ela realmente gostaria de estudar filosofia, Davis respondeu: “sim, ao menos quero ver se sou capaz” (DAVIS, 2019, p. 140). A partir daí, ela começou a ter reuniões semanais com Marcuse para discutir a respeito dos autores indicados por ele, desde os pré-socráticos até os filósofos contemporâneos. No último ano na faculdade, Davis decidiu se candidatar a uma bolsa para estudar filosofia na Universidade de Frankfurt. De acordo com Marcuse, este seria o melhor lugar para aprofundar os conhecimentos sobre Kant, Hegel e Marx (DAVIS, 2019, p. 141).

O Instituto para Pesquisa Social, em Frankfurt, ou “Escola de Frankfurt” como ficou conhecida essa escola de pensamento, tornou-se um dos principais centros de pesquisa nas ciências humanas do século XX. Fundado em 1923, o Instituto reunia grandes nomes da filosofia e da sociologia, como Max Horkheimer, Theodor W. Adorno, Walter Benjamin, Herbert Marcuse e Friedrich Pollock. Longe de apresentarem um pensamento homogêneo, esses intelectuais tinham divergências teóricas e políticas entre si, entretanto, eles possuíam um horizonte de interesses em comum. De acordo com Freitag (1986, p. 32), os autores frankfurtianos apresentaram, ao longo de suas trajetórias teóricas, interfaces em seus trabalhos, produzindo, algumas vezes, obras em conjunto. A autora aponta três eixos temáticos principais para os intelectuais da “Escola de Frankfurt”: “a dialética da razão iluminista e a crítica à ciência, a dupla face da cultura e a discussão da indústria cultural, e a questão do Estado e suas formas de legitimação na moderna sociedade de consumo” (FREITAG, 1986, p. 32).

Nos anos 30, Horkheimer assumiu a direção do instituto, fundando, em conjunto com Marcuse, a revista Estudos sobre Filosofia e Ciência Social. Em 1937, Horkheimer publicou o artigo “Teoria Tradicional e Teoria Crítica”, dando origem ao termo que designou essa corrente de pensamento. Um dos principais objetivos dos precursores da Teoria Crítica era integrar as

ciências humanas, abrangendo diferentes áreas de conhecimento: filosofia, sociologia, psicologia, crítica de arte, linguística, ciência política e etc. A Teoria Crítica nasce com objetivo de fomentar um campo de pesquisa interdisciplinar. Os autores compreendiam que o capitalismo analisado por Marx já não era o mesmo no século XX e que era necessário analisar outros problemas e outras dimensões do capitalismo além do conflito de classes, sem negligenciar a importância da crítica ao sistema econômico, social e político. Assim, a Teoria Crítica busca expandir os horizontes do marxismo. De acordo com Honneth:

A utilização sistemática de todas as disciplinas de pesquisa da ciência social no desenvolvimento de uma teoria materialista da sociedade foi o principal objetivo da Teoria Crítica; com isso ela esperava superar o velho purismo teórico do materialismo histórico e reservar um lugar para a possibilidade de uma proveitosa fusão fecunda entre a ciência social acadêmica e a teoria marxista (HONNETH, 1999, p. 505).

A Teoria Crítica também se opõe à “teoria tradicional”, que defendia uma teoria “desvinculada dos interesses práticos”. Para os teóricos críticos, a teoria social está sempre relacionada ao contexto sócio-histórico em que ela está inserida, e compete às ciências também a preocupação com a aplicação prática do conhecimento produzido. Para eles, era fundamental a superação da distância entre empiria e filosofia.

Uma Teoria Crítica da sociedade deve fazer uso de todo o espectro das disciplinas científicas sociais a fim de poder investigar apropriadamente o atual conflito entre as forças produtivas e as relações de produção (HONNETH, 1999, p. 510).

Com a ascensão do nazismo e o início da Segunda Guerra Mundial, o Instituto interrompeu as suas atividades, e os intelectuais se ramificaram buscando exílio em outros países. Marcuse, Adorno e Horkheimer, assim como outros pensadores, escritores e cientistas, mudaram-se para os Estados Unidos para lecionar nas universidades do país. Após a derrota do fascismo, Adorno e Horkheimer retornaram para a Alemanha restabelecendo o Instituto como um departamento da Universidade de Frankfurt (DAVIS, 2019, p. 140).

Com a ascensão dos sistemas totalitários, principalmente do fascismo, ocorreram mudanças epistemológicas na Teoria Crítica, e o movimento da sociedade não podia mais ser explicado através do “conflito entre forças produtivas e relações de produção”; naquele momento, era necessário compreender “a dinâmica interna da consciência humana” (HONNETH, 1999, p. 520). A partir dessa segunda fase, a Teoria Crítica acentua o seu ceticismo e se distancia do marxismo, de acordo com Freitag (1986, p. 40). Horkheimer destaca que as grandes teses marxistas ficaram anacrônicas às novas formas de organização do capitalismo, e a revolução do proletariado estava cada vez mais distante, assim como a

esperança de que a conquista de justiça estaria unida à expansão da liberdade não se concretizou, uma vez que o capitalismo passou a proporcionar “um grau de justiça maior, reduzindo as desigualdades materiais entre os homens, mas ao preço da redução sistemática da liberdade” (FREITAG, 1986, p. 40).

Os dois eventos históricos que levaram Horkheimer ao ceticismo quanto à validade das teses centrais da obra de Marx emergem necessariamente da vivência do nazismo na Alemanha e do socialismo nos países do Leste. Para Horkheimer ambos representam regimes totalitários que privilegiaram a razão instrumental em detrimento da razão emancipatória, tolhendo a liberdade individual em nome do bem geral (FREITAG, 1986, p. 41).

Apesar dos avanços econômicos e sociais promovidos pela União Soviética, as contradições provenientes do seu regime ditatorial pesaram contra a experiência do socialismo real. Ao final da década de 50, durante o XX Congresso do Partido Comunista, o então primeiro ministro da URSS, Nikita Kruchev, começou a revelar os crimes contra os direitos humanos cometidos durante o período stalinista e a invasão da Hungria (CEVASCO, 2003, p. 82). Estas informações tiveram grande impacto sobre a imagem da União Soviética e do socialismo real. Em decorrência disso, os partidos comunistas começaram a sofrer uma debandada de filiados em diversos países, a exemplo do Partido Comunista da Grã-Bretanha, que perdeu um terço de seus membros nesse período. Em suma, a insatisfação com o que havia se tornado as experiências com o socialismo real era crescente e afetava não apenas os partidos e movimentos sociais tradicionais, mas também a academia e os intelectuais de esquerda (CEVASCO, 2003, p. 83).

Surgiu nesse período o movimento *New Left* [Nova Esquerda], composto por intelectuais da Europa e dos Estados Unidos, como Perry Anderson, E. P. Thompson, Theodor W. Adorno, Jürgen Habermas, Herbert Marcuse, entre outros, como uma alternativa à esquerda que não buscava romper completamente com o marxismo e sua crítica ao capitalismo, mas ampliar as perspectivas de análise, compreendendo que o sistema capitalista adquiria maior complexidade como uma ordem social institucionalizada que não se restringia às questões econômicas, mas também culturais (CEVASCO, 2003, p. 85). O *New Left* estabeleceu influências na academia, sobre a teoria crítica e correntes pós-marxistas, assim como os Novos Movimentos Sociais (NMS).

Ainda que houvesse críticas ao marxismo e às experiências do socialismo real, o princípio da necessidade de construção de uma teoria vinculada à realidade estava na base da ideia de uma Teoria Crítica que precisava estar comprometida com “o futuro de uma humanidade emancipada” (FREITAG, 1986, p. 41). As discordâncias entre os teóricos críticos

também estavam na forma como a práxis deveria ser desempenhada. Marcuse foi o intelectual da Escola de Frankfurt com maior proximidade dos movimentos sociais. Para ele, o filósofo deveria ser “alguém que com base no que aprendeu e na sua experiência possa realmente entender, descobrir e transformar a realidade em que vive” (MARCUSE, 1999, p. 11–12).

Nesse sentido, podemos dizer que diferentemente de Adorno e Horkheimer, que a partir dos anos 40 se dedicaram à crítica da cultura desvinculada da política radical, Marcuse levou adiante o projeto da Teoria Crítica dos anos 30 – unir filosofia, teoria social e política revolucionária (LOUREIRO, 2005, p. 9)

No ensaio “Filosofia e Teoria crítica”, Marcuse diz que:

Como filosofia, ela [a Teoria Crítica] opõe-se à justiça da realidade, opõe-se a um positivismo satisfeito. Entretanto, diferentemente da filosofia, sempre extrai seus objetivos a partir das tendências existentes no processo social. Portanto, ela não tem medo da utopia, pela qual a nova ordem é denunciada. Na medida em que a verdade não for realizável dentro da ordem social existente, mesmo assim tem para esta o caráter de uma mera utopia. Tal transcendência não fala contra, mas sim pela verdade. O elemento utópico foi, na filosofia, durante muito tempo, o único elemento progressivo: como as construções dos melhores Estados, do prazer superior, da felicidade perfeita e da paz perpétua. A teimosa, que vem se apegar à verdade contra todas as aparências, tem dado lugar, na filosofia, hoje, à extravagância e ao oportunismo sem pudor. Na Teoria Crítica, a teimosia foi mantida como autêntica qualidade do pensamento filosófico (MARCUSE, 1997, p. 145).

Não por acaso, Marcuse é o autor da Teoria Crítica de maior influência teórica e política para Davis. Em um discurso proferido em 1998, na Universidade de Berkeley, no evento de comemoração do centenário do nascimento de Marcuse, Davis diz que o trecho supracitado é uma de suas passagens favoritas da teoria do autor. Para ela, Marcuse mantém viva a importância da existência das utopias como motor propulsor da mudança do que está posto, para que a filosofia não caia no conformismo.

Marcuse escreve que o que é denunciado como “utópico” não é mais aquilo que “não tem lugar” e não pode ter nenhum lugar no universo histórico, mas sim o que é impedido de surgir pelo poder das sociedades estabelecidas (DAVIS, 2018a, p. 141).

Percebemos que a relação entre teoria e práxis é primordial para Davis, assim como é para Marcuse. No seu primeiro livro publicado, *Lectures on Liberation*, de 1971, a autora deixa clara a sua visão sobre o papel da filosofia. Para ela, a produção filosófica dissociada da realidade não faz sentido, além disso, a filosofia precisa estar comprometida com a mudança da sociedade, e não apenas com a sua compreensão.

Minha ideia de filosofia é que, se não for relevante para os problemas humanos, se não nos disser como podemos fazer para erradicar parte da miséria neste mundo, então não vale o nome de filosofia. Eu acho que Sócrates fez uma profunda declaração quando ele afirmou que a razão de ser da filosofia é de

nos ensinar uma vida adequada. Nesse dia e ano “vida adequada” significa a libertação dos problemas urgentes da pobreza, necessidade econômica e de instrução e opressão mental (DAVIS, 1971, p. 14, tradução nossa).

A relação entre Davis e Marcuse que, inicialmente, era de professor e aluna foi se tornando um vínculo cada vez mais forte de amizade e admiração mútua não apenas por motivos acadêmicos, mas também porque os dois compreendiam a importância da práxis. Uma carta que Marcuse endereça a Davis, dia 18 de novembro de 1970, no período em que ela esteve aprisionada, demonstra esta proximidade entre os dois.

As pessoas sempre me perguntam para explicar como você, uma jovem muito inteligente e sensível, uma excelente aluna e professora, como se envolveu nos violentos acontecimentos em San Rafael. Não sei se você esteve envolvida nesses trágicos acontecimentos, mas sei que esteve profundamente envolvida na luta pelos negros, pelos oprimidos em toda parte, e que não poderia limitar seu trabalho por eles à sala de aula e à escrita. E eu acho que há uma lógica interna em seu desenvolvimento e no desenvolvimento das coisas - uma lógica que não é tão difícil de entender. O mundo em que você cresceu, seu mundo (que não é o meu) foi de crueldade, miséria e perseguição. Reconhecer esses fatos não exigia muita inteligência e sofisticação, mas perceber que eles podiam e devem ser mudados exigia pensamento, pensamento crítico: o conhecimento de como surgiram essas condições, que forças as perpetuaram e das possibilidades de liberdade e justiça. Isso, acredito, você aprendeu em seus anos de estudo. E você aprendeu outra coisa, a saber, que quase todas as figuras célebres da civilização ocidental - a própria civilização que escravizou seu povo - estavam, em última análise, preocupadas com uma coisa: a liberdade humana. Como qualquer bom aluno, você levava a sério o que eles diziam, e pensava seriamente sobre isso, e por que tudo isso havia permanecido mera conversa para a grande maioria dos homens e mulheres. Então você sentiu que a ideia filosófica, a menos que fosse uma mentira, deve ser traduzida em realidade: que continha um imperativo moral para deixar a sala de aula, o campus, e ir e ajudar os outros, seu próprio povo ao qual você ainda pertence - apesar de (ou talvez por causa de) seu sucesso dentro do establishment branco.

Mas você lutou por nós também, que precisamos de liberdade e queremos liberdade para todos os que ainda não têm liberdade. Nesse sentido, sua causa é a nossa causa.

Em solidariedade, Herbert Marcuse (MARCUSE, 2005, p. 50, tradução nossa).

De acordo com Marcuse, a perspectiva de Davis sobre a luta pela liberdade, além dos muros da academia, sem ignorar a teoria filosófica, havia sido inspiradora para ele.

O abstrato conceito filosófico de liberdade que nunca deve sair de cena de repente ganha vida e revela sua própria verdade concreta: a liberdade não é apenas o objetivo da libertação; ela começa com a libertação; ela existe para ser ‘praticada’. Isso, confesso, eu aprendi com você! (MARCUSE, 2005, p. 49, tradução nossa).

De acordo com Davis (2019, p. 148), quando ela decide deixar os Estados Unidos para estudar na Alemanha, em 1964, o país passava por uma “relativa tranquilidade política”. Existia um certo otimismo naquele momento com a conquista da Lei dos Direitos Civis, entretanto, os conflitos se intensificaram novamente em 1965, com o assassinato de Malcom X. Antes da

aprovação das leis que aboliram o segregacionismo no Sul, o movimento negro estava mais empenhado nas lutas pelos direitos civis, após as conquistas alcançadas nesse âmbito, as mazelas enfrentadas pelos negros do Norte do país ganharam destaque. A violência policial se intensificou nas comunidades negras, gerando uma onda de protestos, revoltas e motins que se iniciaram em Los Angeles, Newark e Detroit, e foram se espalhando por outras localidades (JENKINS, 2012, p. 234–235). Esse cenário foi o palco para o surgimento do lema “Black Power” (DAVIS, 2019, p. 148) e de algumas organizações como o Comitê Não Violento de Coordenação Estudantil e o Partido dos Panteras Negras.

Na Alemanha, Davis descobriu um mundo novo pela frente, aprofundou seus estudos em filosofia, era orientanda de Adorno na Universidade de Frankfurt. Teve oportunidade de conhecer a Berlim Oriental, que era o mais próximo que ela poderia chegar dos seus ideais políticos concretizados naquele momento. Entretanto, existia um grande conflito interno, entre continuar em Frankfurt com sua pesquisa ou participar da efervescência política em que seu país estava mergulhado naquele momento (DAVIS, 2019, p. 145).

Quanto mais as lutas em meu país se aceleravam, mais frustrada eu me sentia por ser obrigada a vivenciar aquilo do modo totalmente indireto. Eu estava avançando em meus estudos, aprofundando minha compreensão da filosofia, mas me sentia cada vez mais isolada (DAVIS, 2019, p. 148–149).

De acordo com Davis, essa escolha não foi fácil, pois sua vontade de se aproximar dos movimentos sociais não era vista com bons olhos por Adorno, gerando um conflito entre os dois.

Em Frankfurt, quando estudei com Adorno, ele me desencorajou a procurar maneiras de vincular meus interesses aparentemente discrepantes com filosofia e ativismo social. [...] Durante uma de minhas últimas reuniões com ele, [...] sugeriu que meu desejo de trabalhar diretamente nos movimentos radicais daquele período era semelhante ao de um acadêmico de mídia que decide se tornar técnico de rádio (DAVIS, 2018a, p. 143–144).

Apesar da rejeição de Adorno ao seu ímpeto de voltar para os Estados Unidos um ano antes do esperado, Davis recebeu apoio de Marcuse que concordou em assumir a orientação do doutorado na UCSD (Universidade da Califórnia em San Diego), possibilitando que ela aliasse sua carreira acadêmica com a militância junto ao movimento negro (DAVIS, 2019, p. 149).

Muitas vezes expressei publicamente minha gratidão a Herbert Marcuse por me ensinar que eu não precisava escolher entre uma carreira acadêmica ou uma vocação política que implicava fazer intervenções sobre questões sociais concretas (DAVIS, 2018a, p. 143).

Em sua autobiografia, a filósofa demonstra que a práxis lhe atraía tanto quanto a teoria. Seguindo o exemplo de Marcuse, Davis busca aliar a ação no mundo e a interpretação da

realidade, contribuindo para que o conhecimento não ficasse restrito à academia, o que igualmente lhe permitia ter cautela na atuação política.

Estava fora de cogitação colocar o cérebro de molho em nome de uma causa, por nobre e legítima que fosse a seus olhos. Antes pelo contrário, foram sua sólida formação filosófica e as convicções políticas bem pesadas que lhe permitiram se situar acima de qualquer partidarismo fácil. Embora próxima dos Panteras, incomodava à jovem marxista o discurso nacionalista de alguns de seus membros, sem falar no papel auxiliar reservado às mulheres no seio do movimento. A preocupação em diferenciar, o cuidado com o uso correto das palavras estava sempre presente, e adquiriam sentido estratégico (ALVARENGA, 2018).

Quando Davis decide voltar para os Estados Unidos, o país estava passando por uma grande transformação na composição dos movimentos sociais. Os movimentos sociais tradicionais, centrados nos conflitos de classes, perdem o protagonismo nas por justiça social nos anos 1960. Quando esses movimentos alcançam grande parte de suas demandas com a implementação do Estado de Bem-estar Social, abrem-se espaços para que outros grupos pudessem expor as suas necessidades que não foram contempladas pelas políticas de redistribuição, pensadas no registro do conflito de classes.

De acordo com Gohn (2000), a ação dos movimentos sociais é motivada por interesses em comum de um determinado grupo. Os grupos, por sua vez, são constituídos por pessoas que compartilham de uma mesma identidade coletiva, seja ela gênero, raça, ou, como é o caso dos movimentos sociais tradicionais, a identidade de classe. Essas identidades são mobilizadas com o objetivo de trazer benefícios para aqueles que se sentem prejudicados ou injustiçados, culturalmente e/ou economicamente.

Uma vez que o conflito de classes estava atenuado pelas políticas de bem-estar social, os movimentos negro, feminista e gay ganharam espaço para denunciar outras formas de dominação para além da de classe — o racismo, o sexismo, o androcentrismo e a heteronormatividade —, que eram obscurecidas e marginalizadas pela centralização do Estado de Bem-Estar Social na distribuição econômica (FRASER, 2009). Durante a década de 60, tivemos a ascensão dos Novos Movimentos Sociais (NMS), que ampliaram as lutas sociais, antes concentradas em sindicatos e partidos políticos. Esses movimentos passaram a se organizar de maneira autônoma em coletivos e organizações; as pautas também se ampliaram com o surgimento de novos atores políticos. A juventude passou a se manifestar e se organizar, construindo suas bases de reivindicação no campo da cultura, ampliando o debate dos direitos sociais. Os NMS construíram outras formas de organização, menos hierarquizadas, mais participativas e abertas, mobilizados por identidades coletivas construídas dentro e fora dos movimentos, buscando novas formas de fazer política “a partir da sociedade civil, e não apenas

a política oficial, estatal, de luta pelo poder nas estruturas do Estado. Ao se negar o poder das determinações macroestruturais, valorizam-se os fatos conjunturais micro, do cotidiano” (GOHN, 1997, p. 151).

Com a permanência de outras formas de desigualdade social, apesar da diminuição das desigualdades econômicas, uma onda de insatisfação social tomou conta da juventude durante a década de 60. A nova geração reafirmava a necessidade de romper com os valores conservadores da sociedade da época, construindo uma sociedade “libertária”. Os movimentos da ‘contracultura’ se organizavam em torno das mais variadas pautas. Os jovens do movimento hippie, por exemplo, pregavam o lema “paz e amor”, fazendo também uma crítica ao consumismo, garantido pela dinâmica do Estado de Bem-Estar Social (FRASER, 2018a). Esse movimento teve um grande impacto sobre a cultura musical, na moda e nos comportamentos, pregando o amor livre e a desburocratização do mundo do trabalho com grandes influências do hedonismo (ADELMAN, 2001, p. 144). Nesse período, nascem também movimentos ligados a pautas relacionadas diretamente com aquele momento histórico, como o movimento pelo fim da Guerra do Vietnã (1955–1975). A luta pelo fim dessa guerra, que foi responsável por muitas mortes de norte-americanos e de vietnamitas, tornou-se uma luta transnacional pela paz, mobilizando milhares de pessoas em todo o mundo.

Em suma, “os radicais dos anos 1960 repudiavam a limitação, corrente na Guerra Fria, da possibilidade histórica à escolha impalatável e dura entre o capitalismo estatalmente administrado e comunismo “totalitário”; reimaginando a história como um campo aberto de possibilidades que estão a desenvolver-se, eles insistiam no direito e, aliás, no dever de inventar alternativas mais justas e democráticas (FRASER, 2018a, p. 171).

Por sua vez, o movimento ambientalista denunciava os efeitos danosos da produção industrial que começava a mostrar as sérias consequências: aumento da poluição dos rios, mares e do ar, devastação das florestas, entre outras, comprometendo o futuro da vida no planeta (JENKINS, 2012, p. 240). Uma das características dos movimentos desse período é que muitos deles compartilhavam interesses em comum. Dessa forma, as manifestações pelo fim da guerra e os protestos em prol do meio ambiente também contavam, por exemplo, com o apoio do movimento feminista e do movimento negro. O feminismo foi um dos grandes movimentos que compunham os NMS. No capítulo 2, discutiremos as especificidades do feminismo nessa época.

É nesse contexto de efervescência política que Davis iniciou sua atuação política. Em 1967, começou a participar dos movimentos contra a guerra do Vietnã e se articulou com outros alunos negros da universidade, unindo-se ao *Black Student Council* (Conselho Estudantil

Negro; BSC, na sigla original); posteriormente, ela também ingressou no Partido Comunista. É importante ressaltar que, durante este período, o marxismo de Davis se apresentou principalmente na sua postura política; inclusive, de acordo com a autora, o seu objetivo na elaboração de sua autobiografia em 1974 é também atrair mais apoiadores para a luta anticapitalista.

Quando decidi, afinal, escrever o livro, foi porque passei a vislumbrá-lo como uma autobiografia política que enfatizava as pessoas, os acontecimentos e as forças que, durante a minha vida, me impulsionaram em direção ao meu atual engajamento. Um livro como este deveria servir a um propósito muito importante e prático. Havia a possibilidade de que, após a leitura, mais pessoas entenderiam por que muitas de nós não temos alternativa, exceto oferecer nossa vida – nosso corpo, nosso conhecimento, nossa vontade – à causa do nosso povo oprimido. Neste momento, quando os disfarces que camuflam a corrupção, o racismo dos mais altos políticos está rapidamente desmontando, quando a falência do sistema capitalista global está se tornando aparente, há possibilidade de que pessoas – negras, pardas, vermelhas, amarelas e brancas – sintam-se inspiradas a se unir à nossa crescente comunidade de luta. Só considerarei que este projeto valeu a pena se isso acontecer (DAVIS, 2019, p. 22).

De acordo com Hobsbawm (1995), durante grande parte do século XX, o socialismo se colocou como uma alternativa possível e superior ao capitalismo. Inclusive, muitos especialistas apontavam a possibilidade de que o fim da sociedade de classes fosse uma questão de tempo. O século XX foi palco de grandes revoluções socialistas, desde a inauguração com a Revolução Russa em 1917 até as revoluções subsequentes na China (1945), Hungria (1956), Cuba (1959) e Vietnã (1964). Para militantes e intelectuais de esquerda, as vitórias dos revolucionários trouxeram esperança e força para os movimentos em muitos países do mundo (SALES, 2016, p. 355).

Ao longo de sua trajetória, não encontramos, em suas obras, críticas ao marxismo diretamente. Ainda que possamos perceber que ela sofre influência do surgimento NMS, da *New Left* e dos pensadores da Escola de Frankfurt, que mudam o eixo de discussões das lutas sociais, descentralizando o foco da luta de classes, Davis busca conciliar a luta antirracista, feminista e anticapitalista, sem estabelecer hierarquias entre essas lutas. Compreendemos que ela não deseja romper com o marxismo, mas trazer outros fatores para contribuir com a atualização dessa corrente.

A partir de 1967, ela também se aproxima do Partido dos Panteras Negras (PPN). Após a conquista dos direitos civis, as comunidades negras perceberam que as leis antissegregacionistas não eram suficientes para acabar com a desigualdade racial no país; como dissemos anteriormente, as comunidades continuavam sofrendo ataques da polícia e de grupos

supremacistas brancos. Os integrantes dessas comunidades passaram a adotar estratégias de autodefesa, a princípio de forma desarticulada, promovendo revoltas pelo país.

Entre 1965 e 1967, os EUA foram palco de inúmeros conflitos entre os negros pobres dos guetos e a polícia predominantemente branca e racista. Segundo Abu-Jamal, só no ano de 1967 foram 123 “revoltas” desorganizadas e incoerentes, sobre as quais o PPN teve o papel político de organizá-las e introduzir uma alternativa revolucionária (MACHADO, 2011, p. 208).

Em 1966, Huey-Newton, Bobby Seale e Lil Bobby Hutton fundaram o Partido dos Panteras Negras pela Autodefesa, como era chamado anteriormente o PPN. Inicialmente o partido tinha apoio em várias camadas da sociedade, desde membros da *New Left*, organizações da luta contra a Guerra do Vietnã, associações de ativistas negros, partidos comunistas dentro e fora dos EUA, igrejas, militantes do movimento feminista e principalmente jovens da periferia (CHAVES, 2015, p. 360). Ao contrário do movimento pelos direitos civis, o PPN não acreditava que apenas táticas pacifistas seriam suficientes para resolver o problema do racismo, uma vez que as estruturas precisavam ser destruídas e não reformadas. Eles usavam a premissa da Constituição americana que garantia à população o direito ao porte de armas e lhes permitia fiscalizar a ação da polícia durante uma prisão, criando um “policimento da polícia” (JOHNSON, 2002, p. 97). De acordo com Davis, o PPN tinha uma certa abertura para as ideias marxistas, o que fez com que ela se interessasse pelas atividades desenvolvidas pelo grupo (DAVIS, 2019, p. 165). Segundo Chaves (2015, p. 361), PPN tinha influências das ideologias de Malcom X e também de marxistas como Che Guevara, Mao Tsé Tung e Lênin, mas principalmente de Frantz Fanon (1979), que defendia construção de uma guerrilha contra o domínio colonial, representado pelas instituições de repressão do Estado, e na luta armada como tática antirracista. Mas, além disso, Fanon (2012) acreditava que era necessário romper com os sistemas de dominação colonial internalizados pelos colonizados, inferiorizando a si próprios. Para isso, o processo de derrota do colonialismo passava também por uma transformação da mentalidade dos colonizados. Essas ideias são refletidas nas ações adotadas pelos Panteras Negras, como a formação política associada à educação, na qual eles buscaram colocar em prática as ideias de construção de uma sociedade pós-colonial a partir das camadas populares negras.

Os movimentos negros, que surgiram após a conquista dos Direitos Civis, passaram a se preocupar também com a autoafirmação da identidade negra, com a valorização da cultura e da estética do povo negro. É a partir dos anos 60 que surge o movimento *Black Power*, que pregava o lema “*Black is Beautiful*” [Negro é Lindo], com o objetivo de despertar na população o orgulho de suas origens raciais, da cor da pele, dos traços faciais, do cabelo crespo armado,

penteadado que acabou se tornando símbolo do movimento e ficando conhecido pelo nome “black power” (VAUGHAN, 2000, p. 60). A própria Davis acabou ficando muito conhecida, não apenas nos Estados Unidos, mas no mundo todo, por usar esse estilo de cabelo na época em que sua fotografia circulava nas páginas de procurados pelo FBI. Sua figura enquanto mulher negra, ostentando o cabelo afro, dava a ela uma aparência de força e de ativismo político que ia além de suas falas e estava estampada também na sua imagem.

Após o assassinato de Martin Luther King e de Bobby Hutton, em 1968, o PPN recebeu uma grande quantidade de filiações de jovens negros. No seu auge, chegou a ter 5000 filiados, distribuídos em 40 cidades do país. A partir de 1969, o porte de armas foi restringido, e os Panteras Negras tiveram que passar a desenvolver outras atividades nas comunidades, ampliando sua participação, e começaram, então, a distribuir café da manhã para as crianças da comunidade, clínicas de saúde e escolas gratuitas (JOHNSON, 2002, p. 97). Entre essas iniciativas, estava a “Escola de Libertação”, da qual Davis foi diretora. Esta era uma escola de formação técnica e que se preocupava também em promover a consciência de classe e racial, e o PPN vinha organizando um trabalho de base nas comunidades negras periféricas (DAVIS, 2019, p. 171).

De acordo com Davis, existia uma síndrome generalizada dentro do movimento negro de “confundir sua atividade política com a afirmação da masculinidade” (DAVIS, 2019, p. 169). Mesmo que Davis seja considerada uma das maiores ativistas e intelectuais negras dos Estados Unidos, ela não era encarada como uma liderança política do movimento, assim como os líderes negros eram. Como nos mostra hooks (2020), a visão que os homens negros tinham de Davis é um dos exemplos da segregação feminina dentro do movimento negro.

Apesar de Angela Davis ter se tornado uma heroína do movimento na década de 1960, ela era admirada não por seu comprometimento político com o partido comunista, não por nenhuma de suas brilhantes análises sobre o capitalismo e o imperialismo racial, mas por sua beleza, por sua devoção aos homens negros. O público estadunidense não queria ver a Angela Davis “política”; em vez disso, fizeram dela *pinup*. Em geral, as pessoas negras não aprovavam o comunismo dela e se recusavam a levá-lo a sério (HOOKS, 2020, p. 289).

Além do machismo presente no movimento, Davis aponta que, com o tempo, foram ficando cada vez mais intolerantes ao comunismo, que chegava a ser considerado por alguns líderes como “coisa de homem branco” (DAVIS, 2019, p. 163). Essas questões e o início da dissolução do PPN por fatores políticos fizeram com que Davis se distanciasse da organização. Com o passar do tempo, o movimento acabou perdendo sua linha revolucionária que almejava a mudança do *status quo* e se afastou de aliados da *New Left* e do movimento feminista. Pela perseguição política a vários membros, assim como pelos ataques às sedes da organização pelo

país, um grande enfrentamento com a polícia e as forças de repressão e espionagens do Estado americano, como a CIA — *Central Intelligence Agency (Agência Central de Inteligência)* — e o FBI — *Federal Bureau of Investigation (Departamento Federal de Investigação)* —, foram alguns dos fatores responsáveis pelo enfraquecimento das relações com os outros movimentos sociais e a comunidade negra que levou o PPN ao fim em 1982 (CHAVES, 2015, p. 363).

Em 1968, ela começou a frequentar as reuniões do Che-Lumumba, que era o coletivo negro do partido comunista. Entretanto, a decisão de filiação ao Partido Comunista não foi imediata, passaram-se alguns meses até que Davis percebesse que não havia abertura para uma integração entre luta antirracista e anticapitalista nos movimentos negros.

Há muito tempo tinha ficado evidente para mim que, para atingir seus objetivos máximos, a luta pela libertação negra teria de se tornar parte de um movimento revolucionário, abarcando toda a população trabalhadora. Também me parecia evidente que esse movimento deveria pressionar na direção do socialismo (DAVIS, 2019, p. 154).

Além disso, para ela, a filiação ao Partido Comunista era um grande passo.

Eu não estava preparada para me afiliar ao Partido Comunista. De qualquer modo, tornar-se comunista é assumir um compromisso vitalício que exige muita reflexão séria a respeito de se possuir o conhecimento, a força, a perseverança e a disciplina que uma pessoa comunista precisa ter (DAVIS, 2019, p. 165).

Em 1969, Davis viajou para Cuba na companhia de membros do Partido Comunista, eles estavam indo ao país para as comemorações do dia 26 de julho, referentes ao Dia da Rebelião Cubana. Nessa data, sempre aconteciam várias festividades, mas aquele foi o primeiro ano em que as atividades festivas dariam lugar a uma campanha agrícola nas plantações de cana-de-açúcar. De acordo com Davis (2019, p. 201), ela se sentiu surpresa em ver o empenho da população para alcançar a meta de 10 milhões de toneladas de açúcar estimada pelo governo. Davis participou da campanha junto à população e descreve que teve a oportunidade de conversar com a população, ver os esforços que o país fazia para resistir e as iniciativas antirracistas que foram feitas após a revolução cubana¹⁵. Para ela a viagem mostrou “o que socialismo consegue fazer para erradicar o racismo”. Ao retornar para os Estados Unidos, Davis tomou a decisão de filiar-se ao Partido Comunista.

A viagem a Cuba foi um ponto alto em minha vida. Eu me sentia infinitamente mais madura no que dizia respeito à política, e parecia que o entusiasmo revolucionário sem limites do povo cubano tinha deixado uma marca permanente na minha existência (DAVIS, 2019, p. 210).

¹⁵ “Após a vitória da Revolução, Fidel Castro proferiu o discurso, depois intitulado “Proclamação contra a Discriminação”, em que convocou uma campanha contra a discriminação racial, na educação, no emprego e em todas as instalações públicas” (DURÃES e MATA, 2009, p. 146).

Naquele ano, Davis recebeu o convite para integrar o corpo docente da UCLA, entretanto, pressionados pelo então governador Ronald Reagan, após a circulação de alguns rumores, os regentes da universidade decidiram perguntar formalmente se ela era integrante do Partido Comunista. De acordo com as regras do manual dos Regentes, herança da era macarthista¹⁶, eles não poderiam contratar membros do partido. A expectativa era que Davis se recusasse a responder, uma vez que, conforme a legislação americana, ela não poderia produzir provas contra si mesma. Quando Davis responde afirmativamente ao questionamento, uma série de perseguições começaram a acontecer: ataques da mídia local e pressão da comunidade acadêmica para que ela fosse demitida. Esse processo durou aproximadamente um ano; após este período, seu contrato não foi renovado, e ela deixou de fazer parte do corpo docente da universidade (DAVIS, 2019, p. 211).

Davis começou a se tornar uma pessoa de destaque nos movimentos sociais por sua coragem e enfrentamento, seguiu na luta política esforçando-se para conciliar a produção de sua tese com suas obrigações políticas e partidárias. O cerco contra militantes de esquerda e do movimento negro estava se fechando. Muitos integrantes e lideranças foram assassinados, presos e perseguidos.

O governo havia decidido eliminar o Partido dos Panteras Negras em todo o país, J. Edgar Hoover classificou os Panteras de “maior ameaça à segurança interna dos Estados Unidos”, e as forças policiais da maioria das grandes cidades investiram contra seções locais dos Panteras (DAVIS, 2019, p. 229).

Quando Davis passou a integrar o comitê de defesa dos Irmãos Soledad¹⁷, sua militância tomou maiores proporções. A partir daí, ela começou a viajar para várias universidades (Loyola College, em Los Angeles, Pasadena City College, Universidade de São Francisco, Universidade do Pacífico etc.), estados, igrejas, grupos sociais, para mobilizar a população, estudantes e classe trabalhadora em favor da causa da libertação dos presos políticos (DAVIS, 2019, p. 246).

¹⁶ “Joseph McCarthy, o senador republicano de Wisconsin, tornou-se famoso a partir de 1950 quando lançou-se numa cruzada anticomunista sem precedentes em sua proporção, no cenário doméstico norte-americano” (RODEGHERO, 2002, p. 471–772). A Guerra Fria não teve impacto apenas nas políticas internacionais, as medidas anticomunistas também foram adotadas internamente, e essas políticas ficaram conhecidas como macarthismo. As perseguições nos Estados Unidos começaram pelo Partido Comunista, proibindo o seu funcionamento em vários estados. Alguns de seus integrantes foram perseguidos, presos e acusados de conspiração contra a pátria. Além disso, os governos estaduais obrigaram funcionários públicos a fazer juramento de lealdade, afirmando que não apoiavam “causas subversivas”. O Comitê de Investigação para as Atividades Antiamericanas, fundado em 1952, era responsável pelo monitoramento das atividades da população, limitando a liberdade de expressão e de associação, e as perseguições foram aplicadas tanto aos sindicatos quanto à indústria do cinema (JENKINS, 2012, p. 214–216).

¹⁷ “George Jackson, Fleeta Drumgo e John Clutchette — os quais haviam sido encarcerados na prisão de Soledad, na cidade de Monterrey, Califórnia. Ficaram conhecidos como ‘Soledad Brothers’ [Irmãos Soledad].” Eram presos políticos ligados aos Panteras Negras (SILVA, 2018, p. 206).

Em 1968, a polícia faz uma batida em um evento para arrecadação de fundos para o *Student Non-violent Coordinating Committee* (Comitê não violento de Coordenação Estudantil, SNCC, na sigla original) e no apartamento de dois integrantes do Partido Comunista, onde apreendeu dinheiro e armas, sendo que uma dessas armas estava no nome de Davis, que havia recebido várias ameaças de vizinhos e vivia sendo observada pela polícia (DAVIS, 2019, p. 27). Em 1970, Jonathan Jackson, irmão mais novo de George Jackson, um dos prisioneiros da penitenciária de Soledad, invadiu um tribunal de justiça com o objetivo de sequestrar o juiz e propor uma negociação com o governo. Eles queriam trocar a liberdade dos Irmãos Soledad pela libertação do juiz. Entretanto, esta ação acabou com quatro pessoas mortas, entre elas, Jonathan Jackson e o juiz do Superior Tribunal na Califórnia, Harold Joseph Haley. Por seu envolvimento com as lutas pela libertação dos prisioneiros, Davis se tornou suspeita de ser uma das mentoras da ação. De acordo com a polícia, na época, uma das armas usadas no tiroteio estava em nome de Davis. Essa informação foi suficiente para que ela fosse acusada de assassinato, sequestro e conspiração criminosa (JUDGE is accused by Angela, 1971). Davis foi declarada pelo FBI como uma das 10 pessoas mais perigosas dos EUA. No dia 9 de agosto de 1970, ela começou sua tentativa de fuga para buscar asilo político em Cuba, sendo considerada foragida, procurada em todo o país e também no Canadá (DAVIS, 2019, p. 29).

Davis passou três meses fugindo e passando por vários estados até que, em 13 de outubro de 1970, foi presa em Nova York (DAVIS, 2019, p. 33). No dia 21 de dezembro de 1970, Davis foi extraditada para a prisão do condado de Marin, na Califórnia, onde a legislação considerava os crimes dos quais ela estava sendo acusada passíveis de pena capital. Além disso, ela passou grande parte do tempo em que esteve lá em solitária, com pouco contato com as outras detentas, sua família e companheiros de luta (DAVIS, 2019, p. 78). Durante o período em que Davis esteve presa, sua irmã Fania Davis e integrantes do Partido Comunista, dos movimentos negros e simpatizantes das causas pelas quais ela lutava organizaram o comitê *Free Angela & All Political Prisoners* (Conhecido no Brasil como ‘Libertem Angela Davis’), que reivindicava e pressionava o sistema judiciário para que ela tivesse melhores condições carcerárias no período em que aguardava julgamento, assim como proclamavam sua inocência, a liberdade dela e de todos os outros presos políticos. Esta campanha tomou grandes proporções, espalhando-se não só pelos Estados Unidos como por outros países ao redor do mundo (BARRETO, 2005, p. 72). A pressão nacional e internacional influenciou a opinião pública de maneira positiva, podendo ser vista como um dos pontos que levaram à sua libertação.

Após a decisão de que os crimes pelos quais Davis era acusada não seriam mais

hediondos, sendo retirada a possibilidade de aplicação da pena de morte, em 1971, a argumentação da recusa em fornecer a Davis a alternativa de pagar fiança caíra por terra. Após muito esforço, o movimento “Libertem Angela Davis” conseguiu levantar a quantia de \$ 102.500,00 (DAVIS, 2019, p. 313). Houve muita comemoração por esta conquista significativa naquele momento. Davis foi discursar para os seus apoiadores, e à noite todos comemoraram com um jantar em sua homenagem.

Depois do jantar, quando terminei uma taça de champanhe – tudo que me atrevi a beber –, brindei a praticamente todas as pessoas presentes. De forma espontânea começamos a cantar “A internacional”: “De pé, ó vítimas da fome”. E imediatamente depois, o “Negro Nacional Anthem” (DAVIS, 2019, p. 318).

Em 4 de junho de 1972, após vinte e dois meses entre a sua fuga, clandestinidade, prisão e condicional, foi dado o veredito de “não culpada”. Entretanto, ela já havia decidido que a sua liberdade não deveria servir para fins individuais. “Decidi então que, se fosse libertada, usaria minha vida para defender a causa de minhas irmãs e irmãos atrás dos muros” (DAVIS, 2019, p. 305).

Apesar de lutar pela liberdade de presos políticos anteriormente, sua experiência como presa política trouxe novos conhecimentos sobre a vida dos apenados e dos efeitos psicológicos e patológicos do encarceramento. Após a sua prisão, Davis retomou as atividades como professora emérita da UCLA e tornou-se referência mundial da luta antirracista, anticapitalista e feminista. Em 1980 e 1984, foi candidata a vice-presidente dos EUA pelo Partido Comunista. Na década de 90, ela deixou o partido e fundou a *Critical Resistance*¹⁸. A autora intensificou a sua luta e produção teórica sobre o abolicionismo penal.

Desde a primeira década dos anos 2000 até hoje, a sua crítica ao capitalismo neoliberal vem se intensificando, buscando demonstrar que não é possível dissociar o sistema econômico-cultural da responsabilidade pelas demais opressões e dominações sociais. Isso será debatido no último capítulo da dissertação.

¹⁸ “A Resistência Crítica foi formada em 1997, quando ativistas, desafiando a ideia de que a prisão e o policiamento são uma solução para problemas sociais, políticos e econômicos se reuniram para organizar uma conferência que examinou e desafiou o que chamamos de Complexo Industrial Prisional (PIC). Realizada em Berkeley, Califórnia, em setembro de 1998, a conferência reuniu mais de 3.500 ativistas, acadêmicos, ex-prisioneiros e atuais, líderes sindicais, organizações religiosas, feministas, ativistas gays, lésbicas e transgêneros, jovens, famílias e legisladores de literalmente todos os estados e outros países. O evento de três dias contou com quase 200 painéis e workshops diferentes. A conferência também incluiu uma série de eventos culturais e um festival de cinema. Embora a conferência tenha sido um grande sucesso, o CR reconheceu que seu trabalho estava apenas começando. O objetivo do CR era, e continua sendo, construir um movimento para eliminar o Complexo Industrial Prisional” (HISTORY, s/a).

CAPÍTULO 2 – O FEMINISMO NEGRO E A RELAÇÃO ENTRE SEXISMO, RACISMO E CAPITALISMO EM DAVIS

“Nós, mulheres negras que defendemos a ideologia feminista, somos pioneiras. Estamos abrindo um caminho para nossas irmãs e para nós mesmas. Esperamos que, ao nos verem alcançar nosso objetivo – não mais vitimadas, não mais ignoradas, não mais amedrontadas – elas criarão coragem e nos seguirão.”

bell hooks

A riqueza do olhar de Davis sobre a realidade se dá pela pluralidade de influências que fazem parte do seu arcabouço teórico e político. No capítulo anterior, apresentamos a sua introdução na academia através dos estudos literários, a mudança da sua formação para a filosofia e as influências que recebeu dos teóricos críticos, principalmente do seu mestre e amigo Marcuse. Neste capítulo, veremos as publicações da primeira fase de sua teoria, percebendo a influência não só de grandes nomes da filosofia, mas também do pensamento de mulheres e homens negros americanos.

Antes de discutir as obras de Davis, faremos uma breve reconstrução histórica da situação socioeconômica dos Estados Unidos no pós-Segunda Guerra, para que possamos entender a colocação das mulheres na sociedade americana e a eclosão da segunda onda do feminismo e do feminismo negro. Posteriormente, apresentaremos o contexto de formação do feminismo negro, as motivações para criação de um feminismo antirracista, assim como suas características e lutas políticas, para refletirmos sobre essas questões no pensamento de Davis. O feminismo negro surge na década de 70 nos Estados Unidos, principalmente por uma questão de necessidade, uma vez que as questões que englobam a realidade da mulher negra não eram devidamente contempladas por nenhuma corrente do movimento feminista ou do movimento negro. Davis faz parte da primeira geração de intelectuais acadêmicas do feminismo negro, tendo um papel fundamental na aliança entre teoria e práxis feminista antirracista. Veremos aqui também o surgimento da abordagem interseccional, difundida por Davis e outras intelectuais negras através do resgate do pensamento de mulheres negras, que desde o século XIX chamam atenção para a necessidade de compreender a realidade da mulher negra por meio da conexão entre gênero, raça e classe.

Neste capítulo, centraremos nossa análise nos dois livros teóricos publicados por Davis na primeira fase de sua teoria. Nesta fase, predomina a crítica ao capitalismo, ao racismo e ao

sexismo. Além disso, como intelectual negra que é, ela busca recuperar o pensamento negro em seu potencial filosófico. Em *Lectures on Liberation*, de 1971, Davis traz os *Black Studies* para fazer a reflexão filosófica sobre a liberdade, correlacionando o pensamento de Hegel, Marcuse, Marx e Frederick Douglas. Já em *Mulheres, Raça e Classe*, de 1981, a autora faz o resgate histórico da trajetória das negras nos Estados Unidos entrelaçando essas três categorias sociais. Nessa obra, ela retorna ao período da escravidão e destaca a exploração das mulheres negras na sociedade escravagista; analisa a luta pelo sufrágio feminino no século XIX e a sua relação com o racismo; retoma o pensamento de mulheres comunistas antirracistas; e aponta as consequências do racismo da vida de negros e negras no pós-abolição.

2.1: Pós-Segunda Guerra e as mulheres

A cultura, a política e a economia tiveram uma grande transformação no pós-Segunda Guerra. As mulheres foram muito impactadas por essas mudanças, da mesma forma que também tiveram um papel importante nas transformações que ocorreram na segunda metade do século XX. Mas, por compreendermos que as mulheres são plurais, sabemos que os marcadores sociais de classe e raça/etnia determinam a posição que essas mulheres ocupam na sociedade, fazendo com que os acontecimentos sócio-históricos atinjam suas realidades de maneira diferente.

Durante a Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos enviaram para o combate cerca de 16 milhões de americanos entre 1941 e 1945. Até então, esses homens representavam a grande maioria da força de trabalho do país. A ausência deles abriu oportunidade para que as mulheres pudessem ocupar o espaço deixado pelos homens nos anos da guerra. Em torno de 3 milhões de mulheres passaram a trabalhar dando suporte às tropas, outras tantas começaram a trabalhar em fábricas, na agricultura e no comércio (JENKINS, 2012, p. 209). A força de trabalho das mulheres de classes média e alta sempre fora secundarizada, entretanto, durante a Segunda Guerra, o trabalho feminino se tornou essencial para manter o abastecimento do mercado interno e externo. Até 1944, as mulheres aumentaram em 32,9% a sua participação no mercado de trabalho (PINGEON, 1944, p. 2). A renda das mulheres teve um aumento significativo nesse período. As mulheres brancas da classe média, casadas, começaram a trabalhar fora de casa pela primeira vez; já as mulheres brancas e negras da classe trabalhadora puderam sair de trabalhos informais e buscar melhores oportunidades de emprego (SILVA,

2016, p. 9). Nesse período também houve uma forte migração de negros e negras do Sul do país, onde as leis segregacionistas limitavam as suas vidas como um todo, para os estados do Oeste e do Norte à procura de melhores condições de trabalho e maior liberdade (JENKINS, 2012, p. 209).

Como as mulheres foram chamadas para ocupar os postos de trabalho dos homens de maneira emergencial, quando a guerra chegou ao fim os homens retornaram às suas funções no trabalho e na chefia nas famílias. Elas não deixaram de trabalhar, mas foram realocadas para funções tidas como mais “femininas”, como o secretariado e o comércio (SILVA, 2016, p. 9). O crescimento econômico do pós-guerra possibilitou que elas continuassem trabalhando fora do lar. Outro fator que teve impacto no aumento da profissionalização das mulheres foi que, desde 1945, a mão de obra passou a ser cada vez mais especializada e exigir maior qualificação.

Nas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial, os países do então chamado ‘primeiro mundo’ retomaram seu crescimento econômico, apostando em um capitalismo organizado pelo Estado. Este regime de acumulação tinha como base a ideia de que o Estado responsabilizar-se-ia por sustentar o crescimento econômico, garantir a estabilidade de emprego, salários e preços, além de assegurar a proteção social (FRASER, 2018a). Celebra-se um pacto social no qual a intervenção do Estado na economia é justificada para conter as crises cíclicas do capitalismo e promover a estabilidade no emprego da força de trabalho. Esse pacto social tem como principais atores Estado, empresas e sindicatos. O Estado gere a economia “de forma a manter o conflito de classes dentro de limites aceitáveis pelo capital ao mesmo tempo em que atendia as reivindicações básicas dos trabalhadores” (SILVA, 2020, p. 727). A política econômica keynesiana foi pensada para suavizar as oscilações do capitalismo (FRASER, 2009). O bom funcionamento da economia e o pleno emprego eram as precondições para que o Estado de Bem-Estar Social¹⁹ pudesse ter boa arrecadação de impostos, para atender com políticas públicas de boa qualidade e seguridade social a população (SILVA, 2020).

Essas políticas beneficiaram, em grande medida, os trabalhadores formais e sindicalizados, que passaram a ter maior estabilidade financeira, direitos trabalhistas e empregos com melhor remuneração. A maior parte desses trabalhadores eram homens brancos.

¹⁹ De acordo com Silva e Mattos (2009, p. 142), o modelo de Estado de Bem-Estar Social estadunidense, diferentemente dos modelos europeus, tem menor participação do Estado, deixando o mercado com o papel de mediador das necessidades básicas da população. Em países como Portugal, Espanha e Dinamarca, por exemplo, além das políticas de pleno emprego e assistência social, os Estados desenvolveram sistemas públicos para garantir para toda a população direitos básicos como o direito à saúde. “Nos Estados Unidos, por sua vez, coexistem os sistemas de Medicaid (Programa de Seguro de Saúde para população de baixa renda) e Medicare (Programa de Saúde para maiores de 65 anos), complementados por uma rede de provedores de serviços privados de saúde.” (SILVA; MATTOS, 2009, p. 144).

De acordo com Collins (2019, p. 121), após as conquistas dos direitos civis na década de 60, uma parcela da população negra também foi impactada positivamente pelas políticas de Bem-Estar Social, pois tiveram oportunidade de rejeitar empregos mal remunerados, que não eram suficientes para arcar com as necessidades básicas da família. Entretanto, o Estado de Bem-Estar Social não cobria a maior parcela dos homens e mulheres negros, uma vez que eles ocupavam, em grande parte, os trabalhos informais, domésticos e agrícolas, que estavam fora desses programas (FRASER, 2020, p. 275).

A divisão racial do trabalho reprodutivo, iniciada durante a escravidão, assumiu um novo aspecto sob a legislação Jim Crow, tendo em conta que as mulheres de cor encontravam trabalho mal remunerado na criação das crianças e na limpeza dos lares de famílias “brancas”, em detrimento de suas próprias famílias (FRASER, 2020, p. 275).

Segundo Collins (2019, p. 150), as mulheres negras que conseguiram ser beneficiadas por essas políticas passaram a ser estigmatizadas como “mães dependentes do Estado”. Quando começou a crise do capitalismo administrado pelo Estado na década de 80, como veremos no próximo capítulo, os governos passaram a pregar que essas mulheres negras eram responsáveis pelo déficit econômico e pelo aumento de gastos do Estado com seguridade social. Esses argumentos não eram verdadeiros, mas, devido ao racismo e ao sexismo presentes na sociedade estadunidense, essas ideias ganharam uma grande popularidade.

As mudanças econômicas e sociais desse período fomentaram novas lutas feministas. As lutas por justiça social desse período tornaram o momento propício para que as mulheres passassem a reivindicar também a diminuição das desigualdades entre os gêneros em todos os âmbitos, econômico e cultural.

2.1.1: Feminismos da segunda onda

A partir da década de 60, o movimento feminista se articula para denunciar o androcentrismo e o sexismo presentes nas esferas pública e privada, inclusive na estrutura do Estado de Bem-Estar Social. Porém, uma vez que as mulheres têm interesses consonantes com a posição social que ocupam na sociedade, os dilemas femininos não eram compartilhados por todas as mulheres de maneira equivalente. Dessa forma, o feminismo da segunda onda é um movimento plural, com diferentes correntes que refletem os interesses de diversos grupos de mulheres, que têm pontos em comum e discordâncias entre si. Entre essas correntes, nessa

época, temos: o feminismo liberal, o feminismo negro, o feminismo socialista e o feminismo radical. Enquanto integrante do feminismo negro, Davis, assim como outras feministas negras, tece críticas ao feminismo que não leva em consideração as questões raciais e de classe.

Além das demandas cada vez maiores pela diminuição das desigualdades de gênero nas esferas pública e privada, o feminismo da segunda onda passou a apontar para o que estava além das tradicionais lutas de classe, como reivindicações por melhores salários, por melhores condições de trabalho e direitos trabalhistas. O feminismo estava integrado aos Novos Movimentos Sociais, cuja agenda de luta extrapolava em muito o tradicional conflito de classes (GOHN, 1997). Para o feminismo da segunda onda, era importante ampliar a participação da mulher no mercado de trabalho, proporcionar igualdade salarial e garantia de direitos, mas também era fundamental compreender as formas de atuação do sexismo e do androcentrismo não apenas no espaço público, demonstrando a recorrência das formas de opressão sofridas pelas mulheres na vida privada. Essas feministas formularam a máxima: o pessoal é político, ressaltando a falta de liberdade sexual para as mulheres, a violência doméstica, as divisões de papéis institucionalmente fixos, que restringiam a liberdade das mulheres a atividades subordinadas e ao cuidado da casa e dos filhos, entre outras funções menos prestigiadas (FRASER, 2009, p. 18).

Ao afirmar que “o pessoal é político”, o feminismo traz para o espaço da discussão política as questões até então vistas e tratadas como específicas do privado, quebrando a dicotomia público-privado, base de todo o pensamento liberal sobre as especificidades da política e do poder político. Para o pensamento liberal, o conceito de público diz respeito ao Estado e às suas instituições, à economia e a tudo mais identificado com o político. Já o privado se relaciona com a vida doméstica, familiar e sexual, identificado com o pessoal, alheio à política (COSTA, 2005, p. 26).

Ao longo das décadas de 1960 e 1970, um dos principais pontos criticados pelo feminismo nos Estados Unidos é o caráter androcêntrico do Estado de Bem-Estar Social, ou seja, as políticas de criação de empregos e de benefícios para os trabalhadores eram centradas na figura do homem branco, que era visto como o ‘tipo ideal’ de trabalhador (FRASER, 2009, p. 16). A remuneração recebida pelos homens era tida como principal, constituindo o chamado ‘salário-família’, que seria suficiente para prover os filhos e a esposa, sem que as mulheres precisassem desempenhar atividades assalariadas. Ou ainda, caso as mulheres desempenhassem alguma função no mercado de trabalho, seu salário era considerado suplementar. As feministas criticaram o ‘salário-família’ por reproduzir uma divisão do trabalho tradicional entre homem e mulher, na qual os homens se dedicam prioritariamente à vida produtiva, e as mulheres, à vida reprodutiva. No entanto, não era objetivo do feminismo nessa época defender simplesmente a

substituição de um salário para o sustento da família por dois salários. Para as feministas, “superar a injustiça de gênero significava acabar com a desvalorização sistemática da provisão de cuidados e a divisão sexista do trabalho, tanto remunerado quanto não remunerado” (FRASER, 2009, p. 21). Algumas feministas denunciavam que, nesse período, as mulheres passaram por um processo de socialização para abdicar da independência conquistada durante a Segunda Guerra, afirmando que houve uma campanha através das mídias de massa para que as mulheres adotassem o papel da “dona de casa” (FRIEDAN, 1971; HOOKS, 2020). Em seu livro *Mística Feminina*, Betty Friedan (1971) problematiza o papel de esposa, mãe, dona de casa, defendido pela sociedade. De acordo com a autora, a internalização dos valores sociais que destinavam a mulher ao ambiente doméstico fazia com que elas renunciassem à sua individualidade. Mesmo que elas não se identificassem com esses papéis sociais, a busca por aceitação lhes resignava a pensar que assim deveria ser a vida de uma mulher.

Por outro lado, o ‘salário-família’ apresentava dilemas diferentes para as mulheres de acordo com a sua classe social e a raça/etnia. Segundo Collins (2019, p. 103), não apenas o ‘salário-família’, mas todas as políticas do Estado de Bem-Estar Social definiam normas de gênero, com papéis femininos e masculinos baseados em um modelo específico de família branca, de classe média e heterossexual. As famílias negras não eram contempladas por esses programas, muitas vezes, por não se enquadrarem nesse perfil. Grande parte das famílias negras era chefiada por mães solo, e as que eram compostas por um homem e uma mulher recebiam salários inferiores aos brancos. Por isso, era imprescindível que os dois trabalhassem para garantir o sustento da família.

As mulheres que não estavam na classe média e precisavam trabalhar fora do lar para garantir a subsistência não se enquadravam no ideal de feminilidade associado às donas de casa. Durante os anos 50 e 60, as comunidades negras passaram por uma mudança comportamental, as famílias negras queriam se aproximar cada vez mais do modelo familiar das famílias brancas, reproduzindo modelos de masculinidade e de feminilidade dos brancos (HOOKS, 2020, p. 279). Isso atingia principalmente as mulheres e homens negros, gerando conflitos em suas famílias. Enquanto os homens negros eram desprezados por não conseguirem prover o desejado ‘salário-família’, uma vez que recebiam salários mais baixos e tinham empregos piores que os homens brancos, as mulheres negras, por sua vez, eram vistas como menos femininas que as mulheres brancas e, dessa maneira, menos desejáveis (HOOKS, 2020, p. 281).

Mais do que nunca na história dos Estados Unidos, as mulheres negras estavam obcecadas por encontrar o ideal de feminilidade descrito na televisão, em livros e em entrevistas. A existência de uma classe média negra emergente

significava que grupos de mulheres negras tinham mais dinheiro do que jamais tiveram para gastar comprando roupas, cosméticos ou revistas como *McCall's Ladies Home Journal* (HOOKS, 2020, p. 280).

Como podemos perceber a partir das críticas elaboradas pelas feministas negras, as pautas de luta divergiam de acordo com a origem social das mulheres. Até os anos 60, as mulheres negras se viam alheias ao movimento de mulheres, uma vez que as mulheres brancas que compunham e lideravam esse movimento fechavam os olhos para a realidade enfrentada pelas negras. Desde o período inicial do feminismo sufragista, no fim do século XIX, as mulheres negras denunciavam a homogeneização presente no feminismo, cujas pautas estavam centradas nas reivindicações de mulheres brancas e de classe média. Como veremos neste capítulo, no livro *Mulheres, Raça e Classe*, Davis (2016) demonstra o racismo presente no movimento feminista desde suas raízes no século XIX. De acordo com a autora, seja através do racismo explícito ou da negligência da realidade das mulheres negras, o feminismo sempre excluiu as mulheres negras do movimento.

Existia um dilema para a organização das mulheres negras dentro dos movimentos sociais, uma vez que a realidade dessas mulheres estava permeada tanto pelo racismo quanto pelo machismo, sendo necessário que elas encontrassem no feminismo e no movimento negro abertura para que suas demandas específicas também fossem contempladas dentro desses movimentos. Entretanto, como dissemos anteriormente, as feministas permaneciam alheias às demandas raciais das negras. Além disso, segundo hooks (2020, p. 278), até os anos 1960, as mulheres negras, em sua maioria, não defendiam os direitos das mulheres, pois existia uma rivalidade entre o feminismo e o movimento negro pelos direitos civis, de tal maneira que as mulheres negras não queriam que a sua luta fosse confundida com a luta por igualdade sexual. Por viverem em um sistema segregacionista, em que o racismo era legitimado pelo Estado, escolher a luta negra em detrimento da luta das mulheres, além de uma questão política era uma questão de sobrevivência para as mulheres negras e sua comunidade.

Era mais provável que as pessoas negras daquela época censurassem o movimento de libertação da mulher, entendendo que era coisa de mulher branca. Como consequência, era frequente que mulheres negras engajadas individualmente no movimento fossem isoladas e hostilizadas por outras pessoas negras. Em geral, éramos a única pessoa negra em círculos predominantemente brancos. E entendia-se que qualquer conversa sobre raça desviava a atenção que deveria ser dada à política de gênero. Já era de se esperar então que mulheres negras tivessem que criar um corpus de trabalho separado e distinto que reunisse nossa compreensão sobre raça, classe e gênero (HOOKS, 2020, p. 12).

De acordo com hooks (2020), em seu livro *E eu não sou uma mulher?*, as mulheres negras tinham muita dificuldade em se identificar com o movimento feminista inicialmente,

pois na realidade delas a violência racista estava presente de maneira tão ostensiva e concreta, que o sexismo ficava em segundo plano entre as problemáticas enfrentadas naquele momento. A luta pelo fim da opressão racial muitas vezes tinha prioridade em detrimento das lutas contra as opressões de gênero.

Não era possível para mulheres negras contemporâneas se juntarem para lutar pelos direitos das mulheres, porque não víamos a “mulheridade” como um aspecto importante da nossa identidade. A socialização racista e sexista nos condicionou a desvalorizar nossa condição de mulher e a considerar raça como o único rótulo relevante de identificação (HOOKS, 2020, p. 17).

Apesar de terem participado mais ativamente do movimento pelos direitos civis, até a década de 1960 tanto o movimento negro quanto o movimento feminista e o de trabalhadores não conseguiam abarcar a complexidade da realidade da mulher negra. As lutas do movimento negro pautavam principalmente as injustiças raciais. Contudo, como apontam as feministas negras, raça não é um conceito homogêneo, assim como o gênero e a classe social. Por ocupar uma posição social em que essas três estruturas se entrecruzam, era muito claro para elas que não seria possível escolher apenas uma dessas lutas por justiça social, uma vez que elas só conseguiriam ser contempladas por uma luta que buscasse extinguir todas essas formas de dominação social.

Para o movimento pela libertação negra, a almejada equidade racial significava a inserção do negro nas estruturas sociais já existentes. Ou seja, para eles, não cabia ao movimento negro questionar os valores da cultura estadunidense, ao contrário, as famílias brancas e a organização social vigente eram o padrão a ser alcançado (HOOKS, 2020, p. 23). As mulheres negras estiveram designadas a posições de subordinação no movimento negro; desde o Movimento pelos Direitos Civis até os Panteras Negras, a liderança masculina era compreendida como natural. Ainda que algumas mulheres tenham se esforçado para chegar a essa posição dentro do movimento, a ideia de que as mulheres eram incapazes de liderar era predominante. Apesar de lutar por justiça racial, os líderes negros estavam cegos às opressões sofridas pelas mulheres negras, o machismo estava tão presente no movimento negro quanto nas outras esferas sociais. De acordo com hooks (2020, p. 23), “eles exigiram que mulheres negras assumissem uma posição de subserviência. Disseram a elas que deveriam cuidar das necessidades do lar e gerar guerreiros para a revolução”.

O que se iniciou como ativismo para libertar todas as pessoas negras da opressão racista se tornou um movimento cujo objetivo principal era estabelecer o patriarcado negro. Não é surpreendente que um movimento tão preocupado em promover os interesses de homens negros falhasse em chamar a atenção para o duplo impacto da opressão sexista e racista no status social das mulheres negras (HOOKS, 2020, p. 24).

Ainda que hooks e Davis tenham visões diferentes sobre a questão do patriarcado negro, recuperamos aqui essa discussão para mostrar o papel secundário atribuído às mulheres no movimento negro. Como veremos mais à frente, de acordo com Davis (2016, p. 30), nas famílias negras, no período da escravidão, havia maior igualdade entre homens e mulheres na divisão social do trabalho. Apesar de hooks afirmar que o sexismo está presente na comunidade negra desde o princípio, ao contrário do que diz Davis, usamos aqui o argumento de hooks para demonstrar as possíveis razões da reprodução de uma visão machista dentro do movimento negro, estabelecendo a relação com o diagnóstico feito por Davis, no capítulo 1, sobre o movimento negro. Em resumo, não existia espaço nos movimentos sociais para que as mulheres negras pudessem ser contempladas adequadamente em suas reivindicações e necessidades. Dessa forma, elas precisaram começar a se organizar em torno de suas próprias demandas criando a vertente do feminismo negro.

2.2: Liberdade e o pensamento negro

Toda a movimentação social dos anos 50, 60 e 70 teve grande impacto na sociedade, mudando paradigmas e os rumos da política, da academia e da cultura. Nos anos 70, com a aprovação da lei dos direitos civis na década anterior, as condições materiais dos negros tiveram uma grande melhoria, com mais acesso à moradia e ao emprego. Além disso, houve uma massiva inserção dos negros no ensino superior, nunca antes vista na história dos EUA (COLLINS, 2019, p. 120).

As instituições são um reflexo daqueles que as coordenam. Nos Estados Unidos, os homens brancos e ricos controlam todas elas, por conseguinte, todos os que não são ricos, não são brancos e não são homens são excluídos ou marginalizados. Esse controle também se estende à academia. Até a entrada desses grupos marginalizados no meio acadêmico, a ciência refletia predominantemente os interesses e preocupações dos grupos dominantes. Quando as mulheres e os negros passam a integrar o meio acadêmico, eles começam a chamar a atenção para a falácia da imparcialidade científica. Collins (2019, p. 405) destaca que esse processo não foi, e ainda não é, fácil. Quando novos estudos questionam o *mainstream*, despertam resistência. Era comum que os estudos sobre cultura negra, feitos por pesquisadores(as) negros(as),

sofressem resistência por parte dos intelectuais tradicionais, sendo vistos com desconfiança. Segundo Collins, essa resistência se dá pois:

As comunidades acadêmicas que questionam posições básicas da cultura estadunidense em geral serão consideradas menos confiáveis que aquelas que apoiam ideias populares. Por exemplo, se as comunidades acadêmicas se afastarem demais das percepções amplamente difundidas sobre a condição da mulher negra, elas correm o risco de serem desacreditadas. Quando homens brancos de elite ou qualquer outro grupo excessivamente homogêneo domina os processos de validação do conhecimento, esses dois critérios políticos podem servir para suprimir o pensamento feminista negro (COLLINS, 2019, p. 405).

Quando esses novos paradigmas assumem o posicionamento das minorias marginalizadas e têm profunda ligação com os movimentos sociais, são vistos com mais desconfiança ainda, como é o caso do feminismo acadêmico e dos *Black Studies*.

Os *Black Studies* ou *African-American Studies* surgem nos Estados Unidos entre a década de 60 e 70, através da demanda de estudantes universitários negros por uma formação que contemplasse também a história e a cultura afro-americana. Esses estudos relacionavam a ciência aos movimentos sociais, desenvolvendo pesquisas sobre o pensamento afro-americano, possibilitando que houvesse a construção da memória e de novas perspectivas teóricas a partir de um diálogo interdisciplinar a respeito desse arcabouço teórico negro que havia sido negligenciado até então (GONÇALVES e SILVA, 1998, p. 48). De acordo com Davis (1971, p. 13), as demandas feitas pelos *Black Studies* refletem a necessidade de “estabelecer um continuum”, compreendendo a história como um processo em que passado e presente estão interligados, oferecendo a possibilidade de apreender as formas de resistência que deram certo, mas principalmente as que fracassaram, para que elas não sejam repetidas. Esse movimento na academia teve forte influência sobre o pensamento de Davis. Em 1969, ela é convidada para ministrar o curso de filosofia moderna na UCLA. Em 1971, as duas aulas introdutórias desse curso foram transformadas no livro *Lectures on Liberation*. Este livro foi organizado pelo Comitê “Libertem Angela Davis”, liderado por sua irmã, Fania Davis. Na época, Davis cumpria prisão preventiva em uma penitenciária da Califórnia, e o Comitê desejava divulgar o pensamento de Davis para que as pessoas tomassem conhecimento não apenas da figura militante de Davis e da luta por sua libertação, mas também de sua atuação enquanto intelectual, com o objetivo de contrapor a imagem de ‘terrorista’ que o governo queria atribuir a ela.

Nesse livro, ela não se limita a abordar os autores usuais da filosofia, Davis decide

conduzir uma análise do conceito de liberdade através da biografia de Frederick Douglass, um dos maiores abolicionistas e intelectuais negros do século XIX.

A força e a vitalidade do programa de pesquisa e ensino de Davis naquele momento – resumido na “necessidade de se estabelecer uma continuidade entre passado e presente a fim de descobrir a gênese de problemas que continuam a existir hoje, [e] descobrir como nossos antepassados lidaram com eles” – provinha da retomada crítica de toda uma tradição de pensamento periférica (muito embora elaborada em sua maior parte no coração do sistema), entendida “não como peso morto, mas como elemento dinâmico e irresolvido, subjacente às contradições contemporâneas”, no intuito de recolher “as forças em presença” e solicitar “o passo adiante” (ALVARENGA, 2018).

Frederick Augustus Washington Bailey nasceu em 1818, no Condado de Talbot, filho de mãe negra escravizada e pai branco. Viveu como escravo até os vinte anos, quando consegue fugir pra New Bedford, em Massachussets, e conquista sua liberdade. Orientado por um amigo abolicionista, muda o seu nome para Frederick Douglass. No período em que esteve escravizado, foi transferido para a casa de uma senhora que começou a lhe ensinar a ler e escrever quando ele tinha oito anos. O acesso à educação foi fundamental para que Douglass tivesse mais oportunidades. Após sua libertação, logo se tornou membro da Sociedade Antiescravagista Americana. Em 1845, ele publica sua autobiografia intitulada “A Narrativa da Vida de Frederick Douglass”, sendo a motivação da escrita desse livro sua necessidade de provar, através de suas memórias, que ele realmente havia sido escravo. Naquela época, muitos colocavam em dúvida a veracidade de seus relatos. Com o fim da Guerra Civil, Douglass passa a apoiar também a luta pelo sufrágio feminino, tornando sua a luta pela liberdade de todas as minorias sociais (DOUGLASS, 2016). Sua autobiografia é um material muito raro e importante; uma vez que o acesso de negros à educação era ilegal, poucos puderam contar suas próprias histórias e vivências, mas Douglass não era apenas o narrador de uma história, ele observava e refletia sobre a realidade em que vivia. Não por acaso Davis decide usar sua história e pensamentos para compreender melhor o significado da liberdade e a luta para alcançá-la.

Davis toma como ponto de partida para a elucidação sobre a liberdade uma pergunta que Douglass se faz aos 13 anos de idade: “Por que eu sou um escravo? Por que algumas pessoas são escravas e outras senhores?” (DOUGLASS, 2016, p. 110). Segundo Davis (1971, p. 4), o escravo é alguém que não tem direito à liberdade, mas, sendo a liberdade a essência do ser humano, a sua humanidade também lhe é negada, pois, se fosse reconhecido como um ser humano, ele deveria ser livre.

Apesar de não citar Marcuse diretamente, Davis toma como princípio os pressupostos do autor. A fenomenologia compreende que a essência humana é aquilo que o homem faz e dá

sentido à sua existência. Para Marx, o trabalho, isto é, a transformação da natureza, é a fonte de autorrealização do ser humano, aquilo que faz o ser humano se diferenciar dos animais (ARÃO, 2019, p. 172). Nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, Marx (2015, p. 84–85), afirma que o sistema de produção capitalista aliena o trabalho, ou seja, torna o trabalho exclusivamente um meio para que o trabalhador consiga continuar vivo, retirando a possibilidade de emancipação do ser humano através do seu trabalho. Segundo a interpretação marcuseana da teoria da essência de Marx, a compreensão da essência humana como o trabalho livre significa que a emancipação humana vem da possibilidade de se autocriar, ou seja, da liberdade (ARÃO, 2019, p. 171). De acordo com Marcuse (1968, p. 132), o ser humano cria seus próprios sistemas de opressão e alienação que tiram essa liberdade. Para o autor, é na capacidade humana de autodeterminar a sua realidade que reside a saída para as formas de dominação, uma vez que, se as estruturas sociais são criadas, elas também podem ser transformadas.

Assim como Marcuse, Davis compreende que a liberdade é a base para a emancipação humana. Por isso ela propõe analisar a ideia da liberdade a partir do pensamento negro, uma vez que a desumanização do povo negro foi por muito tempo a justificativa para a privação de sua liberdade.

A Literatura Negra neste país e em todo o mundo projeta a consciência de um povo que tem seu acesso à liberdade negado. Os negros têm exposto pela sua própria existência as insuficiências da liberdade, não só em sua prática, como também na sua formulação teórica. Porque se a teoria da liberdade fomenta a separação entre o conceito e a prática, ou seja, o que se pensa, não se vivencia, então isso significa que algo deve estar errado com o conceito (DAVIS, 1971, p. 3, tradução nossa).

Davis utiliza o olhar do pensamento negro sobre a discussão de liberdade pela necessidade de resgatar esses pensadores negligenciados pela academia. Como *outsiders within*, esses autores têm a capacidade de discutir a própria realidade da opressão a partir da perspectiva do oprimido. Esta escolha não se dá de maneira arbitrária, de acordo com Davis:

A consciência autêntica de um povo oprimido implica uma compreensão da necessidade de abolir a opressão. O escravo encontra no final da sua jornada, elementos para a verdadeira compreensão do que significa liberdade. Ele sabe que isso significa a destruição da relação senhor-escravo. E, nesse sentido, o seu conhecimento da liberdade é mais profundo do que o de senhor. O senhor sente-se livre, e ele sente-se livre porque ele é capaz de dar liberdade a outro indivíduo. O escravo experimenta a liberdade do senhor em sua verdadeira luz, à medida que ele entende que a liberdade do senhor é a liberdade abstrata para suprimir outros seres humanos. O escravo entende que este é um pseudo conceito da liberdade e neste momento é mais iluminado do que o seu senhor, por que ele percebe que o senhor é um escravo de seus próprios equívocos, dos seus próprios erros, da sua própria brutalidade, do seu próprio esforço para oprimir (DAVIS, 1971, p. 5, tradução nossa).

Dessa maneira, o oprimido teria uma noção mais ampla da liberdade, pois enxerga as limitações de sua realidade de escravo, mas também vê as limitações da liberdade do senhor, preso na própria opressão que pratica. Davis recorre à teoria hegeliana para falar sobre a relação dialética entre senhor e escravo. De acordo com Hegel (1992, p. 131), o senhor adquire “consciência de si”, de sua independência, quando percebe que ela é mediada pela sua dependência do trabalho realizado pelo escravo. Essa é uma relação contraditória em si, pois o senhor coloca o escravo entre ele e aquilo que ele deseja. Dessa forma, o senhor usufrui do resultado do trabalho realizado pelo escravo, mas fica dependente do escravo para que possa gozar daquilo que deseja.

Se o escravo não estiver ali para cultivar a terra, para construir suas propriedades, para servi-lo em suas refeições, o senhor não seria livre das necessidades da vida. Se ele tivesse que fazer todas as coisas que o escravo faz por ele, ele ficaria em um estado de escravidão tanto quanto o escravo (DAVIS, 1971, p. 22, tradução nossa).

Davis atribui ao ato de resistência à dominação social o florescimento da luta por liberdade, como fica claro nessa passagem abaixo:

A primeira condição da liberdade é o ato de resistência – resistência física, resistência violenta. Nesse ato de resistência, os rudimentos da liberdade já estão presentes. E a retaliação violenta significa muito mais do que o ato físico: é não só a recusa em submeter-se à flagelação, mas também a recusa em aceitar as definições de escravo e senhor; é implicitamente uma rejeição da instituição da escravidão, seus padrões, sua moralidade, um esforço no sentido microcômico em busca da libertação (DAVIS, 1971, p. 7, tradução nossa).

A resistência de Douglass foi o conhecimento; a partir do momento em que começou a aprender a ler as palavras, passou também a ler o mundo, a cada novo conhecimento adquirido, mais a realidade se mostrava insuportável. De acordo com ele, “era uma realidade terrível e eu nunca mais seria capaz de aceitá-la em meu espírito jovem, que queria ser livre” (DOUGLASS, 2016, p. 98). A religião teve um papel importante para Douglass perceber as contradições entre o que era pregado nas igrejas e o que era dito nas escrituras. Por ter acesso ao conhecimento, ele pôde ler e interpretar a bíblia.

Nesta estrada para a liberdade, Frederick Douglass experimenta a religião como um reforço e justificativa para o seu desejo de ser livre. A partir da doutrina cristã, ele deduz a igualdade de todos os homens diante de Deus (DAVIS, 1971, p. 10, tradução nossa).

Apesar de reconhecer que grandes nomes do movimento negro, como Nat Turner, John Brown, Martin Luther King e tantos outros, assim como Douglass, tenham visto na religião ferramentas para combater as desigualdades, Davis concorda com a conhecida máxima de Marx, “religião é o ópio do povo”. De acordo com a autora, durante séculos, a religião vem

sendo usada para pregar a resignação perante as opressões, e, uma vez que essas opressões fossem suportadas, o sofrimento terreno seria recompensado na vida eterna.

Não pode haver uma função positiva da religião, porque sua própria natureza é satisfazer as necessidades urgentes das pessoas que são oprimidas. [...] Tudo o que precisa ser feito é dizer: vamos começar a criar essa eternidade de bem-aventurança para a sociedade humana neste mundo. Vamos converter a eternidade na história. [...] Por que os negros não mudam a história? Por que houve um esforço calculado por parte do branco, delimitando o espaço do negro, reforçando a noção e a mentalidade de escravo com um tipo especial de religião que serve aos interesses dos senhores brancos, servindo para perpetuar a existência da escravidão. O cristianismo foi utilizado para fins de lavagem cerebral, doutrinação e pacificação dos negros escravizados (DAVIS, 1971, p. 11).

Como os organizadores desse livro não publicaram todas as aulas do curso oferecido por Davis, não tivemos acesso às conclusões a que a autora chega ao final de sua explanação. Mas nessas aulas iniciais podemos perceber algumas de suas influências teóricas e políticas. É importante ressaltar que Davis segue a tradição marxista e da Teoria Crítica, em que não basta analisar a realidade, para ela, o objetivo da filosofia é vislumbrar meios para que a mudança social possa ocorrer. Quando ela se propõe a ofertar o curso de filosofia moderna, que tem como tema central a liberdade, ela deixa explícito que o seu intuito é pensar o passado para compreender o presente e as formas de modificá-lo (DAVIS, 1971, p. 14). Mais do que uma arguição filosófica sobre a liberdade, ela está preocupada com a libertação. Por ter uma relação muito próxima com os movimentos sociais, Davis sabia que a liberdade era um dilema para os negros e para todos os movimentos sociais da década de 60. Essas aulas foram publicadas enquanto ela mesma esteve privada da liberdade, fato que faz esse livro ser ainda mais pertinente no seu contexto. Na época em que foi professora da UCLA, Davis estava envolvida nas lutas pela libertação de presos políticos e, com certeza, não imaginaria que poucos anos depois ela tornar-se-ia um deles e estaria lutando agora por sua própria liberdade.

Estas são palestras que tratam da fenomenologia da opressão e libertação. E tem um ponto fundamental: como pode ser possível, haver milhões de oprimidos no país que é anunciado como a sociedade mais livre do mundo. É necessário pensar as causas da opressão e as formas em que ela se perpetua; seu significado psicológico para o opressor e os oprimidos; e o processo pelo qual o último torna-se consciente de que é possível vencer a opressão. Esta foi a tarefa que a Professora Davis tomou para si mesma. Ela traz para seu trabalho um fundo filosófico rico, um intelecto penetrante e o conhecimento nascido da experiência (COMMITTEE to Free Angela Davis, 1971, p. 1, tradução nossa).

Uma vez que o dilema da liberdade permanece pertinente mesmo após a abolição e a conquista dos direitos civis, Davis demonstra que a conquista da liberdade não é mediada apenas pelo direito; enquanto houver opressões em qualquer nível, o ser humano ainda não terá alcançado a liberdade. Assim como ela diz em *A liberdade é uma luta constante* (2018b, p. 19),

a resistência é uma necessidade do ser humano oprimido, a quem não resta outra saída para ser livre.

2.3: Mulheres, Raça e Classe: Feminismos e Interseccionalidade

Como dissemos anteriormente, a partir da década de 70 ocorreu uma crescente inserção das mulheres negras na academia. Elas trouxeram o feminismo negro também para os estudos acadêmicos, criando espaços de discussão, como revistas e congressos, que relacionavam o conhecimento científico à *práxis* (COLLINS, 2017, p.9–10). De acordo com as intelectuais negras desse período, era necessário “diminuir o isolamento das mulheres negras dentro da academia branco-masculina e de se formarem redes de apoio como as que as mulheres negras têm formado para ajudar umas às outras a sobreviver” (CALDWELL, 2010, p. 21). A presença delas no ambiente acadêmico possibilitou pesquisas de grande importância como os estudos sobre gênero, raça e classe, que seriam conhecidos, posteriormente, como estudos interseccionais.

Em 1989, Kimberlé W. Crenshaw escreveu o ensaio *Demarginalizing the intersection of race and sex*, no qual observa que as mulheres negras eram frequentemente negligenciadas pelos estudos feministas. Na medida em que a experiência das mulheres negras vai além da soma das opressões de racismo e sexismo, segundo Crenshaw, as formulações teóricas existentes não davam conta de explicitar a relação entre as estruturas de dominação. Dessa maneira, não é suficiente passar a incluí-las “dentro de uma estrutura analítica já estabelecida”. De acordo com Crenshaw (1989, p. 140), a “interseccionalidade” não é apenas um conceito, a perspectiva interseccional é uma metodologia necessária para compreender a realidade das mulheres negras.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Abarcando influências do feminismo negro²⁰, Crenshaw propõe a necessidade de refletir sobre as inter-relações entre as estruturas de opressão, fugindo da homogeneização, e aponta a importância de não invisibilizar a existência das mulheres e homens negros nos estudos acadêmicos. De acordo com Hirata (2014, p. 62), podemos perceber que, devido a suas influências, existe uma tendência inicial da autora em abordar com maior ênfase a relação entre gênero e raça, secundarizando as questões de classe. Como veremos no próximo capítulo, na década de 90, quando o termo “interseccionalidade” começa a conquistar espaço na academia, com o passar do tempo, por volta dos anos 2000, os estudos interseccionais ganham maior impulso e passam a agregar outras categorias, como sexualidade, geração, religião etc. (RIBEIRO, 2019, p. 15).

É importante ressaltar que autoras como Davis, Collins, hooks e Lord, apesar de não terem cunhado esse conceito, foram precursoras dos princípios que guiam os seus usos (CALDWELL, 2010, p. 23). Quase uma década antes que Crenshaw designasse o termo interseccionalidade, Davis (2016) apresenta, em 1981, no livro *Mulheres, Raça e Classe*, a visão de que algumas categorias são estruturantes das desigualdades sociais, e essas, por sua vez, estão relacionadas entre si. São elas: sexismo, racismo e capitalismo. Ela destaca a importância de compreender a sociedade sem hierarquizar essas categorias, uma vez que, para a autora, essa simbiose é tão profunda que, por vezes, é difícil estabelecer em que ponto começa uma e termina a outra estrutura de dominação.

Apesar de ser reconhecida como uma das principais intelectuais vanguardistas do pensamento interseccional, Davis nunca atribuiu a si mesma esse legado. De acordo com Davis, a interseccionalidade é uma característica intrínseca ao movimento feminista negro que, desde o seu surgimento, precisa abarcar sexismo, racismo e capitalismo para poder dar conta da realidade das mulheres negras (DAVIS, 2018b, p. 21). Sobre o seu pioneirismo, Davis diz:

Vejo minha obra como um reflexo não de uma análise individual, e sim de uma percepção, no interior de movimentos coletivos, de que não é possível separar as questões de raça das questões de classe das questões de gênero. Houve muitas pioneiras da interseccionalidade, [...] meu livro “Mulheres, Raça e Classe” foi um dos muitos publicados naquela época. [...] Portanto, por trás desse conceito de interseccionalidade há uma valiosa história de luta. Uma história de diálogos entre ativistas no interior de movimentos, entre intelectuais da academia e entre esses dois setores (DAVIS, 2018b, p. 33).

Ao longo do tempo, o pensamento de Davis foi assumindo cada vez mais uma perspectiva interseccional, não apenas articulando as categorias gênero, classe e raça, mas ampliando os marcadores das diferenças para pensar as desigualdades sociais, como a

²⁰ Ver: (COMBAHEE River Collective. 2008; COLLINS, 2013).

homofobia, o capacitismo e a xenofobia, propondo também a inter-relação das lutas sociais transnacionais. Assim, como veremos no próximo capítulo, a autora demonstra em *Mulheres, Cultura e Política*, publicado em 1990, que a luta contra o *apartheid* sul-africano²¹ e contra as violências racista e sexista deve se dar em âmbito global, afirmando que essas formas de opressão devem ser consideradas por todos os movimentos sociais.

Apesar de não ser o nosso objetivo nos aprofundarmos nos usos do conceito interseccionalidade dentro da teoria feminista, é importante ressaltar o pioneirismo de Davis em trazer para os debates acadêmicos a ideia da inter-relação entre essas categorias de opressão social que envolvem a realidade das mulheres negras da classe trabalhadora.

Podemos dizer que, entre os primeiros intelectuais negros acadêmicos, a maior preocupação presente em seus estudos era de reconstruir a história do povo afro-americano. Davis faz parte dessa primeira geração de intelectuais negras acadêmicas, contribuindo, através de seu pensamento, pesquisas e atuação política, para o resgate das ideias de negros e negras. A autora faz isso por meio da reelaboração da história do povo negro, a partir da perspectiva dos que estiveram excluídos e marginalizados das narrativas oficiais. Em *Mulheres, Raça e Classe*, Davis chamou a atenção para a crítica da invisibilidade das mulheres negras dentro dos espaços dos movimentos sociais, assim como na historiografia dos EUA. A autora demonstrou que, ao longo dos estudos histográficos produzidos, principalmente sobre o período da escravidão nos Estados Unidos, pesquisas desprezavam o papel que as mulheres negras desempenharam, inclusive na luta pela liberdade.

A autora utilizou o materialismo histórico como metodologia para reconstruir e interpretar a história das mulheres negras na sociedade estadunidense. Ela regressou ao período da escravidão, demonstrando que a condição da mulher negra na sociedade escravagista estava permeada por três formas de opressão: o racismo, pois, na sociedade escravagista, o critério racial era usado para justificar a subjugação da população negra; o sexismo, uma vez que as mulheres negras sofriam outras formas de violência, como o estupro, por estarem em uma sociedade estruturada na dominação dos homens sobre as mulheres; e a exploração econômica, que utilizava tanto o racismo quanto o sexismo para aumentar a produtividade, diminuindo os custos de produção e aumentando os ganhos financeiros dos traficantes de escravos e dos senhores donos de grandes propriedades rurais (DAVIS, 2016, p. 23). Da mesma maneira, demonstrou os interesses políticos e econômicos por trás da Guerra Civil americana e da abolição, eventos que foram movidos pela necessidade de expansão e implementação do

²¹ Na época da publicação desse livro, o *apartheid* sul-africano ainda estava em vigor (DAVIS, 2017).

capitalismo em todo o território nacional, que, por sua vez, englobam as opressões raciais e sexistas para exercer maior exploração sobre as mulheres negras da classe trabalhadora (DAVIS, 2016, p. 74). Nesse momento, é importante para os nossos objetivos demonstrar a importância dessa obra que traz renovações para a teoria marxista, levando para o mesmo patamar do conceito de classe também as questões raciais e de gênero, assim como nos afirma Silvio Almeida:

A importância de *Mulheres, raça e classe* transcende as perspectivas teóricas ou práticas de grupos específicos e se mostra relevante para o marxismo enquanto “método” ou “ciência da história”. Davis nos lembra que o marxismo tem como prioridade o movimento do real da materialidade histórica, e por isso o conceito de classe deve ser “elevado” em direção ao concreto. Classes são formadas por indivíduos, cujas relações são determinadas pela lógica capitalista da produção e pelas formas históricas de classificação racial ou sexual. Atentar para a forma adquirida pelo racismo e pelo sexismo no interior do capitalismo permite ao marxismo não ser engolfado pelo idealismo ou por esquemas mecânicos que inviabilizam uma concepção verdadeiramente científica da sociedade (ALMEIDA, 2016).

Davis busca, nesse livro, demonstrar que a história e a realidade das mulheres negras precisam ser analisadas levando em consideração as dimensões econômica, racial e sexual, a qual elas estão submetidas desde o período da escravidão. Durante o século XVII, a Inglaterra buscava expandir a produção agrícola em suas colônias, mas a escassez de trabalhadores impedia o crescimento econômico desejado. A escravização de africanos, que já era realizada por Portugal e Espanha, torna-se uma alternativa para proporcionar a quantidade de mão de obra necessária, além de representar na época uma oportunidade comercial através do tráfico negreiro, que designava à população africana também um papel de mercadoria no comércio internacional (JENKINS, 2012, p. 36). Mulheres e homens africanos foram sequestrados de suas comunidades de origem e levados para a América do Norte com o objetivo de servir como mão de obra escravizada, para trabalhar principalmente nas grandes propriedades de terra, nas plantações de algodão e tabaco (JENKINS, 2012, p. 35). De acordo com Davis (2016), a escravidão da população negra demonstrava um caráter dual da exploração econômica das mulheres negras, que estava permeado também pela violência sexista e racista. “Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório” (DAVIS, 2016, p. 17). Isto não significa que a realidade das mulheres negras se resumisse a sua ocupação enquanto trabalhadoras escravizadas, mas que as outras áreas de suas vidas estavam subordinadas à dominação exercida pela escravidão, que restringia a sua liberdade e intensificava a violência sofrida por elas.

Segundo a autora, a feminilidade da mulher negra era ressaltada ou desprezada nos discursos, de acordo com os interesses que estivessem em jogo. No trabalho, a mão de obra

feminina negra era considerada equivalente à mão de obra masculina, exercendo as mesmas funções que os homens negros nas lavouras e em outros trabalhos braçais. Dessa forma, o mito da fragilidade feminina não se aplicava a elas (DAVIS, 2016, p. 17).

Nas plantações de algodão, tabaco, milho e cana-de-açúcar, as mulheres trabalhavam lado a lado com seus companheiros. Nas palavras de um ex-escravo: “O sino toca às quatro horas da manhã e elas têm meia hora para ficar prontas. Homens e mulheres começam juntos, e as mulheres devem trabalhar com o mesmo afinco e realizar as mesmas tarefas que os homens” (DAVIS, 2016, p. 20)

Por outro lado, as mulheres negras eram constantemente vítimas de abuso sexual por parte de seus senhores. O caráter desses abusos demonstra as três formas de dominação sofridas por elas, de maneira associada. Nesse aspecto, o gênero aparece para sentenciar as mulheres negras a um tipo de violência ainda maior, unindo o racismo e o sexismo articulados no pior tipo de violação, que servia também para atender a interesses econômicos e de dominação dos senhores sobre população escravizada (DAVIS, 2016, p.19). De acordo com Davis (2016), durante o período em que o tráfico de escravos foi proibido, a forma que os senhores encontravam de aumentar a quantidade de seres humanos escravizados era fazendo com que as mulheres negras fossem transformadas em “fêmeas reprodutoras” de escravos. “Aos olhos dos proprietários elas não eram realmente mães; eram apenas instrumentos que garantiam a ampliação da força de trabalho escrava” (DAVIS, 2016, p. 19).

Segundo Davis, “o estupro, na verdade, era uma ostensiva do domínio econômico do proprietário e do controle do feitor sobre as mulheres negras na condição de trabalhadoras” (DAVIS, 2016, p. 20). A violência sexual também era usada com uma ferramenta de controle das mulheres negras, dissuadindo-as a resistir à escravidão, uma vez que a punição pela tentativa de fuga, ou não cumprimento das tarefas designadas a elas, englobava os castigos físicos, como o açoite, mutilações e o abuso sexual, assim como a ameaça de morte. O estupro tinha o papel de exercer a dominação sobre as mulheres e também sobre os homens negros. Ele era usado para desmoralizar seus companheiros enquanto homens, demonstrando que eles estavam impotentes para protegê-las frente a essas violências.

De acordo com Davis (2016, p. 181), o racismo sempre foi usado como aval para encorajar homens brancos ao estupro de mulheres negras e brancas. Ao mesmo tempo que percebe a inter-relação entre racismo e estupro, Davis reconhece que o domínio sobre o corpo feminino é uma das marcas da dominação masculina sobre as mulheres. Segundo Davis (2016), a violação sexual das mulheres brancas no sistema escravagista era um reflexo do livre acesso a que os homens brancos tinham aos corpos das mulheres negras. “Uma vez que os homens

brancos estavam convencidos de que podiam cometer ataques sexuais contra as mulheres negras impunemente, sua conduta em relação às mulheres de sua própria raça não podia permanecer ileso” (DAVIS, 2016, p. 181). Não apenas as mulheres negras, mas as mulheres brancas também sofreram os efeitos da autorização de violação dos corpos femininos. No entanto, o abuso com as mulheres negras, em função de seu posicionamento social inferior, era naturalizado e mais explícito.

Davis ressalta que, apesar dos inúmeros relatos sobre os abusos sexuais que ocorriam durante a escravidão, esse tema foi invisibilizado pelas teorias da miscigenação, que muitas vezes retratavam a mulher negra como passiva, ou receptiva às “relações sexuais” com os senhores.

Em um trecho de *A terra prometida*, dedicado ao sexo inter-racial, Genovese defende que o problema do estupro é menos relevante do que o dos severos tabus que cercavam a miscigenação. [...] O que ele não consegue entender é que dificilmente havia uma base para “prazer, afeto e amor” quando os homens brancos por sua posição econômica tinham acesso ilimitado ao corpo das mulheres negras (DAVIS, 2016, p. 37–38).

Segundo Davis (2016, p. 30), a família negra se apresentava como um importante elemento na luta por manter o mínimo de humanidade entre homens e mulheres negros na sociedade escravagista. As famílias negras apresentavam uma estrutura diferente da estrutura familiar dos senhores e da hierarquia social. No ambiente doméstico, as mulheres negras não eram inferiorizadas pelas funções do trabalho doméstico, e homens e mulheres dividiam as suas obrigações de maneira mais igualitária: “Transformando a igualdade negativa que emanava da opressão sofrida como escravas e escravos em uma qualidade positiva: o igualitarismo característico de suas relações sociais” (DAVIS, 2016, p. 30).

Segundo Davis (2016, p. 35–36), durante o período da escravidão, as mulheres e homens negros não tinham hierarquias sexuais entre si, a igualdade também estava presente nos atos de resistência à escravidão. As formas de resistência se davam em diversas ações que iam desde as fugas organizadas por negros e negras escravizados, ao simples ato de aprender a ler e a escrever. Como vimos na experiência de Douglass, a educação tinha um papel fundamental para resgatar a humanização entre a população negra, mas também de ampliar as formas de luta pela liberdade. Davis (2016, p. 34) ressalta o exemplo de Milla Granson (1821–1889), uma escrava de Louisiana, que formou uma “escola noturna” clandestina e foi responsável pela alfabetização de centenas de pessoas negras. Como existia a proibição da alfabetização das escravizadas nos estados do Sul, a educação apresentava um risco para essas pessoas; ao mesmo tempo que podia fornecer a possibilidade de fuga em algumas ocasiões, “muitas delas

escreveram suas próprias licenças de viagem e tomaram o rumo da liberdade” (DAVIS, 2016, p. 34). As mulheres negras também tiveram uma grande importância na formação, na organização e liderança de fugas escravas, como é o caso de Harriet Tubman (1822–1913), que foi uma das maiores abolicionistas da história dos Estados Unidos, organizando mais de 19 missões de resgate de pessoas negras escravizadas, sendo responsável por salvar mais de 300 pessoas do regime de escravidão (DAVIS, 2016, p. 35).

A partir dos anos de 1830, o movimento abolicionista começa a ganhar força, assim como o movimento dos trabalhadores e o movimento de mulheres. A industrialização norte-americana tem início no princípio do século XIX, ainda com um maquinário rudimentar, mas já começava a dar sinais de uma forte mudança social, gerando uma crescente urbanização e proletarização dos trabalhadores. Com a falta de direitos trabalhistas, os operários das fábricas têxteis passaram a se organizar em sindicatos, promovendo greves e paralisações por melhores condições de trabalho, criando as bases para luta dos trabalhadores nos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, em 1831, Nat Turner (1800–1831), um escravo e missionário negro, liderou uma das maiores revoltas escravas dos Estados Unidos. Essa revolta não logrou êxito, levando à morte de centenas de escravos e do próprio Turner, porém ela serviu de motivação para que o movimento abolicionista se fortalecesse e continuasse a luta pela libertação do povo negro (JENKINS, 2012, p. 114). Nesse período, as mulheres brancas também começaram se organizar em torno da luta pelos direitos civis femininos, reivindicando o acesso à educação formal e o direito ao sufrágio. De acordo com Davis, mulheres brancas, donas de casa e trabalhadoras, começaram a apoiar ativamente o movimento abolicionista.

Enquanto as operárias contribuíram com parte de seus míseros salários e organizavam bazares para arrecadar mais fundos, as de classe média se tornavam ativistas e organizadoras da campanha antiescravagista (DAVIS, 2016, p. 47).

Durante o período da luta pela abolição nos Estados Unidos, as sufragistas apoiaram os movimentos abolicionistas e estiveram do lado dos estados do Norte, desde o início do século XIX até a Guerra Civil. Em um de seus livros, Douglass ressalta o papel que as mulheres tiveram durante a luta pela abolição.

Quando a verdadeira história da causa antiescravagista for escrita, as mulheres ocuparão um vasto espaço em suas páginas: porque a causa das pessoas escravas tem sido particularmente uma causa das mulheres (DOUGLASS, 2011, p. 469).

Segundo Davis (2016, p. 116), uma das maiores ações que as mulheres brancas fizeram em conjunto com as mulheres e homens negros foi a campanha contra o analfabetismo nos

estados do Sul durante o período da Reconstrução. Com a conquista da emancipação, a população negra almejava urgentemente o direito à terra, ao voto e à educação. “Depois de séculos de privação educacional, reivindicariam com ardor o direito de satisfazer o seu profundo desejo de aprender” (DAVIS, 2016, p. 108). A iniciativa da “escola noturna” de Milla Granson, a abertura da escola para pessoas negras na casa de Prince Hall (1735–1807) e tantas outras iniciativas da própria população negra para a promoção da educação dentro de suas comunidades demonstram que a educação sempre foi valorizada por mulheres e homens negros. “As pessoas negras que recebiam instrução acadêmica inevitavelmente associavam o conhecimento à batalha pela liberdade” (DAVIS, 2016, p. 112). As mulheres brancas educadoras, como Prudence Crandall (1803–1890), Margaret Douglass (1822–ano da morte desconhecido) e Myrtila Miner (1815–1864), que eram ligadas ao movimento abolicionista, reconheciam essa ânsia pelo saber no povo negro e dedicaram suas vidas e carreiras à luta pela universalização da educação. Crandall e Douglass chegaram a cumprir pena de reclusão por dar aulas para pessoas negras. Miner, por sua vez, criou uma escola para meninas negras em 1851. “Ela deu aulas para as estudantes negras de modo apaixonado pelos oito anos seguintes, simultaneamente arrecadando dinheiro e apelando aos congressistas que apoiassem seus esforços” (DAVIS, 2016, p. 111).

Davis não homogeneiza as ações das mulheres brancas; ela traz o exemplo das mulheres brancas educadoras com objetivo de demonstrar que existiram exemplos de sororidade entre mulheres brancas e negras, apesar das atitudes racistas que as mulheres do movimento sufragista acabaram tomando no pós-abolição (DAVIS, 2016, p. 112). O movimento sufragista que surge nos Estados Unidos, no século XIX, era composto, majoritariamente, por mulheres brancas e donas de casa. Para essas mulheres, o sexismo era o principal empecilho para que elas fossem reconhecidas como indivíduos e cidadãs. Sendo assim, o sufrágio feminino e a conquista dos direitos civis eram vistos como os principais meios para acabar com a desigualdade entre homens e mulheres (DAVIS, 2016, p. 135). Davis destaca que as mulheres brancas da elite lutavam pelo direito ao voto, ignorando as especificidades das demandas que as mulheres negras e trabalhadoras tinham, o que as distanciava do movimento feminista.

Por mais essencial que a igualdade política fosse para a campanha mais ampla pelos direitos das mulheres, aos olhos das trabalhadoras afro-americanas e brancas isso não era sinônimo de emancipação. O fato de que as estratégias de luta se baseavam conceitualmente na condição específica das mulheres brancas de classes privilegiadas colocava tais estratégias em desacordo com as percepções de empoderamento das mulheres da classe trabalhadora (CALDWELL, 2010, p. 16).

As mulheres negras também participaram do movimento sufragista; ainda que não estivessem em grande número, não deixavam de apontar a estreiteza do pensamento das mulheres brancas ao generalizar suas demandas, como se os seus dilemas fossem compartilhados também pelas mulheres negras. Em 1851, durante uma convenção de mulheres em Ohio, Sojourner Truth diz o seu famoso discurso “Ain’t I a Woman?” (“Não sou uma mulher?”), afirmando, de maneira direta, que o mito da fragilidade da mulher e a luta das mulheres brancas não faziam sentido para a realidade das mulheres negras. Afinal, elas sempre foram consideradas tão aptas ao trabalho quanto os homens negros.

Arei a terra, plantei, enchi os celeiros, e nenhum homem podia se igualar a mim! Não sou eu uma mulher? Eu podia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem – quando eu conseguia comida – e aguentava o chicote da mesma forma! Não sou eu uma mulher? Dei à luz treze crianças e vi a maioria ser vendida como escrava e, quando chorei em meu sofrimento de mãe, ninguém, exceto Jesus, me ouviu! Não sou uma mulher? (TRUTH apud DAVIS, 2016, p. 71).

Como vimos no capítulo 1, com o fim da Guerra Civil, durante o período da Reconstrução (1865–1877), os Republicanos Radicais e os abolicionistas travaram uma luta em favor da ampliação dos direitos da população negra. Para eles, era fundamental tornar os escravos cidadãos através da conquista do o sufrágio para os negros. De acordo com Davis (2016, p. 74), essa iniciativa dos Republicanos estava ligada a uma necessidade de ampliação do apoio ao partido nos estados do Sul dos Estados Unidos, e também ao desejo de expansão do modelo de capitalismo industrial dos estados do Norte para todo o país. Por outro lado, o Partido Democrata tinha em sua base de apoio os grandes proprietários de terras sulistas. Dessa forma, eles buscavam defender os interesses da elite branca do Sul do país, que queria preservar um modelo de capitalismo agrário e manter vívidas as ideologias racistas do período da escravidão.

Quando ocorre a abolição da escravidão, em 1863, as mulheres brancas do movimento sufragista, que estiveram ao lado dos abolicionistas e dos Republicanos durante a Guerra Civil, acreditavam que, com o fim da escravidão, finalmente, existiria espaço político para que elas conquistassem o sufrágio feminino (DAVIS, 2016, p. 82). Quando os Republicanos assumem a luta pelo sufrágio negro como prioridade de luta, ao invés do sufrágio feminino, as sufragistas brancas se sentiram traídas. De acordo com Davis (2016, p. 88), por estarem tão focadas em conquistar o sufrágio feminino, elas passaram a se aliar aos Democratas, ex-proprietários de escravos, que começaram a apoiar a luta das mulheres brancas. É importante ressaltar que esse apoio não era motivado porque os Democratas reconheciam a importância da ampliação dos direitos das mulheres, mas por quererem impedir o direito ao voto da população negra (DAVIS,

2016, p. 88–89). Os grupos de mulheres foram se mostrando cada vez mais racistas ao longo do tempo: “o racismo operava de forma tão profunda no interior do movimento sufragista feminino que as portas nunca se abriram de verdade para as mulheres negras” (DAVIS, 2016, p. 149). Com o passar do tempo, “não eram os direitos das mulheres ou a igualdade política das mulheres que tinham de ser preservados a qualquer custo, e sim a superioridade racial reinante da população branca” (DAVIS, 2016, p. 131). E aqui operam os marcadores sociais — raça e classe —, uma vez que as sufragistas eram mulheres brancas e de classes média e alta.

Nesse período as mulheres negras foram colocadas entre a cruz e a espada; apoiar o sufrágio das mulheres significaria que elas estavam se aliando às mulheres brancas ativistas que revelaram publicamente seu racismo, mas apoiar apenas o sufrágio dos homens negros era endossar uma ordem social patriarcal que não daria a elas qualquer voz política (HOOKS, 2020, p. 21).

Nos Estados Unidos, as lutas pelo sufrágio feminino conquistaram, em 1920, a aprovação da 19ª emenda da Constituição que assegurava o direito ao voto para mulheres brancas. É importante reiterar que, nesse mesmo período, as leis segregacionistas estavam em vigor, portanto, as mulheres negras ficaram excluídas dessa conquista. Davis (2016) demonstra que as mulheres negras foram excluídas não apenas dos ganhos alcançados pelos movimentos de mulheres, mas também foram rejeitadas por esse movimento desde o princípio. De acordo com hooks (2020, p. 273), as mulheres negras que compunham o movimento sufragista, ainda que em pequeno número, ficaram desiludidas com o movimento de mulheres, quando perceberam que essa conquista havia servido para o agravamento da opressão da população negra. Nos anos 20, organizações supremacistas brancas como KKK, que surgiram no pós-abolição, retomaram as suas atividades, e as leis segregacionistas não davam sinais de que seriam extintas em um futuro próximo, ao contrário, as leis ficavam cada vez fortes restringindo ainda mais a vida de negros e negras (DAVIS, 2016, p. 153).

Quando as mulheres começaram a cachear os cabelos com bobes e se tornaram freguesas das barbearias, Atlanta passou por um decreto proibindo que barbeiros negros servissem a mulheres ou crianças menores de 14 anos (WOODWAR e MCFEELY, 2002).

Segundo Davis (2016, p. 74), os discursos republicanos em favor da liberdade durante o período da Guerra Civil eram apenas um mecanismo para que eles conseguissem o que realmente desejavam, o poder econômico e político do país, para a expansão do capitalismo. Mesmo após a abolição, as mulheres negras continuavam sendo as maiores afetadas pelas desigualdades sociais. Sua mão de obra foi absorvida no sistema capitalista, majoritariamente,

nas mesmas funções que elas exerciam no período da escravidão, com baixos salários e péssimas condições de trabalho.

Depois de um quarto de século de “liberdade”, um grande número de mulheres negras ainda trabalhava no campo. Aquelas que conseguiram ir para a casa-grande encontraram a porta trancada para novas oportunidades – a menos que preferissem, por exemplo, lavar roupas em casa para diversas famílias brancas em vez de realizar serviços domésticos variados para uma única família branca. Apenas um número infinitesimal de mulheres negras conseguiu escapar do campo, da cozinha ou da lavanderia. [...] De acordo com o censo de 1890, havia 2,7 milhões de meninas e mulheres negras com idade acima dos dez anos. Mais de 1 milhão delas eram trabalhadoras assalariadas; 38,7% na agricultura, 30,8% nos serviços domésticos, 15,6% em lavanderias e ínfimos 2,8% em manufaturas (DAVIS, 2016, p. 95).

Segundo Davis (2016, p. 236), o grande beneficiário do sexismo e do racismo continuar marginalizando o trabalho de mulheres negras é o sistema capitalista. Ela destaca que a Revolução Industrial separou o trabalho produtivo, realizado no espaço público, nas fábricas e manufaturas, e o trabalho reprodutivo, relacionado ao cuidado da casa e das novas gerações, necessário para a constituição da futura mão de obra do sistema capitalista. O trabalho doméstico é majoritariamente desempenhado pelas mulheres, no caso das donas de casa. Esse trabalho não é remunerado, ou é mal remunerado, quando desempenhado por uma empregada doméstica. “Em outras palavras, o processo de produção capitalista pressupõe a existência de um conjunto de trabalhadoras e trabalhadores exploráveis” (DAVIS, 2016, p. 236), para que ele possa se manter.

O capitalismo não absorveu a mão de obra feminina negra na indústria ou no comércio, como ocorreu com a maior parte das mulheres brancas da classe trabalhadora. Ao contrário, as mulheres negras passaram a trabalhar majoritariamente como empregadas domésticas, recebendo baixos salários. Em 1910, mais da metade das mulheres negras trabalhava fora de casa, a maior parte delas como empregadas domésticas (DAVIS, 2016). Na década de 30, essa proporção passa a ser de três em cada cinco mulheres negras, trabalhando no serviço doméstico. Foi em grande parte o trabalho dessas mulheres negras, que eram obrigadas a negligenciar sua própria família e filhos para cuidar das famílias brancas, que possibilitou que as mulheres brancas passassem a integrar o mercado de trabalho (DAVIS, 2016, p. 242).

Como destaca Davis, a população negra não experienciou a liberdade mesmo após a abolição. Como dissemos no capítulo anterior, a 13ª emenda tornou ilegal a escravidão nos Estados Unidos. Entretanto, ela deixa uma brecha autorizando o uso de trabalhos forçados, desde que a pessoa em questão tenha sido presa e condenada pela justiça. De acordo com a autora, esse excludente de licitude fez com que a escravidão permanecesse presente no país.

Por meio do sistema de contratação de pessoas encarceradas, a população negra era forçada a representar os mesmos papéis que a escravidão havia lhe atribuído. Homens e mulheres eram igualmente vítimas de detenções sobre os menores pretextos – para que fossem cedidos pelas autoridades como mão de obra carcerária (DAVIS, 2016, p. 96).

Segundo Davis, essa se tornou uma estratégia de maximização dos lucros usada pelos capitalistas, uma vez que esses trabalhadores não precisavam ser remunerados, ou recebiam uma remuneração muito inferior ao trabalho do trabalhador formal.

A colonização econômica do Sul pelos capitalistas do Norte deu aos linchamentos seu impulso mais vigoroso. Se a população negra, por meio do terror e da violência, podia continuar a ser o grupo mais brutalmente explorado no interior das fileiras cada vez maiores da classe trabalhadora, os capitalistas poderiam tirar disso uma dupla vantagem. Lucros extras resultariam da superexploração da força de trabalho negra, e a hostilidade da mão de obra branca contra seus empregadores seria neutralizada. Trabalhadoras brancas e trabalhadores brancos que concordavam com os linchamentos assumiam necessariamente uma postura de solidariedade racial com os homens brancos que eram seus verdadeiros opressores. Tratava-se de um momento crítico na popularização da ideologia racista (DAVIS, 2016, p. 193).

Além das prisões, o medo assombrava a população negra com os linchamentos que se tornaram cada vez mais frequentes nesse período (DAVIS, 2016, p. 123). Muitos nesses linchamentos passaram a ocorrer pela crescente do chamado “mito do estuprador negro”, perpetuado inclusive por mulheres defensoras dos direitos das mulheres que lutavam contra a cultura do estupro. Estas mulheres pregavam que homens de minorias étnicas teriam maior propensão a cometer violência sexual. De acordo com as teorias racistas, como eles não teriam sucesso com mulheres brancas, teriam que tê-las à força. Essa falácia escondia que o estupro sempre foi usado pelos homens brancos como forma de controle social desde o tempo da escravidão (DAVIS, 2016, p. 187).

O trabalho de Angela Davis ilustra esse esforço para conceituar a violência sexual contra as afro-americanas como um lugar de opressões interseccionais. Davis sugere que o mito do estuprador negro surgiu com a representação dos afro-americanos como bestas cheias de impulsos sexuais que desejavam mulheres brancas. O linchamento como forma específica de violência sexual dirigida aos homens negros, ideologicamente justificada pelo mito do estuprador negro. A importância desse mito é o fato dele ter sido “metodicamente evocado” nos momentos em que “ondas recorrentes de violência e terror contra a comunidade negra exigiam uma explicação convincente” (COLLINS, 2016, p. 252).

Além do resgate da história das mulheres negras, nessa obra, ela traça algumas breves biografias de mulheres que tiveram grande importância não apenas no movimento de trabalhadores, mas também nas lutas antirracistas e feministas. A primeira delas é Lucy Parsons (1851–1942), uma das primeiras mulheres negras a integrar o movimento operário. Davis ressalta que frequentemente ela é lembrada apenas por ter sido esposa de Albert Parsons, um

dos principais líderes anarquistas do país. Parsons defendia que o sexismo e o racismo eram estratégias para o capitalismo explorar ainda mais os trabalhadores, mas, para ela, a luta de classes deveria ser o foco principal de homens e mulheres, brancos e negros (DAVIS, 2016, p. 159).

Ella Reeve Bloor (1862–1951) e Anita Whitney (1867–1955) foram outras ativistas da classe trabalhadora. Apesar de serem mulheres brancas, participavam ativamente das lutas pelos direitos das mulheres e da luta pela igualdade dos negros, integrando diversas manifestações antirracistas. De acordo com Davis, elas e outras integrantes do Partido Comunista entenderam que “a classe trabalhadora não poderá assumir seu papel histórico como uma força revolucionária se trabalhadoras e trabalhadores não lutarem incansavelmente contra o veneno social que é o racismo” (DAVIS, 2016, p. 163).

Assim, como dissemos anteriormente, Davis atribui o seu pensamento interseccional à influência de tantas outras pensadoras que lhe precederam, e a ativista Elizabeth Gurley Flynn (1890–1964) é uma delas. No pós-Segunda Guerra, ela publicou um artigo chamando atenção para as demandas das mulheres da classe trabalhadora e das mulheres negras nesse período. De acordo com a autora, as mulheres negras são triplamente exploradas “como negras, como trabalhadoras e como mulheres”.

O direito ao trabalho, à formação, à atuação e à valorização por tempo de serviço; meios de proteção à saúde e à segurança; creches adequadas: essas continuam a ser demandas urgentes das mulheres da classe trabalhadora organizada e são necessárias para todas as pessoas que trabalham duro, especialmente as mulheres negras (FLYNN apud DAVIS, 2016, p. 169).

Como vimos neste capítulo e veremos nos capítulos seguintes, desde sua primeira obra publicada, Davis busca dar evidência ao pensamento de grandes intelectuais negros como Douglas, Truth, Du Bois, Parsons, Flynn e tantos outros. Por ser comunista, com influências teóricas marxistas e da Teoria Crítica, Davis não se limita a compreender a história das mulheres negras sobre os aspectos de raça/etnia e gênero, mas se debruça a fazer uma crítica ao capitalismo.

Ao longo da análise desse livro, observamos que a autora se dedica com mais afinco a estudar as problemáticas da sociedade capitalista, entretanto, não desenvolve um pensamento elaborado sobre como essas questões poderiam ser solucionadas, quais caminhos levariam ao fim do capitalismo e como outra forma de sociedade organizar-se-ia na erradicação das desigualdades sociais. Dessa maneira, Davis apenas cita, de forma superficial, a experiência que as mulheres estavam tendo em ganhos sociais nos países de socialismo real, como podemos ver na citação abaixo.

Os únicos passos dados, de fato, na direção da eliminação da escravidão doméstica foram dados, de fato, pelos países socialistas atuais. As trabalhadoras, portanto, têm um interesse vital e particular na luta pelo socialismo. Além disso, no capitalismo, as campanhas por empregos em base de igualdade com os homens, combinadas com os movimentos de criação de instituições como creches subsidiadas pelo poder público, contêm um potencial revolucionário explosivo. Essa estratégia coloca em dúvida a validade do capitalismo monopolista e deve, em última análise, apontar na direção do socialismo (DAVIS, 2016, p. 244).

Quando escreveu *Mulheres, Raça e Classe*, em 1981, a autora acreditava que as mudanças que o sistema capitalista vinha sofrendo, preocupando-se em minimizar as desigualdades econômicas através das políticas de redistribuição do Estado de Bem-Estar Social, poderiam apontar para o fim da sociedade de classes. Apesar de não desenvolver esse argumento, aventamos a hipótese de que, com base na sua experiência na visita que faz a Berlim Oriental e à Cuba, na década de 1960, e a sua ligação com o Partido Comunista, Davis tinha naquele momento a esperança de que os sinais de declínio do capitalismo monopolista fossem também o indício de que havia espaço para que uma nova forma de organização social estivesse dando lugar ao sistema capitalista vigente. Tal fato não se concretizou nas décadas seguintes quando o Estado de Bem-Estar Social entra em declínio e o Estado implementa políticas neoliberais, deixando a população cada vez mais desamparada e atuando para o aumento das desigualdades sociais.

No próximo capítulo, veremos as consequências da ascensão do neoliberalismo e da era pós-socialista para o seu pensamento e as mudanças dos movimentos sociais da década de 80 e 90, restringindo os espaços políticos e acadêmicos para luta pelo fim do sistema capitalista e construção de outra forma de organização social e econômica.

CAPÍTULO 3 – O NEOLIBERALISMO, A ERA PÓS-SOCIALISTA E A CULTURA EM DAVIS

“É nossa cara fazer a vida ser certa mais que a morte/ Eu me refaço após cada passo, igual reflexo nas poças /Mandinga, coisa nossa / Eles não vão entender o que são riscos / E nem que nossos livros de história foram discos.”

Emicida

Neste capítulo, observaremos como se deu a ascensão do neoliberalismo e o nascimento da era “pós-socialista”, marcada pela dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e pela queda do Muro de Berlim. Nosso interesse é discutir o impacto desse momento histórico para refletir sobre a mudança de foco do movimento feminista e dos estudos acadêmicos, com o objetivo de compreender como Davis dialoga com essas transformações. No final dos anos 1980 e ao longo da década de 1990, teóricos e teóricas sociais abandonam a teorização de grande alcance, proliferando a especialização universitária, distante da “teorização social de grande alcance associada ao marxismo” (FRASER, 2011, p. 618). Além disso, é possível notar que os movimentos sociais, especialmente o feminismo, passam a concentrar sua pauta de reivindicações no reconhecimento das diferenças, secundarizando as lutas por redistribuição (FRASER, 2006 e 2009). Davis, por sua vez, não abandona o socialismo e a crítica ao sistema capitalista. Nos anos 1980, ela desenvolve sua crítica ao neoliberalismo. O livro *Mulheres, cultura e política*, publicado em 1990, é uma compilação de palestras dadas por Davis entre 1983 e 1987. Entretanto, como nos anos 1990 não havia muito espaço, nem na academia nem no debate público, para se pensar em alternativas ao capitalismo, a autora coloca em segundo plano sua crítica ao capitalismo, voltando-se para a discussão sobre a cultura negra.

Aqui veremos mais a fundo como os livros publicados por Davis nesse período refletem as suas preocupações políticas e teóricas, e como ela dialoga com os dilemas de seu tempo. A partir de meados dos anos 80 até o fim dos anos 1990, a autora se dedica à crítica às políticas neoliberais do governo Reagan e ao feminismo liberal em *Mulheres, cultura e política* (1990), bem como ao estudo sobre a cultura afro-americana, o feminismo negro e suas pautas, em *Blues Legacies and Black Feminism: Gertrude “Ma” Rainey, Bessie Smith, and Billie Holiday* (1999).

3.1. A ascensão do neoliberalismo, a virada de pauta do feminismo e o declínio do socialismo real

De acordo com Hobsbawm (1995), na “era de ouro”, caracterizada pelos sistemas de bem-estar social nos Estados Unidos e na Europa, o capitalismo parecia ter controlado as suas crises, tornando-as breves oscilações de mercado. Entretanto, durante a década de 70, com a crise do petróleo²², a economia mundial passou a entrar em colapso, o dólar entrou em queda, aumentando a dívida do Estado e trazendo o cenário de desemprego e instabilidade à tona novamente, não apenas para os Estados Unidos, mas também para alguns países europeus. Com isso, o cenário político passou a girar em torno de discussões sobre a eficácia do keynesianismo e o papel do Estado na gestão da economia.

Os economistas neoliberais defendiam que a intervenção do Estado na economia limitava o crescimento do país. Para eles, o mercado deveria se autorregular através da livre concorrência e da geração de demandas. Eles acreditavam que o mercado promoveria a diminuição da inflação e o desenvolvimento econômico, por si só. Com as crises econômicas da década de 70, as políticas de bem-estar social passaram a serem encaradas como gastos excessivos do Estado, sendo chamadas muitas vezes de “desperdício econômico” (HOBSBAWM, 1995). Os defensores do neoliberalismo argumentavam que os sindicatos e o movimento operário haviam destruído o potencial de acumulação de capital das empresas, pois os direitos trabalhistas e a valorização crescente do salário estariam quebrando as empresas e deixando o Estado com grandes dificuldades econômicas. As políticas de austeridade econômica pregadas pelos neoliberais visavam diminuir o tamanho do Estado, para que ele interferisse o mínimo possível na economia.

O remédio, então, era claro: manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas parco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. A estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos com bem-estar, e a restauração da taxa "natural" de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos (ANDERSON, 1995, p. 2).

²² Em 1973 e 1979, ocorreram os dois maiores “choques” da crise do petróleo. Em decorrência de conflitos geopolíticos, os países árabes, que apoiavam a Palestina, elevaram o valor do barril de petróleo em retaliação à ocupação israelense no território palestino. O embargo do petróleo árabe se estendia aos países apoiadores do Estado de Israel, que tinha como um de seus maiores aliados os Estados Unidos. “O embargo era atenuado ou agravado de acordo com sua posição política: o país consumidor poderia ser considerado amigo, neutro ou inimigo” (TRAUMANN, 2007, p. 36).

Durante a era de ouro, firmou-se um pacto social que deu ao Estado a responsabilidade de gerir o capitalismo e garantir o crescimento econômico (SILVA, 2020; FRASER, 2018a). “Essa era a base do que ficou conhecido na época como compromisso fordista, que envolvia as participações de Estados, empresas e sindicatos, sob a égide do primeiro, na gestão da economia, de forma a manter o conflito de classes dentro de limites aceitáveis pelo capital ao mesmo tempo em que atendia as reivindicações básicas dos trabalhadores” (SILVA, 2020, p. 727). Esse pacto foi rompido em função da crise do petróleo e da transferência das plantas produtivas das multinacionais para “países com legislação trabalhista mais frouxa e conivente com suas ambições de lucro fácil, em especial nos países com governos ditatoriais que reprimiam os movimentos sociais e operários em suas lutas por melhores condições de vida” (SILVA, 2020, p. 727). O deslocamento das plantas produtivas gerou desemprego e uma crise fiscal, com a redução da arrecadação de impostos, que, agravada pela crise do petróleo, produziu a crise do Estado de Bem-Estar Social (SILVA, 2020). O desenvolvimento do neoliberalismo acontece no momento de mudança estrutural do capitalismo. Na década de 1980, emerge a revolução microeletrônica — com a crescente automação da produção industrial e aumento da produtividade —, a transferência das plantas produtivas e o advento da globalização²³ que, de diferentes maneiras, promoveram o crescimento do desemprego nos Estados Unidos e na Europa. Em busca de mão de obra mais barata e isenções fiscais, o processo de transferência das plantas produtivas que havia começado nos anos 70 se expandiu rapidamente, e muitas indústrias transferiram a sua produção para países subdesenvolvidos (HOBSBAWM, 1995). De acordo com Jenkins (2012, p. 279), durante os anos 50, em torno de um terço dos trabalhadores eram operários nas fábricas estadunidenses, na década de 70 eram cerca de 20 milhões, e, durante a primeira década dos anos 2000, apenas 9% dos norte-americanos trabalhavam na indústria. Ou seja, o capitalismo neoliberal produziu um crescente processo de desindustrialização nos EUA e na Europa. Além do desemprego, aumentou a precarização dos empregos, com menos seguridade social e maior instabilidade. Sem a presença dos sindicatos tradicionais, os trabalhadores perderam a força para pressionar o governo por

²³ “A globalização é um processo econômico, social e cultural que se estabeleceu nas duas ou três últimas décadas do século XX, cujas principais características incluem, em escala nunca antes alcançada: Crescimento do comércio internacional de bens, produtos e serviços; transnacionalização de megaempresas; livre circulação de capitais; privatização da economia e minimização do papel dos governos e dos Estados-nação; queda de barreiras comerciais protecionistas e regulação do comércio internacional, segundo as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC); facilidade de trânsito de pessoas e bens entre os diversos países do mundo; e expansão das possibilidades de comunicação, pelo surgimento da chamada sociedade da informação e da grande facilidade de contato entre as pessoas devido ao aparecimento de diversos instrumentos e ferramentas, entre as quais a internet” (BUSS, 2007, p. 1576).

suas demandas.

Os maiores afetados com o desemprego nas indústrias eram os homens, principalmente os homens negros, como ressalta Collins (2019, p. 123). A mão de obra negra recebia as menores remunerações do país, mas a força de trabalho dos países do terceiro mundo era ainda mais barata. Dessa forma, os empregos da indústria e também da agricultura, que eram ocupados pela população negra, ficaram cada vez mais escassos. Por isso, negros e negras passaram a atuar majoritariamente no setor de prestação de serviços. Segundo Hobsbawm (1995), apenas na década de 90 a instabilidade passa a atingir também os profissionais liberais e os trabalhadores das classes médias, na Grã-Bretanha: “quase metade de todas as pessoas nas partes mais prósperas do país achava que poderia perder os seus empregos”.

Com a precarização dos empregos e a desvalorização dos salários, o trabalho feminino deixa de ser encarado como um complemento, ou uma renda extra, e passa a ser primordial. Segundo Fraser (2009, p. 25), o ideal do ‘salário-família’, tão criticado pelas feministas de classe média nas décadas de 60 e 70, dá lugar ao ideal de dois trabalhadores assalariados, compondo o novo padrão de família. O aumento da presença das mulheres no mercado de trabalho foi um dos fatores que contribuíram para a mudança das estruturas familiares, que anteriormente estavam centradas na figura masculina do chefe e provedor da família. Cada vez mais, as mulheres passaram a almejar a independência financeira. Assim, a dedicação ao trabalho fora de casa se torna muitas vezes prioridade em suas vidas. A solidificação do papel da mulher como trabalhadora é vista como uma conquista importante, entretanto, elas continuavam a não ter equidade salarial, recebendo em torno de 30% a menos que os homens (GIUBERTI e MENEZES-FILHO, 2005, p. 370).

As questões culturais também tiveram grande importância nesse cenário tanto para os movimentos sociais quanto para os conservadores. A agenda dos novos movimentos sociais — movimento feminista, negro, gay, ambientalista, entre outros — ganha protagonismo nos Estados Unidos, sobrepondo-se aos tradicionais conflitos de classe. (FRASER, 2006, p. 231). De acordo com Fraser (2006, p. 232), as injustiças sociais podem ser classificadas em dois campos. As injustiças de ordem econômica, que são fruto da estrutura político-econômica da sociedade, acarretam injustiças ligadas à precarização dos trabalhos, à exploração do trabalhador e à negação da qualidade de vida para a população marginalizada. As lutas que buscam solucionar essas injustiças podem ser chamadas de lutas por redistribuição. Além da injustiça econômica, existem também as injustiças de ordem cultural, que atuam na dimensão simbólica e caracterizam-se pela dominação cultural, estabelecendo hierarquias e padrões,

invisibilizando e desqualificando as culturas oprimidas. As lutas pelo fim das injustiças culturais podem ser chamadas de lutas por reconhecimento.

A partir dos anos 80 e em especial nos anos 90, os movimentos sociais foram secundarizando as lutas por redistribuição, voltando suas pautas de reivindicações sobretudo para as lutas por reconhecimento das diferenças. Em seu texto “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista”, publicado em inglês em 1997, Fraser já denunciava o problema dessa virada de foco — da redistribuição para o reconhecimento — justamente no momento em que o neoliberalismo estava se consolidando e produzindo o aumento das desigualdades sociais.

Segundo Fraser, a virada feminista dos anos 1990 secundarizou as lutas por redistribuição, abraçando a luta por reconhecimento, típica dos “conflitos pós-socialistas” (FRASER, 2006, 2007 e 2009). Nas lutas por reconhecimento da identidade e da diferença, a denúncia da dominação cultural sofrida pelas mulheres — androcentrismo e sexismo — “(...) suplanta a exploração como injustiça fundamental” (FRASER, 2006, p. 231). Com isso, as lutas por reconhecimento se sobrepõem às lutas por redistribuição. Ainda que a luta contra a injustiça cultural sempre tenha feito parte da agenda feminista, “O que diferencia a fase da política identitária é a relativa autonomização do projeto cultural – seu apartamento do projeto de transformação político-econômica e de justiça distributiva (FRASER, 2007, p. 296). Essa virada de foco ocorre concomitantemente à ascensão neoliberal. E é aqui que Fraser traça as “afinidades eletivas” (FRASER, 2009, p. 23) entre o neoliberalismo e o feminismo. Com sua virada de foco da redistribuição para o reconhecimento exatamente no momento de crescimento das desigualdades sociais — no qual deveriam ser promovidas as lutas contra a exploração, a privação e a marginalização econômica —, o feminismo contribuiu involuntariamente para a hegemonia do discurso neoliberal (FRASER, 2007 e 2009). Não só o capitalismo resignificou a crítica à visão androcêntrica e economicista do Estado de Bem-Estar Social feita pelas feministas nas décadas de 1960 e 1970 como a usou para legitimar a necessidade de dois salários por família em função da implementação da agenda neoliberal e da crescente precarização do trabalho (FRASER, 2009, p. 19–26). Ao centrar as lutas nas denúncias das injustiças culturais e secundarizar a crítica da economia política, o feminismo não impôs resistência para que o neoliberalismo fizesse “um ataque sistemático à ideia de redistribuição igualitária” (FRASER, 2007, p. 296). No que diz respeito às lutas contra as injustiças culturais, Fraser (2007, p. 296–297) ressalta que essas pautas não tinham um problema em si, elas também são importantes para o fim do sexismo. O problema é que a crítica que as feministas teciam contra o extremo

economicismo dos movimentos socialistas e do Estado de Bem-Estar Social durante os anos 60 transformou-se em um extremo culturalismo por parte das feministas desse período.

A volta para o reconhecimento se encaixou muito nitidamente com um neoliberalismo em ascensão que não queria nada mais do que reprimir toda a memória de igualitarismo social. Assim, as feministas tornaram absoluta a crítica da cultura precisamente no momento em que as circunstâncias requeriam atenção redobrada à crítica da economia política (FRASER, 2009, p. 24).

Ao mesmo tempo que os movimentos sociais se voltaram para reivindicações no plano cultural, os conservadores também passaram a se articular em resposta aos ganhos progressistas que tiveram como palco os anos 60 e 70. Podemos ver o reflexo da onda conservadora dos anos 80 e 90 através da religião. As Igrejas Batistas progressistas que pregavam a importância do papel da religião nas ações em prol da justiça social, e que durante as décadas anteriores tiveram um papel fundamental nas campanhas pelos direitos civis, começaram a se enfraquecer, perdendo fiéis. Simultaneamente, as igrejas conservadoras, principalmente as neopentecostais, começaram a ganhar muitos seguidores (ABREU, 2017, p. 21). De acordo com Abreu (2017), o neopentecostalismo pregava através da Teologia da Prosperidade²⁴, o princípio de que é “a prosperidade material que demonstra a aproximação entre o fiel e Deus” (ABREU, 2017, p. 21). Os discursos conservadores dessa corrente religiosa exaltavam o resgate dos valores da família tradicional e condenavam a liberdade sexual da juventude e das mulheres. Cresceu também o discurso homofóbico, principalmente após o início da epidemia de HIV/AIDS dos anos 80²⁵ (JENKINS, 2012, p. 248). O neopentecostalismo defendia o conservadorismo dos costumes ao mesmo tempo que casava perfeitamente com os ideais neoliberais de meritocracia²⁶.

[A igreja neopentecostal] mescla duas tecnologias de poder: o disciplinar, ao estabelecer uma norma de comportamento e ideais regulatórios baseados na bíblia; e neoliberal no sentido de instaurar a percepção de que a relação entre Deus e o fiel é explicada pela lógica econômica, pois a doação, também chamada de “desafio”, é entendida como investimento, necessário para participar desse “jogo”, caso contrário pode ser aniquilado pelo corte que

²⁴ De acordo com essa corrente teológica, a presença divina se manifesta na vida dos seus fiéis através do sucesso profissional, econômico, possibilitando a melhora no estilo de vida e nos padrões de consumo. “O sucesso é medido quase que exclusivamente pela riqueza e pelo consumo, onde o pecado e a graça são definidos, respectivamente, pela pobreza e pela fortuna” (GARRARD-BURNETT, 2011, p. 177).

²⁵ “O advento da AIDS, no início dos anos 80, complexificou estas relações e serviu de motivo para o recrudescimento de preconceitos contra os homossexuais, e a própria homossexualidade masculina se transformou num sinônimo de AIDS. No início, a associação chegou a tal ponto que a doença, recém-descoberta, chegou a ser chamada de GRID (Gay Related Immunodeficiency) nos meios científicos e de câncer gay, peste gay ou peste rosa pela imprensa e pela opinião pública” (TERTO JR, 2002, p. 148).

²⁶ É a individualização da responsabilidade pela ascensão social, a mobilidade social é possível de acordo com os esforços individuais de melhoria no desempenho profissional, aumento da produtividade e qualificações profissionais (BÉHAR, 2019, p. 240).

seleciona apenas os “vitoriosos”. Na IURD [Igreja Universal do Reino de Deus] a separação é entre os que fazem uma aliança com Deus e os que não, pois é a partir do investimento na fé que se terá retorno em formas de benção (ABREU, 2017, p. 33).

O evangelicalismo na sociedade se deu por uma crescente participação das mulheres, negros e pobres. Segundo Fraser (2007, p. 302), esses grupos sociais marginalizados foram os mais afetados pelas políticas neoliberais que deixaram essa parcela da população em uma situação de crescente insegurança social. Para a autora, as religiões evangélicas proporcionavam uma espécie de “segurança social”, que anteriormente era promovida pelas políticas social-democratas. De acordo com Fraser (2007, p. 302), essa segurança ofertada pela religião não era concreta, mas era estabelecido um clima de aceitação social que essas pessoas não recebiam fora do ambiente da Igreja.

Na verdade, dá às pessoas um discurso e um conjunto de práticas através das quais elas podem gerir a insegurança. O evangelicalismo lhes diz: “Você é um pecador, você vai fracassar, você pode perder seu emprego, você pode beber demais, você pode ter um caso extraconjugal, seu marido pode te abandonar, seus filhos podem usar drogas. Mas está tudo bem. Deus ainda te ama e a tua igreja te aceita”. O efeito é, em parte, transmitir aceitação, mas também preparar as pessoas para os problemas de tempos difíceis (FRASER, 2007, p. 302).

Os neoliberais se aliaram aos conservadores, buscando reverter as transformações econômicas e culturais das décadas anteriores. Nos Estados Unidos e na Europa, surgiram lideranças que uniam o Estado neoliberal ao conservadorismo dos costumes, como Margaret Thatcher, na Grã-Bretanha, e Ronald Reagan, nos Estados Unidos. Em *Mulheres, Cultura e Política*, Davis tece críticas ao programa neoliberal do governo Reagan e mostra como essas políticas afetaram especialmente as mulheres negras. Nós nos aprofundaremos na análise desse livro ainda neste capítulo.

Nos Estados Unidos, de acordo com Camila Vidal (2019), já durante a década de 1960, o Partido Republicano havia começado a levantar a agenda conservadora no campo da moralidade, defendendo os valores da família tradicional, branca e cristã, associada à defesa da diminuição da intervenção do Estado na economia, com a liberação do mercado e o fim das políticas de assistência social. Segundo Vidal (2019, p. 42), a ideia era de que o Estado deveria atuar apenas como regulador para manter esses valores resguardados, por exemplo, criminalizando o aborto e o casamento entre pessoas de mesmo gênero, ao mesmo tempo que acreditava que não era papel do Estado atuar no combate às desigualdades, pois estas eram consideradas “naturais” na sociedade. O pensamento conservador começa a ganhar alguns adeptos na academia, entre filósofos e economistas, Vidal nos traz o exemplo do pensamento de Russell Kirk, um dos principais autores do pensamento conservador que ganhava espaço

nesse período. Para ele, “sendo os indivíduos naturalmente desiguais em todos os aspectos, a hierarquização e a desigualdade social e econômica seriam parte de um processo natural e mais próximo das leis divinas” (VIDAL, 2019, p. 43).

Como destaca Vidal (2019), este pensamento não teria ganhado tanto espaço se não houvesse uma rede de empresários, intelectuais e economistas que passassem a atuar na divulgação e defesa desses ideais. O próprio Ronald Reagan, ainda na época que era apenas um ator de Hollywood, foi contratado por empresas como a General Electric (GE) para ser “garoto-propaganda” dos ideais do livre mercado, contra as políticas de Bem-Estar social e anticomunistas para operários (VIDAL, 2019, p. 45). Quando Reagan foi eleito, em 1981, tratou de colocar em prática a agenda conservadora neoliberal que vinha forjando-o como liderança política nos anos anteriores, com a dissolução de programas de combate às desigualdades e a crescente militarização para a garantia de uma soberania nacional na política externa (VIDAL, 2019, p. 53).

Enquanto o neoliberalismo começava a tomar conta dos países capitalistas e dos países do terceiro mundo, o socialismo real estava cada vez mais em decadência. Com o passar dos anos, os países do socialismo real começaram a se abrir para o comércio exterior na tentativa de elevar o crescimento econômico, entretanto, quando ocorreram as crises da década de 70, eles sofreram um impacto negativo maior do que os próprios países capitalistas (HOBSBAWM, 1995). A URSS tinha alguns aspectos que dificultavam a concorrência com os países capitalistas, primeiramente, a tecnologia soviética estava ficando cada vez mais defasada, restando o aumento da produtividade. Além disso, a lógica de uma economia que não focava no acúmulo de capital fazia-a menos lucrativa, conseqüentemente, menos competitiva (HOBSBAWM, 1995).

Na verdade, na década de 1970 era claro que não só o crescimento econômico estava ficando para trás, mas mesmo os indicadores sociais básicos, como o da mortalidade, estavam deixando de melhorar. Isso minou a confiança no socialismo talvez mais que qualquer outra coisa, pois sua capacidade de melhorar a vida da gente comum através de maior justiça social não dependia basicamente de sua capacidade de gerar maior riqueza (HOBSBAWM, 1995).

Entre 1989 e 1990, a crise econômica da União Soviética tornou insustentável a permanência do regime socialista. Em 1989, a Polônia, Tchecoslováquia, Hungria, Romênia e Bulgária começaram a se desmembrar da URSS. Naquele ano, a queda do muro que dividia a cidade de Berlim, na Alemanha, entre a Berlim ocidental, capitalista, e a Berlim oriental, socialista, tornou-se um dos marcos principais do fim do sonho socialista. Assim como destaca Hobsbawm (1995), esse processo teve o diferencial de ocorrer no período em que os meios de

comunicação estavam mais popularizados, e a espetacularização desse momento, através de imagens e vídeos, foi acompanhada em tempo real através das televisões do mundo todo.

São imagens latentes na sociedade alemã e no mundo, como herança da projeção que teve a “queda” do muro de Berlim; do alcance, repercussão e desdobramentos que esse acontecimento, tão significativo, teve por todo o mundo, o qual simbolizou para alguns o fim do socialismo, o fim das utopias, para outros a vitória do capitalismo ou o início de um período de incertezas (BEILKE, 2008, p. 32).

3.2. Crítica ao reaganismo e a luta por um feminismo transnacional

O livro *Mulheres, Cultura e Política*, publicado em 1990, é uma coletânea de textos, palestras, discursos e artigos políticos que Davis apresenta entre 1983 e 1987. Desde sua introdução, a autora ressalta que essa obra é um reflexo dos últimos anos de seu ativismo social; a sua preocupação naquele período era de “responder plenamente às necessidades do momento e fazer isso de modo que a luz que se pretende lançar sobre o presente possa ao mesmo tempo iluminar o futuro” (DAVIS, 2017, p. 11). Dessa forma, essa obra tem uma íntima ligação com o espírito de seu tempo, as demandas possíveis para os movimentos sociais em um momento de ascensão do neoliberalismo e o evidente declínio do socialismo real.

Nesse livro, podemos perceber que um dos pontos centrais dos textos escolhidos para compor a obra trata de críticas elaboradas por Davis ao governo de Ronald Reagan. Estas críticas estão centradas em dois pontos principais: nas políticas internas de austeridade fiscal, que tiveram um grande impacto no desemprego, na educação e na saúde das minorias étnicas e dos trabalhadores; e o belicismo da política externa, com a ameaça constante de um conflito direto nos últimos anos da Guerra Fria.

Antes de ter sido presidente, Reagan foi governador do estado da Califórnia, tendo sido um dos responsáveis pela perseguição política a Davis, descrita no primeiro capítulo. Ele esteve à frente da presidência dos Estados Unidos por dois mandatos, governando os Estados Unidos de 1980 até 1988. Seu governo foi marcado por uma agressiva política de austeridade fiscal, cortando despesas sociais e subsídios públicos. Dentro da ideologia neoliberal, as liberdades econômicas devem ser prioritárias. O Estado, por sua vez, deve limitar suas atividades a assegurar que as regras de livre mercado sejam respeitadas. A inovação do neoliberalismo, frente ao antigo liberalismo do início do século XX, é a radicalização desses ideais e a sua

expansão, transformando-o em um sistema integrado de escala mundial (IANNI, 1998, p. 28). A ausência do Estado em setores fundamentais como a educação e a saúde gerou um impacto devastador para o agravamento das desigualdades sociais.

As consequências das políticas econômicas da administração Reagan sobre a população trabalhadora foram particularmente devastadoras para a população trabalhadora, foram particularmente devastadoras para as mulheres de minorias étnicas. Aquelas que mais diretamente e mais profundamente – aprenderam o que significa tentar sobreviver em uma sociedade que define suas prioridades em função dos lucros corporativos são, de fato, as mulheres afro-americanas e suas irmãs de todas as minorias étnicas (DAVIS, 2017, p. 30).

As famílias negras foram as mais atingidas entre a população dos Estados Unidos. Segundo Davis (2017, p. 75), os dados demonstram que, nos anos 80, as famílias negras chefiadas por mães solo foram de 21%, em 1960, para 47%, o desemprego entre os homens negros chegava a 60%, e a renda das famílias brancas era seis vezes mais alta que a das famílias negras. Visto que o Estado não pôde mais garantir as políticas de pleno emprego, os direitos básicos como alimentação, educação, saúde e segurança passaram a estar cada vez mais distantes da população negra e dos pobres em geral. Quando esses direitos são transformados em mercadoria²⁷, tal como afirma Davis (2017, p. 54), os que não podem arcar com os custos passam a ser privados de saciar as necessidades fundamentais para a manutenção da própria existência. Davis destaca que os Estados Unidos e a África do Sul representam alguns dos poucos países industrializados que não têm um sistema de saúde público. De acordo com ela:

Uma vez que foram abolidos ou reduzidos muitos programas elaborados para melhorar as condições da população pobre – por mais inadequados que fossem -, o acesso a serviços de saúde se tornou um problema especialmente urgente. No caso das mulheres negras, a maior barreira para a saúde é a pobreza – e durante os anos Reagan nossas comunidades se tornaram casa vez mais depauperadas (DAVIS, 2017, p. 55).

Em seu discurso feito na Carolina do Norte, em 1987, “Doentes e cansadas de estarmos doentes e cansadas: A política de saúde para as mulheres negras” (DAVIS, 2017, p. 53), ela ressalta que as mulheres negras estão em maior posição de vulnerabilidade social, sendo elas as mais afetadas pelas políticas neoliberais, não apenas na área da saúde e da educação, mas também no crescente aumento do desemprego entre a população negra.

Davis afirma que os ataques do governo Reagan contra as famílias negras e, principalmente, contra as mulheres negras, eram também ideológicos. Um dos principais

²⁷ “Todas as sociedades humanas têm de produzir suas próprias condições materiais de existência. A mercadoria é a forma que os produtos tomam quando essa produção é organizada por meio da troca. Nesse sistema, uma vez criados, os produtos são propriedade de agentes particulares que tem o poder de dispor deles transferindo-os a outros agentes” (BOTTOMORE, 1988, p. 265).

autores que influenciaram as medidas econômicas adotadas pelo governo foi George Gilder (1981), e, segundo o economista, as mulheres negras não sofriam nenhum tipo de opressão social. Na verdade, elas seriam até mais capazes que os homens, mas usavam o discurso da opressão dupla, racial e sexual, como estratégia para não trabalhar. As ideias de Gilder e Reagan eram embasadas em estereótipos usados para estigmatizar as poucas mulheres negras que estavam incluídas nas políticas de assistência social.

As afro-americanas acabam estereotipadas racialmente como preguiçosas quando as mães dependentes do Estado são culpadas por não transmitir a ética do trabalho aos filhos. Além disso, a mãe dependente do Estado não dispõe da ajuda de uma figura de autoridade masculina. Tipicamente retratada como mãe solteira, ela viola um dogma fundamental da ideologia branca e masculina: é uma mulher sozinha (COLLINS, 2019, p. 152).

A figura da mãe negra adolescente, dependente do Estado, foi amplamente difundida por pronunciamentos do governo e pela mídia — elas eram constantemente acusadas de “engravidarem para que pudessem viver às custas do Estado” (GILDER, 1981, p. 115). De acordo com Davis (2017), o discurso neoliberal individualiza a responsabilidade sobre as desigualdades sociais, colocando a culpa da pobreza e da miséria na preguiça e na desonestidade das camadas populares.

As adolescentes negras não criam a pobreza ao dar à luz. Pelo contrário, elas são mães em uma idade tão precoce justamente porque são pobres — porque não tem oportunidade de receber educação, porque para elas não existe acesso a empregos significativos e bem remunerados nem formas criativas de lazer. Elas são mães em idade tão precoce porque métodos seguros e efetivos de contracepção não estão disponíveis para elas (DAVIS, 2017, p. 35).

Enquanto o governo Reagan cortava as políticas de assistência social, os gastos com os aparelhos repressivos do Estado, como a polícia, o exército e o sistema prisional, tiveram um aumento expressivo. De acordo com Jenkins,

O orçamento do Departamento de Defesa dos Estados Unidos aumentou de 136 mil milhões de dólares em 1980 para 244 mil milhões em 1985, valor que não inclui as despesas semiocultas de outras unidades associadas, como o Departamento de Energia. A administração Reagan financiou a organização da defesa à custa do aumento do déficit numa escala sem precedentes em tempos de paz. Mesmo no auge da Guerra do Vietnã, o governo americano raramente ultrapassara o déficit de 25 mil milhões de dólares num ano, ou 3% do PIB (JENKINS, 2012, p. 251).

Quando os Estados Unidos tiveram que retirar as suas tropas do Vietnã em 1975, os americanos se sentiram desmoralizados perante o mundo (SILVA, 2013). A eleição de Reagan tinha alguns objetivos traçados pela elite política e econômica dos Estados Unidos; ele deveria restaurar a hegemonia estadunidense como a “grande nação” e abrir espaços para a expansão do capital. De acordo com Trein (1983, p. 60), o setor que melhor incorporava todas as

necessidades dessas elites era a indústria bélica.

O anticomunismo que havia tido seu ponto alto com o macarthismo, na década de 50, é acionado mais uma vez como ferramenta para justificar intervenções e ações militares em outros países. Reagan depositava no que chamava de “império do mal”, composto pela URSS, China, Cuba e outros países comunistas, a responsabilidade de todos os problemas mundiais. De acordo com ele, um conflito real poderia estar próximo. O governo voltou a nutrir o clima de tensão da Guerra Fria, montando um escudo de mísseis contra supostos ataques da URSS e reavivando as ameaças de um conflito nuclear (SILVA, 2013).

Neste sentido, a Terceira Guerra Mundial não era apenas uma possibilidade, pois estava já em curso através dos ataques sistemáticos ao Ocidente por forças comunistas secretas, um rótulo atribuído a qualquer grupo que lutasse contra um aliado americano. Se o terrorismo era um instrumento soviético para desestabilizar o Ocidente, exigia uma reação apropriada da Doutrina Reagan, o compromisso em ajudar forças anticomunistas em qualquer país dominado pelos comunistas (JENKINS, 2012, p. 250).

Podemos perceber em *Mulheres, Cultura e Política* que a tensão da iminência de uma guerra nuclear e a necessidade de estabelecer uma luta pela paz é a tônica de muitos dos textos. Como é possível observar em “As mulheres nos anos 1980: Derrotas e vitórias”²⁸, a autora cita uma parte do documento apresentado à Conferência das Nações Unidas ao final da Década da Mulher na ONU (1975–1985). Esse documento resume as preocupações das mulheres da época e também aquilo que Davis considera prioridade para as lutas sociais naquele momento:

Nem o desenvolvimento socioeconômico nem a igualdade das mulheres podem ser atingidos enquanto nossa sociedade for sobrecarregada com gigantescos orçamentos militares e nossas crianças, nossa família e nossa própria vida forem ameaçadas por um holocausto nuclear. [...] Como mulheres estadunidenses, nós lutamos por nossa igualdade, nosso desenvolvimento econômico e, acima de tudo, pela paz mundial (WOMEN’S COALITION apud DAVIS, 2016, p. 85).

Ao mesmo tempo que apoiava os embargos econômicos aos países socialistas, Reagan retirou os embargos que haviam sido impostos à África do Sul. Durante aquele período, apesar da pressão internacional, ainda vigorava no país o *apartheid*, sistema sul-africano de segregação racial que permaneceu de 1948 até 1994. Reagan decidiu adotar a estratégia nomeada por ele como “engajamento construtivo”, que consistia em repudiar as violações de direitos humanos que ocorriam na África do Sul, mas continuar uma relação comercial com o país. “A intenção era tentar novamente convencer o governo sul-africano a reformar o regime através de incentivos” (BRANCHTEIN, 2016, p. 23).

²⁸ Esse texto é o prefácio escrito por Davis especialmente para a edição russa de *Mulheres, Raça e Classe*, publicado na URSS em 1987, que está contido em *Mulheres, Cultura e Política*.

Uma característica dos movimentos sociais das décadas de 80 e 90 é a transnacionalização das lutas, e a luta pelo fim do *apartheid* se tornou uma das principais lutas dos movimentos negros e dos direitos humanos no mundo inteiro. Nos Estados Unidos, mais de 5 mil pessoas chegaram a ser presas pelo governo por participarem de manifestações pelo fim do *apartheid* (DAVIS, 2017, p. 97). Assim como a luta pela paz, Davis sempre aborda a crítica ao *apartheid* em seus discursos e textos presentes nesse livro, enfatizando que a luta pela liberdade deve ser uma bandeira de todos e todas.

No artigo sobre a autobiografia de Winnie Mandela, ativista pelo fim do *apartheid* e esposa de Nelson Mandela, escrito para a revista *Vogue*, em 1985, Davis relaciona a sua experiência sob o regime segregacionista do Alabama ao que a população negra sofria na África do Sul.

Na adolescência, quase chegando à idade adulta, em Birminham, no Alabama, que era conhecida em alguns círculos como a “Joanesburgo do Sul”, eu fiquei surpresa ao descobrir que em outro lugar do mundo a população negra era submetida às mesmas injustiças da segregação que nós vivíamos no Sul dos Estados Unidos (DAVIS, 2017, p. 90).

Principalmente por ser norte-americana, Davis ressalta que é dever da população estadunidense pressionar o governo Reagan para que ele tome medidas mais drásticas pelo fim do *apartheid*, interrompendo o financiamento e o apoio ao regime segregacionista. De acordo com Davis, a postura diferenciada que Reagan adotava para com os países socialistas e a África do Sul demonstrava que ele agia unicamente por interesses econômicos e corporativos.

Como resultado direto de nosso ativismo, o investimento estadunidense na África do Sul foi reduzido pela metade. Mesmo assim, sabemos que existem corporações que aparentemente se retiraram da África do Sul, mas continuam a financiar o *apartheid* por meio de outros canais que abastecem o governo com mercadorias, serviços e tecnologia. Portanto, dizemos que todas as relações econômicas com a África do Sul devem ser interrompidas! (DAVIS, 2017, p. 97).

Não apenas as lutas antirracistas se tornaram internacionalistas, mas também o feminismo passa a ganhar mais espaço no mundo todo. As pautas do feminismo passam a ser reconhecidas por instituições internacionais, e o maior exemplo desse fenômeno é a Década da Mulher na ONU (1975–1985). Em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveu o Congresso Mundial no México com o objetivo de comemorar o Dia Internacional da Mulher. Nesse evento, foi divulgado que, nos anos de 1975 até 1985, seriam produzidas campanhas colocando as desigualdades de gênero no centro do debate, retirando “as questões de gênero do âmbito doméstico e incorporando-a na realidade internacional, assumindo as desigualdades de gênero como um problema estrutural e coletivo” (WILLERS, 2015, p. 76). As Conferências

Mundiais da ONU proporcionaram coalizões de organizações feministas e dos direitos humanos para influenciar a produção de normas e jurisprudência internacional, propiciando que as feministas estabelecessem redes transnacionais de luta, trazendo maior visibilidade para problemas que muitas vezes ficavam restritos a localidades isoladas (KECK e SIKKING, 1998).

Fazendo um retrospecto sobre a Década da Mulher, Davis (2017, p. 99–103) exalta os pontos importantes dos congressos e encontros que foram promovidos a partir da iniciativa das Nações Unidas, como a oportunidade de conhecer e ouvir mulheres do mundo todo falando sobre as suas dificuldades enfrentadas em seus países de origem, mas também de conhecer a resistência que essas mulheres vinham articulando dentro de suas localidades. De acordo com Collins (2019), a transnacionalização do feminismo negro foi fundamental para conectar as experiências das mulheres afro-americanas às outras mulheres negras do mundo, fazendo-as compreender que, apesar das especificidades culturais e históricas de cada região, a semelhança encontrada nas matrizes de dominação de gênero, raça/etnia e classe, “expressa a universalidade das opressões interseccionais, organizadas em diversas localidades” (COLLINS, 2019, p. 369).

Por outro lado, Davis não deixa de reconhecer que a parte mais frutífera desses eventos internacionais promovidos pela ONU foi o estabelecimento de diálogos e encontros que ocorriam em paralelo à programação oficial dos eventos. Como de praxe, a maior parte das falas oficiais vinha de mulheres que estavam ligadas aos interesses dos governos e das elites, como foi o caso dos Estados Unidos, que enviou como representante a filha do presidente Reagan, Maureen Reagan, para falar em nome das estadunidenses.

Quando Maureen Reagan apresentou seu discurso de abertura na conferência oficial da ONU, ela declarou que as mulheres dos Estados Unidos estão adiantadas em seu percurso rumo à emancipação. De fato, ela disse que “todas as barreiras à igualdade política foram há muito eliminadas”. Segundo ela, os quatro problemas relacionados à opressão sexista das mulheres em nosso país são “as mulheres refugiadas, a integração das mulheres no progresso de desenvolvimento, a alfabetização e a violência doméstica”. [...] Os quatro problemas escolhidos por Maureen Reagan foram evocados com o objetivo expresso de desviar atenção do contexto mais amplo da desigualdade das mulheres (DAVIS, 2017, p. 102).

A crítica que a autora faz ao feminismo liberal branco está baseada na característica dessa vertente feminista de buscar a solução para o sexismo através das estruturas capitalistas, pelo “empoderamento” individualista de mulheres das classes privilegiadas. Essa corrente feminista se baseia na noção idealista do pensamento liberal. Por isso, vê o Estado como uma instituição neutra que tem a função de garantir a “liberdade e igualdade de todos os seres humanos” (SILVA; VENTURA e KRITSCH, 2009, p. 55). Dessa forma, para as feministas liberais, a solução para o fim do sexismo é a garantia legal de que as mulheres tenham igualdade

política e jurídica em relação aos homens. Seguindo a lógica da meritocracia, creem que o sexismo presente na sociedade desaparecerá quando as mulheres ocuparem cargos políticos, posições de prestígio no mercado de trabalho, ou seja, quando as mulheres alcançarem o sucesso profissional tal como os homens. De acordo com Davis (2017, p. 26), essa visão do feminismo liberal é problemática, pois o feminismo acaba reforçando as estruturas de dominação.

Elas presumiram de forma errônea que as causas [sociais] das mulheres podem ser articuladas de modo isolado das questões associadas aos movimentos negro e trabalhador. Suas teorias e práticas frequentemente insinuaram que a contestação mais pura e direta ao sexismo é aquela desprovida de elementos ligados a opressão racial e econômica – como se existisse um fenômeno como a feminilidade abstrata que sofre o sexismo de maneira abstrata e que luta contra ele em um contexto histórico abstrato. Em última análise, esse estado de abstração acaba se revelando um conjunto bastante específico de condições: mulheres brancas de classe média sendo vítimas de e reagindo a atitudes e condutas sexistas de homens brancos de classe média e clamando por igualdade em relação a esses homens em particular (DAVIS, 2017, p. 27).

Enquanto no livro *Mulheres, Raça e Classe*, Davis faz um apanhado histórico do feminismo da primeira onda nos Estados Unidos e a sua relação com o racismo, em *Mulheres, Cultura e Política*, a autora destaca que, apesar da luta das feministas negras ter crescido e criado seus próprios espaços nas últimas décadas, o feminismo negro ainda é marginalizado e invisibilizado em face da hegemonia do feminismo liberal.

Para Davis, o feminismo precisa estar comprometido com o fim do sexismo para todas as mulheres, levando em consideração as especificidades de cada realidade e as demandas por justiça social de cada grupo, mas lutando juntas pelo fim de todas as formas de opressão social. Advoga que, enquanto uma mulher continuar sendo oprimida em alguma parte do mundo, nenhuma mulher será livre.

Milhões de mulheres estão hoje preocupadas com empregos, condições de trabalho, salários mais altos e violência racista. Elas estão preocupadas com o fechamento de fábricas, com a falta de moradia e com a legislação migratória repressiva. Estão preocupadas com a homofobia, o idadismo e a discriminação contra pessoas com deficiências físicas. Estamos preocupadas com a Nicarágua e a África do Sul. E compartilhamos com nossas crianças o sonho de que o mundo amanhã esteja livre da ameaça de um onicídio nuclear. Essas são algumas das questões que devem ser incluídas na luta geral pelos direitos das mulheres, caso exista um compromisso sério com o empoderamento daquelas mulheres que têm sido historicamente submetidas à invisibilidade. Essas são algumas questões que devemos considerar se queremos erguer-nos enquanto subimos (DAVIS, 2017, p. 17).

Assim como veremos no próximo capítulo, a abordagem de Davis vai se tornando cada vez mais internacionalista e plural, englobando as lutas pelo abolicionismo penal, pela liberdade não apenas nos Estados Unidos, mas no mundo todo. É a partir de *Mulheres, Cultura e Política* que ela passa a ter uma visão mais ampla do sentido da interseccionalidade; assim como ela

afirma na citação acima, a luta pela justiça social deve romper as barreiras territoriais e de identidades de grupos sociais, dessa forma, a luta pelo fim do *apartheid*, contra a homofobia, capacitismo, idadeísmo, sexismo e o racismo, devem ser encaradas como uma luta coletiva de todos os movimentos sociais.

Em *Mulheres, Cultura e Política*, ela aborda pela primeira vez, ainda que superficialmente, uma crítica ao socialismo real. Segundo Davis (2017, p. 24), era necessário criar uma “nova ordem socialista”, que colocasse como prioridade também a eliminação do racismo e do sexismo, pois o socialismo tal qual existia, não faria com que esses problemas “se dissipassem magicamente”. Para ela, “assim como a discriminação de raça e de nacionalidade, o sexismo é um obstáculo para o desenvolvimento socialista e para o advento futuro do comunismo” (DAVIS, 2017, p. 85). As críticas feitas por Davis têm como objetivo romper com a centralidade das questões de classe, mas sem esquecê-las, elevando o sexismo, o racismo ao mesmo nível de importância que o capitalismo. Apesar da crítica ao socialismo real, ela não deixa de ressaltar que o capitalismo não conseguiria eliminar o sexismo e o racismo sem eliminar também a desigualdade de classe. Sendo quase inexistente a possibilidade real de uma vitória do socialismo sobre o capitalismo naquele momento, aventamos a hipótese de que, com a ascensão neoliberal e a crise soviética, esse cenário se mostra cada vez mais distante, fazendo-se necessário focar nas demandas imediatas do momento político. A pauta da luta pelo socialismo parece dar lugar às lutas antineoliberais nessas últimas décadas do século XX.

3.3. Era pós-socialista e a mudança de foco na academia e no feminismo negro

A dissolução da URSS e a ascensão do neoliberalismo trouxeram um vácuo de perspectivas progressistas em um futuro breve. A hegemonia do capitalismo neoliberal, por sua forma mais agressiva e predatória, parecia não deixar muito espaço para que intelectuais feministas e militantes pudessem vislumbrar potencialidades efetivas para fazer críticas ao capitalismo e pensar em lutas anticapitalistas. A dissolução da URSS e a queda do Muro de Berlim são os marcos do início da era pós-socialista, na qual não parecia ser viável pensar em outra ordem econômica. Esse contexto exerce influência para a mudança no foco dos estudos

acadêmicos e lutas dos movimentos sociais. Como dito anteriormente, no final dos anos 1990, Fraser (2006) identifica a virada dos movimentos sociais das pautas ligadas à redistribuição para aquelas relacionadas às lutas por reconhecimento das diferenças. Aqui as identidades grupais substituem os interesses de classe, marcando uma era de “conflitos pós-socialistas”. Fraser via como algo bastante problemático essa mudança de foco dos movimentos sociais, cuja tematização das injustiças sociais pelos movimentos sociais está centrada na denúncia dos efeitos danosos da dominação cultural, sendo secundarizadas as injustiças na dimensão político-econômica.

Nesse cenário, marcado pelo aumento do desemprego em massa e do subemprego em função da revolução digital nos anos 90, crescente precarização e informalização do trabalho nos Estados Unidos e na Europa, tanto as críticas ao capitalismo se arrefeceram como também a perspectiva de se conceber a centralidade do trabalho como elemento-chave para a integração social. Vale ressaltar que, para o marxismo, a categoria ‘trabalho’ é fundamental, pois é através dele que a sociedade se estrutura (SORJ, 2000, p. 27), uma vez que a sociedade capitalista é dividida entre a classe que precisa vender a sua força de trabalho²⁹ para sobreviver, o proletariado, e a classe que detém os meios de produção, vivendo às custas da exploração dos trabalhadores, os capitalistas. Com a implementação do Estado de Bem-Estar Social, garantiram-se aos trabalhadores melhores salários e condições de vida, sendo eles incluídos na esfera do consumo, o que levou alguns autores como André Gorz a defender, no final dos anos 1960, que a revolução do proletariado não poderia mais ser pensada pela evocação da satisfação das necessidades vitais do proletariado, pois essas já tinham sido, em grande medida, atendidas pelo Estado de Bem-Estar Social. Gorz afirmava, nessa época, que era necessário pensar nos “anseios e desejos de natureza existencial” que o capitalismo não seria capaz de atender para se propor uma crítica ao capitalismo que pudesse envolver o proletariado (SILVA, 2017, p. 510). Com o incentivo ao consumo, os trabalhadores passaram a compor a sua identidade não por sua função na produção de bens dentro do sistema capitalista, mas na possibilidade de adquirir esses bens (NORONHA; BARBOSA e SIADE, 2016, p. 42–43). As classes sociais passam a ser classificadas através do potencial de consumo que possuem.

Em 1980, Gorz publica o livro *Adeus ao Proletariado*, no qual, em função da revolução tecnológica e da complexidade das instituições sociais, não vê mais possibilidades para a apropriação coletiva dos meios de produção e para a transformação social feita pelo

²⁹ “Força de trabalho é a capacidade de realizar trabalho útil que aumente o valor das mercadorias. É a sua força de trabalho que os operários vendem aos capitalistas em troca de dinheiro” (BOTTOMORE, 1988, p. 156).

proletariado. Ou seja, não vê mais o proletariado como sujeito político da revolução. A partir da década de 80, o marxismo vai perdendo força na academia. Como afirma Fraser, na década de 90, quando o neoliberalismo está se consolidando, os teóricos sociais mantêm-se distantes “da teoria social de grande alcance associada ao marxismo” (FRASER, 2011, p. 618). Nessa época, cresce a necessidade de especialização universitária, e os teóricos sociais passam a se concentrar num ramo específico de pesquisa sem se preocupar em construir explicações macroestruturais. “A crítica centrada, em particular, na crise do capitalismo foi declarada redutora, determinista e ultrapassada” (FRASER, 2011, p. 618). Além disso, não só o feminismo subordina as lutas redistributivas a lutas por reconhecimento, como também “a teoria cultural feminista começou a obscurecer a teoria social feminista” (FRASER, 2009, p. 23). De acordo com Farias (2017), os estudos acadêmicos passaram por uma “virada linguística”,

momento este em que prevaleceu uma orientação para as ciências humanas de forma geral na apreensão dos signos, significados, sentidos, representação, etc. Esses escritos partiam do rechaço ou da negligência ao trabalho, economia política e da totalidade como fenômenos e categorias de análise. Ao invés das relações sociais de produção, entraram as relações de poder; no lugar do trabalhador veio o oprimido e suas derivações. Em suma, o mundo virou um teatro onde os atores sociais devem ser protagonistas e representarem suas agruras e resistirem ao invés de revolucionarem as relações de produção e, conseqüentemente, o modo de produzir a vida (FARIAS, 2017, p. 410).

A crítica ao economicismo do Estado de Bem-Estar Social que havia sido pautada nos anos 1960 e 1970 se radicaliza na década de 90. Segundo Fraser (2011, p. 618), as críticas ao capitalismo quase foram extintas na teoria social e também na teoria feminista. Nesse período, a “crítica cultural” se sobrepõe à análise macroeconômica na teoria social.

Para além de uma cultura entendida como um conjunto concreto de crenças e de práticas partilhadas por um grupo humano, a “crítica cultural”, interroga-se também sobre a ausência de uma cultura coerente, estável e acabada, e destaca as contradições entre os diferentes elementos de uma cultura, a falta de integração, a importância das resistências, a aptidão das culturas à mistura e à modificação, à construção de identidades individuais e sociais. (FRASER, 2011, p. 632).

De acordo com Collins (2019), a partir dos anos 1980 e principalmente nos anos 1990, o feminismo negro acadêmico passa a dar maior destaque aos estudos sobre as opressões culturais que envolvem o racismo e o sexismo, as quais afetam as mulheres negras, fomentando discussões sobre sexualidade e afetividade das mulheres negras, bem como sobre os estereótipos e rótulos designados a elas. Para as mulheres negras, a questão da sexualidade trazia dilemas diferentes do que eram enfrentados pelas mulheres brancas, que lutavam pela ampliação da liberdade sexual desde os anos 60. Como Davis demonstra em *Blues Legacies*

and Black Feminism, de 1999, a liberdade sexual das mulheres negras não era vista como um tabu, elas detinham certa abertura para ter relacionamentos que não estivessem mediados pelo matrimônio, por exemplo. Veremos na próxima seção que, desde os anos 20, as letras de *blues* femininos já abordavam esse tema sem pudores moralistas.

Entretanto, de acordo com Collins (2019, p. 246), a sexualidade se tornava um problema para as mulheres negras pela hipersexualização de seus corpos promovida pela sociedade racista e sexista, como herança da escravidão. Frequentemente as mulheres negras são representadas como mais permissivas, com maior libido ou habilidade nas relações sexuais. Esses estereótipos atribuídos às mulheres negras colocam-nas em uma posição de objetos sexuais dentro da sociedade, negando-as, por muitas vezes, a afetividade das relações. Uma das temáticas levantadas nesse período era a da solidão da mulher negra; segundo Collins (2019, p. 272), ainda que as mulheres negras desejassem ter relações afetivo-sexuais com homens negros, elas são consideradas menos femininas do que as mulheres brancas, e por muitas vezes acabam sendo preteridas pelos homens negros que escolhem se relacionar com mulheres brancas. Essa relação se torna ainda mais complexa quando se trata de relacionamentos inter-raciais, uma vez que os homens brancos até se relacionam com as mulheres negras sexualmente, mas não assumem relacionamentos afetivos com elas (COLLINS, 2019, p. 273).

Lidar com a rejeição dos homens negros e brancos leva algumas mulheres negras a se dedicar a suas carreiras. Com o passar do tempo, essas mulheres se tonam respeitáveis senhoras de classe média, frequentemente sem filhos. [...] Apesar das conquistas muitas vezes notáveis dessas mulheres negras, a dor – mascarada pelo sucesso – que muitas vivenciam no caminho da respeitabilidade de classe média não é menos real (COLLINS, 2019, p. 274).

Apesar de Collins não historicizar as transformações das temáticas do feminismo negro, essa mudança está situada dentro do contexto da ‘crítica cultural’ das ciências humanas no fim do século XX. Aventamos a hipótese de que a crescente abordagem da “crítica cultural” criou espaços para o pensamento das feministas negras pudesse abordar as injustiças culturais que envolviam a realidade das mulheres negras de novas maneiras.

Até então, o pensamento feminista negro buscava construir pautas coletivas para fomentar as mudanças estruturais do racismo e do sexismo. A partir dos anos 90, a busca por autodefinição e autovalorização das mulheres negras, levou-as a falar cada vez mais sobre a importância do empoderamento da mulher negra, conquistado através da representatividade política e da valorização da cultura afro-americana (COLLINS, 2019, p. 211). Essa percepção sobre a questão do empoderamento das mulheres negras estava muito relacionada a uma noção de que o empoderamento individual transformar-se-ia com o tempo em empoderamento

coletivo. A busca pelo reconhecimento das diversas formas de identidades individuais que permeiam a sexualidade, o gênero, a raça/etnia, região, geração e cultura fragmentou os estudos dentro da academia. Podemos dizer que o pensamento feminista negro também sofreu grandes influências do feminismo liberal daquele período.

Este processo de individualização tem origem no próprio abandono do Estado das suas responsabilidades de atribuição das garantias sociais mínimas do ser cidadão, deixando o social por conta do agir individual. Por outro lado, o processo de individualização se expressa hoje frente às aventuras individuais diárias pela busca da sobrevivência, sem qualquer vínculo, de emprego e/ou proteção institucional (BONETTI; NETO; DE LIMA, 2018, p. 40).

Nesse período, existe uma sobreposição da dimensão do “eu” sobre a coletividade dentro do feminismo negro. Elas constroem uma perspectiva de revolução que começa dentro do indivíduo, através da transformação das ações das mentalidades individuais, e atinge a mudança social quando esses indivíduos se mudam internamente. De acordo com Collins (2019, p. 211), essa transformação de perspectiva de uma revolução construída de dentro pra fora possibilita que, mesmo em situações adversas, em que o contexto social e político restrinja a capacidade de articulação dos movimentos sociais, possam existir estratégias de resistência.

A transformação também pode ocorrer no espelho pessoal e privado da consciência individual de uma mulher. Igualmente fundamental. Esse tipo de transformação também é empoderadora no plano pessoal. [...] O empoderamento pessoal por meio do autoconhecimento, mesmo em condições de limitem severamente a capacidade de agir, é essencial (COLLINS, 2019, p. 211).

De acordo com Collins (2019), muitas vezes esses estudos negligenciavam as injustiças sociais de ordem econômica. No livro *Pensamento Feminista Negro*, publicado em 1990, Collins faz um levantamento e traça as temáticas presentes nos estudos do feminismo negro norte-americano. Segundo Collins, na primeira edição do livro, ela mesma havia secundarizado as questões de classe presentes nos estudos do feminismo negro. Ela destaca que, na década de 90, os estudos sobre interseccionalidade ainda estavam começando a ganhar espaço na academia, não estavam consolidados ainda, e muitas vezes dava-se mais ênfase para as questões raciais e de gênero do que para as questões de ordem econômica. Quando ela escreve a segunda edição desse livro nos anos 2000, aponta que:

“Embora as duas edições se baseiem em um paradigma de opressões interseccionais, para analisar as experiências das mulheres negras esta o faz de modo mais abrangente. [...] Na primeira edição havia especial preocupação com questões da cultura negra, mas se tratou menos de classe social. Aspectos da cultura e classe estavam presentes, contudo, não na mesma proporção dessa edição” (COLLINS, 2019, p. 22).

Como veremos no próximo capítulo, será só a partir da crise financeira de 2008 que volta à cena em primeiro plano na teoria social a crítica ao capitalismo e o debate sobre as teorias das crises do capitalismo, permitindo que Davis e outras intelectuais feministas vislumbrem um horizonte possível para as lutas feministas anticapitalistas, antirracistas, ecossocialistas e internacionalistas, conclamando o feminismo para 99%.

3.4. Blues, feminismo negro e cultura

O diferencial que a pesquisa e a teoria de Davis apresentam em relação às tendências teóricas daquele período é que a autora analisa a cultura sem negligenciar as questões de classe, dando continuidade à influência marcuseana que ela demonstrava desde *Lectures on Liberation* (1971). Em *Blues Legacies and Black Feminism* (1999), a teoria de Marcuse contribui para a compreensão sobre o potencial progressista da cultura, presente na análise desenvolvida por Davis nessa obra, como veremos abaixo. No entanto, na época da publicação de *Blues Legacies and Black Feminism*, o contexto político-econômico é de radicalização do neoliberalismo e de estabelecimento da era “pós-socialista”. Seu livro *Mulheres, cultura e política*, publicado em 1990, como já foi dito, é uma compilação de palestras que Davis dá entre 1983 e 1987, denunciando os efeitos danosos do neoliberalismo para os negros, especialmente para as mulheres negras, e os pobres. Nessa época, seu objetivo era pensar demandas possíveis para os movimentos sociais. Já quando escreve *Blues Legacies and Black Feminism*, não só não havia muito espaço dentro da academia para as críticas ao capitalismo em primeiro plano, como também foi a época do desenvolvimento da crítica cultural e da centralização das pautas dos movimentos feminista e antirracista na crítica à dominação cultural. A despeito disso, Davis não abandona sua inspiração no marxismo, mas volta seu olhar para a tematização das especificidades da cultura negra. Ainda que Davis, desde suas obras de juventude, sempre tenha buscado refletir sobre a cultura negra, analisando o caráter mais igualitário da relação entre negros e negras durante a escravidão, será nesse livro que ela irá problematizar, de forma detalhada, as diferenças entre as mulheres brancas e negras e as formas de resistência dos negros evidenciadas pelo seu protagonismo na produção cultural do *blues*. Como centra sua análise

nas grandes intérpretes e compositoras do *blues* nos anos 20, 30 e 40, seu intuito é evocar as possibilidades de resistência das mulheres negras da classe trabalhadora.

No livro *A dimensão estética*, Marcuse (1977) diz que, como princípio estético, a arte é necessariamente uma subversão da realidade, por ser uma representação mediada pela percepção e concepção de alguém. Visto que, na sociedade capitalista, as classes dominantes detêm o controle do *status quo*, a arte tem o potencial revolucionário de desafiar esse domínio. A arte devolve a autonomia do ser humano, enquanto o sistema capitalista o reifica³⁰ através da retirada da sua liberdade.

A arte combate a reificação fazendo falar, cantar e talvez dançar o mundo petrificado. O esquecer os sofrimentos do passado e a felicidade passada torna mais fácil a vida sobre um princípio de realidade repressiva. Pelo contrário, a lembrança quer o desvanecimento do sofrimento e a eternidade do prazer – contra o princípio da realidade (MARCUSE, 1977, p. 66–67).

A potencialidade de contestação do *status quo* pode ou não se realizar. O autor diz em “Sobre o caráter afirmativo da cultura”, de 1937, que a arte também pode servir para reafirmar as estruturas de dominação, contribuindo para a alienação³¹. Partindo dessa premissa, no artigo “A arte na linha de frente: Mandato para uma cultura do povo”, publicado em 1985, Davis tece críticas às músicas e outras formas artísticas que predominavam na indústria do entretenimento das últimas décadas do século XX. Ela reconhece o surgimento de novas formas artísticas progressistas, como o *rap*, estilo musical nascido na periferia das grandes cidades americanas, que retratava a “vida cotidiana da classe trabalhadora, em especial jovens da comunidade urbana afro-americana e latina” (DAVIS, 2016, p. 174). Entretanto, de acordo com Davis, estaria ocorrendo um esvaziamento do potencial progressista das músicas contemporâneas. Para ela:

Embora possam ser apresentados numerosos exemplos de tendências progressistas na música popular contemporânea, seria uma interpretação totalmente equivocada da indústria da música dizer que tais canções são representativas do que a juventude ouve nas transmissões de rádio. Em geral, a cultura musical popular que se dirige às pessoas jovens foi rigorosamente moldada pelas exigências do mercado capitalista, que avalia produtos de acordo com seu potencial de gerar lucros (DAVIS, 2016, p. 177).

³⁰ “A transformação dos seres humanos em seres semelhantes à coisa que não se comportam de forma humana, mas de acordo com as leis do mundo das coisas. A reificação é um caso “especial” de alienação, sua forma mais radical e generalizada, característica da moderna sociedade capitalista” (BOTTMORE, 1988, p. 314)

³¹ “Tudo aquilo que fragmenta o ser humano, que o aparta do mundo, de si mesmo, das coisas que ele criara; tudo aquilo que o separa da consciência que deveria ter, que o transforma quase em um autômato ou em um ‘animal desnaturalizado’, tudo aquilo que o mergulhava em uma espécie de sono do qual não parecia ser possível despertar” (BARROS, 2011, p. 236).

Davis ressalta a importância da construção de uma arte progressista que tenha o compromisso de fomentar a emancipação social. Essa emancipação não é construída apenas através da arte declaradamente política; para ela, o papel da arte é de conectar as pessoas com sua essência humana, com os sentimentos como o de amor, sensibilizando-as para a importância das relações humanas (DAVIS, 2016, p. 167).

Na produção bibliográfica de Davis, o resgate do pensamento negro está presente desde *Lectures on Liberation*, em que a autora analisa o pensamento de Frederick Douglass, e posteriormente, em *Mulheres, Raça e Classe*, no qual a autora retoma a história das afro-americanas. Mas é em *Blues Legacies and Black Feminism* que ela se dedica a uma análise mais aprofundada da cultura afro-americana através da produção cultural e intelectual das mulheres negras estadunidenses da classe trabalhadora.

Durante a história da população negra nos Estados Unidos, a arte sempre teve um papel importante de resistência à desumanização promovida pelo sistema escravagista e ao racismo presentes na sociedade no pós-abolição. Com o objetivo de resgatar a memória da cultura afro-americana em sua essência progressista e de valorizar o pensamento das “intelectuais negras” das camadas populares, Davis decide produzir a pesquisa que deu origem ao livro *Blues Legacies and Black Feminism*.

Para Collins (2019, p. 55), a intelectualidade não é representada pela educação formal que o indivíduo apresenta, mas pela capacidade de ler e interpretar a própria realidade em que vive. A ideia de uma intelectualidade restrita à linguagem escrita e acadêmica é elitista, racista e sexista, uma vez que negros, pobres e mulheres foram excluídos desses espaços durante a maior parte da história.

Ninguém nasce intelectual nem se torna intelectual ao receber um diploma. Defendo que, na realidade, fazer um trabalho intelectual do tipo pensado pelo feminismo negro, requer um processo de luta autoconsciente em favor das mulheres negras, independente do trabalho social concreto em que esse trabalho ocorra (COLLINS, 2019, p. 52).

As mulheres negras compunham a maior parte da população com menores índices de escolaridade, por conseguinte o pensamento dessas intelectuais tem presença maior em outros meios como o movimento de mulheres negras, na música, nas artes e nas lideranças comunitárias. Seus pensamentos foram passados através da oralidade, entretanto muitos deles se perderam, ou melhor, segundo Collins (2019), essas vozes foram sistematicamente silenciadas.

A invisibilização das mulheres negras e de nossas ideias – não apenas nos Estados Unidos, mas na África, no Caribe, na América do Sul, na Europa e em

outros lugares onde vivem mulheres negras – tem sido decisiva para a manutenção de desigualdades sociais. Mulheres que se dedicam a reivindicar e construir conhecimentos sobre mulheres negras costumam chamar a atenção para a política de supressão que seus projetos enfrentam (COLLINS, 2019, p. 32).

Quando as intelectuais negras passam a integrar a academia, elas usam essa oportunidade para resgatar o pensamento de outras e outros intelectuais negros. Alice Walker, escritora do aclamado romance “A cor púrpura”, publicado em 1982 e vencedor do Prêmio Pulitzer, demonstra um sentimento compartilhado por todas as intelectuais do feminismo negro. Sobre o propósito de seu trabalho, a autora diz que:

Em meu próprio trabalho, escrevo não apenas o que quero ler – entendendo de forma plena e é indelével que, se não o faço, ninguém tem interesse ou capacidade tão vitais de fazê-lo a ponto de me satisfazer -, mas também todas as coisas que eu deveria ter tido condições de ler (WALKER, 2004, p. 13).

De acordo com Davis (1999), o *blues* refletia a mudança da realidade da população negra pós-abolição, da experiência da liberdade e da produção de arte. As músicas ajudam a compreender a vivência dessas mulheres também como construtoras de narrativas e análise de sua própria realidade.

Assumir novas perspectivas segundo as quais as estadunidenses negras de fato realizam trabalho intelectual e se dedicam a contribuir para o pensamento feminista negro possibilita fazer novas questões sobre a produção desses saberes de resistência. Ao longo da história, grande parte da tradição intelectual das mulheres negras se deu em contextos institucionais exteriores à academia. Por exemplo, a música das cantoras de blues – negras e de classe trabalhadora – das décadas de 1920 e 1930 é frequentemente vista como uma importante contribuição não acadêmica para essa tradição intelectual (COLLINS, 2019, p. 53).

O recorte histórico que Davis escolhe para centralizar a sua análise é conhecido como um período de efervescência da cultura negra afro-americana; durante os anos 20, 30 e 40, todas as artes negras estavam começando a se popularizar, tanto entre as comunidades negras quanto nas brancas, mas sem perder a característica progressista.

“Nas primeiras décadas do século XX, surgem, nos Estados Unidos, diversas manifestações literárias que, num sentido geral, ficaram conhecidas como o Renascimento Negro Norte-americano. Esse movimento, através de suas vertentes – o Black Renaissance, o New Negro e o Harlem Renaissance – se pautou pela assunção dos vínculos que o ligavam ao continente africano e pela rejeição aos valores defendidos pela chamada “white middle-class” norte-americana. Várias publicações lançadas na década de 1920 constituem contribuições importantes do movimento e de suas vertentes por tocarem em questões relacionadas com a segregação vivida pelo negro norte-americano e na luta pela conscientização de seus direitos como cidadão” (FONSECA, 2011, p. 245)

Segundo Davis (1999), as músicas produzidas pelas mulheres afro-americanas refletem a consciência social de negros e negras da classe trabalhadora. Elas deram voz aos sonhos, pensamentos e às experiências das comunidades negras.

Blues Legacies and Black Feminism é um exame da obra de três mulheres artistas que desempenharam um papel decisivo nos Estados Unidos. É uma investigação sobre suas performances gravadas em meio às tradições reconhecidas de consciência feminina nas comunidades negras de classe trabalhadora. [...] Enquanto tento situar suas performances gravadas, o principal material com o qual trabalho, relacionados aos desenvolvimentos históricos das décadas de 1920, 1930 e 1940, estou mais preocupada em como as performances dessas mulheres aparecem através do prisma do presente, e com o que essas interpretações podem nos dizer sobre formas passadas e presentes de consciência social (DAVIS, 1999, tradução nossa).

Nesse livro, Davis buscou analisar a obra de três intérpretes e compositoras do *blues* feminino das décadas de 20, 30 e 40, do século XX. Gertrude “Ma” Rainey (1886–1939), Bessie Smith (1894–1937) e Billie Holiday (1915–1959), que foram expoentes do gênero que começava a despontar entre as comunidades negras e também entre os brancos, nos Estados Unidos. Rainey era conhecida como a “mãe do *blues*” e foi a precursora da tradição clássica do *blues*, sendo também a primeira mulher a gravar uma música desse estilo musical; Smith era uma das principais compositoras e cantoras do blues, foi responsável por transformar a música negra em um “veículo” de comunicação popular; e Holliday foi uma das maiores cantoras e intérpretes negras estadunidenses, sendo um expoente do *blues* e do *jazz*³². Essas cantoras contribuíram para esclarecer “as políticas de gênero e sexualidade nas comunidades da classe trabalhadora negra” (DAVIS, 1999).

Em *Blues Legacies and Black Feminism*, Davis analisa três temas centrais nas músicas dessas três cantoras: a sexualidade, o amor e o casamento; as viagens; e as músicas de resistência. Nessa obra, além das análises feitas das músicas do *blues* dos anos 20,30 e 40, a autora disponibiliza a transcrição de todas as músicas gravadas por Rainey e Smith, com o objetivo de fomentar que novas pesquisas pudessem ser feitas sobre a obra dessas cantoras (DAVIS, 1999).

Davis reconhece que seu livro não popularizaria o feminismo negro nas comunidades negras, uma vez que os estudos produzidos na academia não costumam romper os muros das universidades e chegar à população. Mas, para ela, era fundamental abordar a pluralidade da tradição feminista afro-americana, demonstrando que o conhecimento não estava restrito à escrita. De acordo com a autora, a oralidade ocupa uma posição essencial na cultura afro-

³² O *jazz* é um gênero musical da cultura afro-americana e tem como uma de suas maiores influências o *blues* (PATRIOTA, 2016).

americana (DAVIS, 1999). O *blues* contestava o passado escravagista e a sociedade pós-abolição, preservando as influências da cultura que negros e negras produziram durante a escravidão, como os *spirituals*, músicas religiosas das igrejas negras, e as *work songs*, ou músicas de trabalho, cantadas por negros e negras durante o trabalho, principalmente nas lavouras e campos de algodão. Esses estilos musicais negros pré-emancipação eram músicas voltadas para comunidade, cantadas coletivamente, durante os sermões ou durante o trabalho. Dessa forma, tratavam de temáticas comuns a todos, independentemente do gênero ou da idade, como um “clamor coletivo por liberdade” (DAVIS, 1999).

A diferença do *blues* para os outros estilos musicais da cultura negra era a sua “independência intelectual”. Como as bandas desse estilo musical eram compostas por poucos músicos, geralmente um cantor, e dois instrumentistas, existia a oportunidade de abordar temas mais íntimos, ligados a aflições pessoais, amores, traições e sexualidade. Segundo Davis (1999), sendo um estilo inaugurado no pós-abolição, o *blues* reflete a nova realidade da população negra, as primeiras experiências de liberdade dessa parcela da população. Em especial, o *blues* feminino refletia a luta das mulheres negras para não terem mais os seus corpos objetificados, sendo donas de seus corpos, experimentando as possibilidades da liberdade também na sexualidade.

Pela primeira vez na história da presença africana na América do Norte, massas de mulheres e homens negros estavam em posição de tomar decisões autônomas em relação às parcerias sexuais que estabeleceriam. A sexualidade, portanto, era um dos domínios mais tangíveis em que seus significados eram expressos. A soberania nas questões sexuais marcou uma divisão importante entre a vida durante a escravidão e a vida após a emancipação (DAVIS, 1999, tradução nossa).

A abolição mudou radicalmente a vida da população negra, mesmo com as restrições impostas pelas leis segregacionistas que vieram depois do período da Reconstrução. Davis destaca três pontos que demonstram as novas possibilidades nas vivências negras: primeiramente, negros e negras passaram a poder viajar a trabalho ou mudar para outras cidades e estados; além disso, eles e elas começaram a ter acesso à educação; e homens e mulheres puderam viver a sua sexualidade com maior liberdade, inclusive em relações fora da heteronormatividade.

Segundo Davis, frequentemente nas músicas, as mulheres celebram a liberdade de escolher seus parceiros, de saírem de um relacionamento que não lhes satisfazia para encontrar um novo amor que as faça felizes. “As protagonistas das músicas de Ma Rainey frequentemente abandonam seus homens” (DAVIS, 1999), ou assumem relacionamentos extraconjugais, podemos ver um exemplo na música “Barrel House Blues”.

Papa likes his sherry, mama likes her port / Papa likes his sherry, mama likes her port / Papa likes to shimmy, mama likes to sport / Papa likes his bourbon, mama likes her gin / Papa likes his bourbon, mama likes her gin / Papa likes his outside women, mama likes her outside men (RAINEY, 1923)³³.

As questões sobre a violência contra a mulher e a violência doméstica não eram questionadas pela comunidade negra daquela época, e também não faziam parte das temáticas abordadas pelas cantoras de *blues*, apesar de a maioria das mesmas terem sido vítimas de uma ou mais formas de violência contra a mulher ao longo de suas vidas. Isso ocorre, segundo Davis (1999), porque a separação entre o “público” e o “privado” só se tornou uma questão a partir dos anos 60, quando as feministas passaram a transformar o debate sobre a violência sofrida pelas mulheres em um debate público, e não mais um assunto que deveria ser escondido da sociedade, de preferência resolvido “entre quatro paredes”. No *blues* feminino da primeira metade do século XX, quando a violência contra a mulher aparece nas composições, dificilmente é questionada, refletindo a naturalização dessa violência (DAVIS, 1999). Como vimos no capítulo anterior, apesar das conquistas do movimento de mulheres dos anos 20, com o sufrágio feminino, a maior parte das mulheres negras viam esse movimento como um movimento branco.

Apesar de não se declararem feministas, a essência de contestação do machismo se fazia presente também nas letras dos *blues*. A música “Safety Mama”, composta por Bessie Smith, demonstra a ironia presente em algumas de suas letras. Nessa canção, Smith fala sobre como se deve tratar um homem que “não é bom”, fazendo uma crítica também ao papel designado às mulheres daquela época.

Let me tell you how and why what no-good man done to me / He called me pretty, young and wild, after that he let me be / He'd taken advantage of my mouth, and that you understand / So, wait a while, show you, child, just how to treat a no-good man / Make him stay at home, wash and iron, / tell all the neighbors he done lost his mind (SMITH, 1931).³⁴

Os *blues* femininos negros abordavam o amor e a sexualidade de uma forma diferente da idealização romântica pregada pela cultura da classe média branca. As cantoras negras sempre enfrentavam o lugar da dona de casa, “bela, recatada e do lar”; dado que as mulheres negras da classe trabalhadora não se encaixavam nesse estereótipo, era inevitável que existisse

³³ “Papai gosta do xerez, mamãe gosta do porto / Papai gosta do xerez, mamãe gosta do porto / Papai gosta de dançar, mamãe gosta de brincar / Papai gosta de seu bourbon, mamãe gosta de gim / Papai gosta de seu bourbon, mamãe gosta de gim / Papai gosta de suas mulheres de fora, mamãe gosta de homens de fora”

³⁴ “Deixe-me contar como e por que o que o homem mau fez comigo / Ele me chamou de bonita, jovem e selvagem, depois disso me deixou / Ele tinha se aproveitado da minha boca, e você entende / Então, espere um pouco, criança, te mostro como tratar um homem mau / Fazê-lo ficar em casa, lavar e passar, / dizer a todos os vizinhos que ele perdeu o juízo”

uma contradição entre o que era pregado como ideal pela sociedade e a realidade. As mulheres negras tinham, dentro do *blues*, a liberdade de falar sobre a sua própria realidade e a realidade da comunidade negra (DAVIS, 1999).

A experiência da liberdade estava presente em diversos temas dos *blues* dos anos 20, nos afetos e relacionamentos, e também nas músicas sobre viagens. As músicas do período da escravidão, tanto dos *spirituals* quanto as *work songs*, também falavam sobre viagens, jornadas e fugas, do sonho de liberdade e sair da situação de servidão (DAVIS, 1999). Com a emancipação, segundo Davis (1999), as cantoras de *blues* tiveram a oportunidade de ter uma vivência diferente da maior parte das mulheres negras daquela época. Enquanto as afro-americanas tinham suas vidas restritas a atividades que as prendiam no ambiente doméstico, o trabalho das intérpretes do *blues* levava-as a concertos por todo o país. As viagens são representadas no *blues* feminino tanto como liberdade de admirar a paisagem da estrada, dos caminhos a serem percorridos, quanto a liberdade de escolha, de sair ou voltar para uma situação, relacionamento ou lugar, de acordo com as suas aspirações individuais. Ainda que muitas mulheres não pudessem sair do lugar onde estavam, as músicas retratavam os desejos mais íntimos das mulheres negras de definir o seu próprio destino. As viagens eram o tema de diversas músicas gravadas por ‘Ma’ Rainey, como a primeira grande diva do *blues*, ela experimentou verdadeiramente a liberdade do pós-abolição. De acordo com Davis (1999), a música favorita de Rainey era “Traveling Blues”, que fala sobre uma mulher que está pegando um trem sem destino certo, após o término de um relacionamento.

Train's at the station, I heard the whistle blow / The train's at the station, I heard the whistle blow / I done bought my ticket and I don't know where I'll go / I went to the depot looked up and down the board / I went to the depot looked up and down the board / I asked the ticket agent "Is my town on this road?" / The ticket agent said "Woman, Don't sit and cry" / The ticket agent said "Woman, Don't you sit and cry / The train blows at this station, but she keeps on passing by / I hear my daddy calling some other woman's name / I hear my daddy calling some other woman's name / I know he don't need me but I'm gonna answer just the same / I'm dangerous and blue, can't stay here no more / I'm dangerous and blue, can't stay here no more / Here come my train folks, and I've got to go (RAINEY, 1927).³⁵

³⁵ “O trem está na estação, eu ouvi o apito / O trem está na estação, eu ouvi o apito / Comprei a passagem e não sei para onde irei / fui até a estação e olhei a placa de cima a baixo / fui até a estação e olhei a placa de cima a baixo / perguntei à bilheteria "Minha cidade fica nesta estrada?" / O bilheteiro disse "Mulher, não sente e chore" / O bilheteiro disse "Mulher, não sente e chore / O trem sopra nesta estação, mas ela continua a passar / Eu ouço meu ‘pai’ chamando o nome de outra mulher / Eu ouço meu ‘pai’ chamando o nome de outra mulher / Eu sei que ele não precisa de mim, mas vou responder do mesmo jeito / Sou perigosa e triste, não posso ficar mais aqui / Eu sou perigosa e triste, não posso ficar mais aqui / Lá vem meu trem pessoal, e eu tenho que ir”

De acordo com Davis (1999), esse papel de autodeterminação do *blues* feminino tinha uma grande importância, pois os meios de comunicação, as músicas da moda e a sociedade como um todo propagavam a cultura dominante das elites brancas. O *blues* era o “meio de comunicação” mais democrático a que a população negra tinha acesso, e, independentemente do grau de escolaridade de cada um, todos podiam se ver representados na produção cultural de seu próprio povo, com seus valores e experiências.

Visto que o *blues* faz parte do pensamento social negro, ele também retrata as questões referentes à exploração de classe sofrida pelos homens e mulheres negros nos Estados Unidos. A música “Poor Man’s Blues”, composta por Bessie Smith em 1928, gravada por ela e por Billie Holiday, fala sobre o sofrimento dos trabalhadores, pobres, fruto da ganância dos “homens ricos”. Naquele período, os sindicatos e o movimento operário estavam em ascensão, as lutas sociais haviam se organizado em torno das pautas de ampliação dos direitos trabalhistas, com melhores salários, menor carga horária e melhores condições de trabalho. A partir do início do século XX, a sindicalização dos trabalhadores estava batendo recordes, com o surgimento de sindicatos dos setores industriais, de trabalhadores imigrantes e também de mulheres (JENKINS, 2012, p. 172). Essa canção demonstra que os ideais por justiça econômica atingiam os trabalhadores e também suas famílias. “Poor Man’s Blues” se popularizou principalmente com a crise de 1929, quando o desemprego e a miséria se acentuaram entre os trabalhadores brancos e negros.

Mister rich-man, rich-man, open up your heart and mind / Mister rich-man, rich-man, open up your heart and mind / Give the poor man a chance, help stop these hard, hard times / While you're livin' in your mansion you don't know what hard times means / While you're livin' in your mansion you don't know what hard times means / Poor working man's wife is starvin', your wife is livin' like a queen / Please, listen to my pleading, 'cause I can't stand these hard times long / Oh, listen to my pleading, can't stand these hard times long / They'll make a honest man do things that you know is wrong / Poor man fought all the battles, poor man would fight again today / Poor man fought all the battles, poor man would fight again today / He would do anything you ask him in the name of the U.S.A. / Now the war is over, poor man must live the same as you / Now the war is over, poor man must live the same as you / If it wasn't for the poor man, mister rich-man what would you do? (SMITH, 1928a).³⁶

³⁶ “Senhor homem rico, homem rico, abra seu coração e mente / Senhor homem rico, homem rico, abra seu coração e mente / Dê ao pobre homem uma chance, ajude a parar estes tempos difíceis / Enquanto você está vivendo em sua mansão, você não sabe o que significam tempos difíceis / Enquanto você está vivendo em sua mansão, você não sabe o que significam tempos difíceis / A esposa do pobre trabalhador está morrendo de fome, sua esposa está vivendo como um rainha / Por favor, ouça minha súplica, porque eu não aguento mais esses tempos difíceis / Oh, ouça minha súplica, não aguento mais esses tempos difíceis / Eles farão um homem honesto fazer coisas que você sabe que são erradas / Pobre homem lutou todas as batalhas, pobre homem lutaria de novo hoje / Pobre homem lutaria todas as batalhas, pobre homem lutaria de novo hoje / Ele faria qualquer coisa que você pedisse em nome dos EUA / Agora que a guerra acabou, o pobre deve viver igual a você / Agora que a guerra acabou, o pobre deve viver igual a você / Se não fosse o pobre, senhor rico o que faria?”

Além do trabalho masculino, o trabalho das mulheres negras também era um dos temas abordados nas letras de *blues*. Tal qual podemos ver em “Safety Mama”, as cantoras negras frequentemente rompiam com a idealização da realização da mulher através do cuidado da casa e da família, pregada pela sociedade da época. Como observamos no capítulo anterior, após o fim da escravidão, a maior parte das mulheres negras passaram a exercer o trabalho doméstico para as famílias brancas, seja diretamente nas casas dessas famílias, ou como lavadeiras e costureiras, trabalhando para várias famílias brancas mesmo tempo. Elas ocupavam essas funções não por vocação feminina para o trabalho doméstico, como sugeria a divisão sexual do trabalho, mas por uma questão de sobrevivência, uma vez que não existiam outras alternativas viáveis (DAVIS, 2016, p. 95).

Em outra música de Bessie Smith, intitulada “Washwoman”, a compositora fala sobre o fardo do trabalho das mulheres negras e o sentimento que elas carregavam de que, mesmo com o fim da escravidão, a realidade não havia mudado tanto para elas.

All day long I’m slavin’, all day long I’m bustin’ suds / All day long I’m slavin’, all day long I’m bustin’ suds / Gee, my hands are tired, washin’ out these dirty duds/ Lord, I do more work than forty-‘leven Gold Dust Twins³⁷ / Lord, I do more work than forty-‘leven Gold Dust Twins / Got myself a achin’ from my head down to my shins / Sorry I do washin’ just to make my lifelihood / Sorry I do washin’ just to make my lifelihood / Oh, the washwoman’s life, it ain’t a bit of good (SMITH, 1928b).³⁸

Além das liberdades individuais, as cantoras e compositoras do *blues* feminino negro estavam comprometidas com as liberdades coletivas. As chamadas músicas de resistência ou músicas de protesto falavam não apenas das questões ligadas às classes sociais, mas principalmente sobre a violência sofrida pela população negra e a desigualdade racial. Bessie Smith escreveu diversas músicas sobre a temática racial, os males que assolavam a população negra, como o encarceramento e outras injustiças raciais, o alcoolismo e a pobreza. Entre elas, podemos destacar “Far Away Blues”, escrita em 1923, na qual fala sobre a migração da população negra do Sul dos Estados Unidos para os estados do Norte, fugindo das leis segregacionistas. Ela retrata a esperança de negros e negras de encontrar um lugar mais justo para viver, ao mesmo tempo que retrata a tristeza de ter que deixar os amigos, parentes e a terra

³⁷ “Gold Dust Twins” era uma marca de sabão em pó da época, na embalagem havia uma ilustração de duas crianças negras gêmeas, muitas vezes retratadas realizando atividades domésticas, lavando roupas, pratos, ou limpando a casa (DAVIS, 1999).

³⁸ “O dia todo estou escravizada, o dia todo estou fazendo espuma / O dia todo eu estou escravizada, o dia todo estou fazendo espuma / Puxa, minhas mãos estão cansadas, tirando essa sujeira dos insucessos / Senhor, eu trabalho mais do que inumeráveis ‘Gold Dust Twins’ / Senhor, eu trabalho mais do que inumeráveis ‘Gold Dust Twins’ / Tenho uma dor da cabeça às canelas / Desculpe, estou lavando apenas para fazer a minha vida / Desculpe, eu estou lavando apenas para fazer a minha vida / Oh, a vida da lavadeira, ela não é nem um pouco boa.”

natal para trás. Além disso, “quando a população negra começou a migrar para o Norte, os homens e mulheres descobriram que, fora do Sul, seus empregadores brancos não eram fundamentalmente diferentes de seus ex-proprietários” (DAVIS, 2016, p. 101).

We left our southern homes / And wandered north to roam / Like birds, went seekin' a brand new field of corn / We don't know why we are here / But we're up here just the same / And we are just the loneliest / Girls that's ever born / Some of these days we are going far away / Some of these days we are going far away / Where we have got a lot of friends / And don't have no roof rent to pay / Oh, there'll come a day when from us you'll here no News / Oh, there'll come a day when from us you'll here no News / Then you will know that we have died from / Those lonesome far away blues (SMITH, 1923).³⁹

Dentre os *blues* sobre essa temática, “Strange Fruit” é a música mais emblemática da luta do povo negro nos Estados Unidos. Composta por Beth Hart e Joe Bonamassa, baseada no poema de Abel Meeropol, é eternizada na voz de Billie Holiday.

Southern trees bear strange fruit / Blood on the leaves / Blood at the root / Black bodies swinging in the southern breeze / Strange fruit hanging from the poplar trees / Pastoral scene of the gallant South / The bulging eyes and the twisted mouth / The scent of magnolia sweet and fresh / Then the sudden smell of burning flesh / Here is a fruit for the crows to pluck / For the rain to gather / For the wind to suck / For the sun to rot / For the tree to drop / Here is a strange and bitter crop (HOLIDAY, 1939).⁴⁰

Como dissemos no primeiro capítulo, após a emancipação conquistada com o fim da Guerra Civil Americana, foram fundados diversos grupos supremacistas brancos, sendo a Ku Klux Klan uma das maiores organizações racistas que nasceram nessa época, e que está em atividade até os dias de hoje. Esses grupos foram criados com o intuito de garantir a permanência das hierarquias raciais, seus membros se colocavam como justiceiros, “defensores” das comunidades brancas e, principalmente, dos lucros dos ex-proprietários de escravos (WHITE, 2002, p. 91). Sem direito a um julgamento justo e legal, milhares de homens e mulheres passavam por uma espécie de “julgamento popular”, no qual não se exigiam provas concretas, e apenas a palavra de uma pessoa branca, muitas vezes, era suficiente para que

³⁹ “Deixamos nossas casas ao Sul / E perambulamos para o Norte para vagar / Como pássaros, saímos em busca de um novo campo de milho / Não sabemos por que estamos aqui / Mas estamos aqui do mesmo jeito / E somos apenas os solitários / Garotas que já nasceram / Alguns dias nós vamos para longe / Alguns dias nós vamos para longe / Onde temos muitos amigos / E não temos aluguel para pagar / Oh, chegará um dia em que você não virá notícias de nós / Oh, chegará um dia em que você não virá notícias de nós / Então você saberá que morremos / Aqueles tristes solitários e distantes.”

⁴⁰ “Árvores do Sul produzem uma fruta estranha / Sangue nas folhas e sangue nas raízes / Corpos negros balançando na brisa do Sul / Frutas estranhas penduradas nos álamos / Cena pastoril do valente Sul / Os olhos inchados e a boca torcida / Perfume de magnólias, doce e fresca / Então o repentino cheiro de carne queimando / Aqui está a fruta para os corvos arrancarem / Para a chuva recolher, para o vento sugar / Para o sol apodrecer, para as árvores derrubarem / Aqui está a estranha e amarga colheita”

alguém fosse declarado culpado. As condenações implicavam linchamentos públicos, morte por espancamento ou enforcamento.

As justificativas para o assassinato de negros eram supostas conspirações negras, rebeliões negras, planos de negros para matar toda a população branca, tramas negras para incendiar a cidade e praticar violência generalizada (DOUGLASS, 2019, p. 501).

Segundo Davis (2016, p. 187), entre 1865 e 1895, houve mais de 10 mil linchamentos de pessoas negras nos Estados Unidos. A luta antilinchamento foi o centro das pautas de grandes lideranças negras do século XIX, como Frederick Douglass, Ida B. Wells e W.E.B. Du Bois. Com o fim do período da Reconstrução, que tentou minimamente integrar a população negra na sociedade, as leis segregacionistas, conhecidas como leis *Jim Crow*, buscaram reestabelecer a hierarquia racial através da legislação, restringindo a liberdade de negros e negras nos estados do Sul dos EUA. Mas, além das medidas legais de legitimação do racismo, os linchamentos continuaram a ocorrer nos estados do Sul, com a justificativa de que era necessário proteger a população branca da “ameaça do negro”; um dos grandes argumentos para a manutenção dos linchamentos era a defesa da honra das mulheres brancas, da cominação dos “estupradores negros” (DAVIS, 2016, p. 196), tal qual observamos no segundo capítulo.

A música “Strange fruit” fala sobre a dor da população negra frente aos horrores que esses justicamentos racistas provocavam. Além do significado coletivo para a luta antirracista que essa música carrega, ela também contém uma simbologia pessoal para a sua intérprete, Billie Holiday. Dois anos antes da gravação dessa música, o pai de Lady Day, como era conhecida, veio a falecer em decorrência da falta de tratamento médico em um hospital segregado do Texas. Em 1939, Holiday gravou “Strange fruit”, aos 24 anos. Segundo Davis (1999), esse foi um extremo ato de coragem da cantora, pois essa música destoava da maior parte das músicas que faziam sucesso na época e das demais canções que Lady Day costumava cantar. Estando ainda no início de sua carreira como intérprete, ela poderia ter sofrido sérias retaliações por esse enfrentamento, colocando em risco a sua própria vida e o seu trabalho. Entretanto, a letra dessa música graças ao talento de Holiday, tornou-a um hino para os movimentos negros, sensibilizando também pessoas de outras etnias a apoiar as causas antirracistas (DAVIS, 1999). Ela ultrapassou as barreiras do tempo, sendo um importante símbolo da resistência negra até os dias de hoje, como afirma Davis:

No entanto, sua apresentação dessa música fez muito mais. Quase sozinha, mudou a política da cultura popular americana e colocou os elementos de protesto e resistência negra no centro da cultura musical negra contemporânea. O impacto sentido da performance de Holiday de "Strange Fruit" é tão poderoso hoje quanto era na década de 1940. Ao colocar essa canção no centro

de seu repertório, Holiday estabeleceu firmemente o lugar de protesto na tradição musical popular negra (DAVIS, 1999, tradução nossa).

Davis encerra esse livro falando sobre ‘Strange Fruit’, pois essa música simboliza o potencial progressista e contestador da arte e como esse potencial pode ser usado para o avanço social. Para ela, a arte tem capacidade de mover as estruturas sociais, caso esteja comprometida com o fim as desigualdades de gênero, raciais e econômicas, sensibilizando as pessoas e guiando o caminho para a emancipação social (DAVIS, 2017, p. 180).

CAPÍTULO 4 – AS CONTRIBUIÇÕES DE DAVIS PARA OS DEBATES DO FEMINISMO CONTEMPORÂNEO

“A democracia está perdendo seus adeptos. No nosso *paiz*⁴¹ tudo está enfraquecendo. O dinheiro é fraco. A democracia é fraca e os políticos fraquíssimos. E tudo que está fraco, morre um dia.”

Maria Carolina de Jesus

A partir do século XXI, o desmonte do Estado de Bem-estar Social demonstra suas consequências mais agudas. O aumento das desigualdades sociais, a precarização do trabalho, os altos índices de violência e a crescente insatisfação da população com o Estado geraram um clima de grande descrença nas instituições políticas, abrindo espaço, em 2016, para a eleição de Donald Trump (FRASER, 2018b). O atentado de 11 de setembro, em 2001, e a crise financeira de 2008 foram fatores que potencializaram a sensação de instabilidade social da população americana. O nosso objetivo neste capítulo é observar como, na terceira fase das obras de Davis, ela faz um diagnóstico dos impactos que esses fatos ocasionaram e as potencialidades de transformação social que surgem nos debates que se seguiram a esses eventos. As lutas políticas pelo Abolicionismo Penal e do feminismo passam a incorporar a crítica ao capitalismo, e a discussão sobre a necessidade de construção de uma nova forma de organização política, econômica e social volta a ter espaço também na teoria social.

A partir de 2000, Davis publicou o livro *Estarão as prisões obsoletas?*, lançado em 2003; *Democracia da abolição: Para além do império, das prisões e da tortura*, em 2005; e, em 2015, Davis lança o seu livro mais recente, *A Liberdade é uma luta constante*.⁴² Nesses livros, a autora trata sobre várias questões que envolvem as políticas de segurança do Estado neoliberal, o Complexo Industrial-Prisional e a violência. Fazendo um retrospecto da história das prisões nos Estados Unidos e a relação que essa instituição tem com o racismo e o capitalismo, ela fala,

⁴¹ Maria Carolina de Jesus (1914–1917) foi uma das primeiras escritoras negras brasileiras. Esse trecho foi retirado de seu diário *Quarto de Despejo: Diário de uma favelada*, publicado em 1960, em que a autora fala da sua realidade enquanto mulher negra, favelada e catadora de lixo durante os anos 50. Apesar de ser escritora, Maria Carolina estudou até o segundo ano primário, por isso, em seu livro existem alguns erros gramaticais que os editores decidiram manter para preservar a originalidade do texto.

⁴² Esses livros foram publicados no Brasil, respectivamente, em 2018, 2009 e 2018. *Estarão as prisões obsoletas?* consiste em um livro fruto de sua pesquisa sobre o sistema industrial-prisional e o abolicionismo penal. *Democracia da abolição: Para além do império, das prisões e da tortura* foi organizado por Eduardo Mendieta a partir da entrevista que ele realizou com Davis. E *Liberdade é uma luta constante* constitui um compilado de textos — entrevistas e discursos proferidos por Davis entre 2013 e 2015.

entre outros temas, sobre os debates recentes a respeito da violência racista nos Estados Unidos que deram origem aos movimentos negros recentes, como o *Black Lives Matter*.

Na segunda seção, utilizaremos também o discurso proferido pela autora, em 2017, na marcha das mulheres contra o presidente recém-eleito Donald Trump, assim como os que ela realizou, em 2019, no Rio de Janeiro e em São Paulo, e os manifestos assinados por Davis, Fraser e outras feministas em 2017 e em 2018: “Para além do ‘faça acontecer’: por um feminismo dos 99% e por uma greve internacional militante em 8 de março” (2017); e “Nós precisamos de um ‘feminismo para os 99%’: é por isso que as mulheres entrarão em greve este ano” (2018). E, por fim, falaremos sobre o contexto que possibilitou as traduções de suas obras no Brasil, com a formação de uma nova intelectualidade negra acadêmica desde o início dos anos 2000, apresentando alguns apontamentos sobre a necessidade de sua obra para pensar um novo “feminismo para os 99%” no Brasil.

4.1. Complexo Industrial-Prisional e o Abolicionismo Penal

O envolvimento político de Davis com a luta pela liberdade de presos políticos se dá mesmo antes de sua prisão, em 1970. Inclusive, o seu destaque frente às manifestações contra o racismo envolvido em casos como o dos Irmãos Soledad⁴³ teve um papel importante para gerar incômodos ao governo, ocasionando, posteriormente, na perseguição política que sofreu. Davis iniciou sua atuação contra as injustiças do sistema carcerário assim que retornou aos Estados Unidos, em 1967, após período em que esteve estudando na Universidade de Frankfurt. Mas, após a conquista de sua liberdade e toda a mobilização que o seu aprisionamento causou, ela assumiu essa luta como sua responsabilidade política, sendo reconhecida mundialmente por seu ativismo pelos Direitos Humanos. A partir dos anos 90, sua militância pela liberdade se amplia, não se limitando às pessoas que estavam encarceradas por motivos políticos. Davis defende ser necessário englobar a importância de uma mudança radical, não apenas no sistema prisional, como também nas outras instituições de repressão.

Ao fim do século XX, as consequências das políticas de austeridade do Estado neoliberal começam a mostrar os seus efeitos no aumento das desigualdades sociais. Por sua vez, essas

⁴³ “George Jackson, Fleeta Drumgo e John Clutchette – os quais haviam sido encarcerados na prisão de Soledad, na cidade de Monterrey, Califórnia. Ficaram conhecidos como ‘Soledad Brothers’.” Eles eram presos políticos ligados aos Panteras Negras (SILVA, 2018, p. 206).

desigualdades contribuíram para o crescimento da violência praticada na sociedade e também pelos órgãos de repressão do Estado. Como vimos no capítulo anterior, com o declínio do capitalismo organizado pelo Estado, as políticas de pleno emprego e os programas de assistência social aos grupos em vulnerabilidade social, que elevaram o padrão de vida geral dos norte-americanos durante os anos 50 e 60, deram lugar a um cenário de desemprego crescente e, conseqüentemente, aumento dos índices de pobreza e miséria no país.

De acordo com Collins (2019, p. 362), os efeitos da globalização e do Estado neoliberal tiveram consequências devastadoras para a comunidade negra pobre e também para as instituições estadunidenses. A ampliação do tráfico de drogas, que tomou dimensões globais, assim como o capitalismo, elevou a criminalidade e a violência nos bairros periféricos, de maioria negra e latina. Este cenário, em conjunto com a “guerra às drogas” e a política de encarceramento em massa que os Estados Unidos intensificaram nesse período, levou o país a ter hoje a maior população carcerária do mundo, constituída por 2 milhões de pessoas (DANIN, 2019, p. 165).

As políticas antidrogas não eram novas nos Estados Unidos; desde 1920 o país já começava a enfrentar a questão das drogas com o proibicionismo através da Lei Seca (1920–1933), que tornou ilegal a venda e o consumo de bebidas alcoólicas no território nacional. Segundo Carneiro (2002, p. 118), essa iniciativa gerou a formação de máfias e cartéis de tráfico de bebidas que tinham ligação com a polícia e que geraram fortunas para famílias da elite estadunidense envolvidas nos esquemas clandestinos.

Apesar do fracasso das iniciativas de proibição às drogas, como estratégia para resolver o problema da drogadição, os Estados Unidos continuaram a usar a mesma lógica nas décadas posteriores. Em 1970, as drogas retornaram ao debate com o crescente uso de maconha pelos jovens e de cocaína pela classe média branca americana. A alternativa encontrada pelo então presidente Richard Nixon (1969–1974) para lidar com a situação foi deflagrar uma “guerra às drogas” no país. De acordo com ele, “o inimigo público número um dos Estados Unidos é o abuso de drogas. Para lutar e derrotar este inimigo, é necessário empreender uma nova e completa ofensiva” (NIXON, 1971).

Entretanto, é a partir do governo Reagan que a “guerra às drogas” passa a ser uma estratégia para o encarceramento em massa, principalmente da população negra (TONRY, 1995). Wacquant (1999, p. 47) aponta que o povo negro sempre esteve sobrerrepresentado nos presídios, mas, desde os anos 1980, essa desproporção em relação à representação total da sociedade se tornou cada vez mais acentuada. O censo norte-americano realizado em 2019

(United States Census Bureau, 2019) aponta que a população de habitantes nos Estados Unidos é composta por 76% de brancos, seguido dos hispânicos, com 18%, e os negros, com 13%. A composição racial/étnica da população carcerária do país demonstra o racismo estrutural presente nas instituições estadunidenses, sendo composta por 70% de negros e latinos. De acordo com Wacquant (1999, p. 47), existem dois fatores que influenciam essa desproporção. O primeiro é que as minorias raciais/étnicas cometem mais crimes passíveis de pena de reclusão, sendo a questão socioeconômica uma das principais causas para o envolvimento dessa parcela da população com a criminalidade. Num contexto em que os empregos se tornaram mais escassos, muitas pessoas acabaram encontrando no tráfico de drogas uma saída para o seu sustento. O segundo fator destacado por Wacquant é o racismo presente nas instituições estadunidenses. Os negros e latinos são mais detidos pela polícia do que os brancos, e a justiça, composta majoritariamente por brancos pertencentes às elites econômicas, condena as minorias raciais/étnicas a penas mais severas do que as que são decretadas aos brancos.

Segundo Davis (2018c, p. 12), o aumento da população carcerária também se dá por interesses econômicos. Na década de 1980, o investimento na indústria bélica não teve um impacto apenas na política externa do país, com o investimento em armamentos no fim da Guerra Fria, como também no crescente aumento do encarceramento. Davis afirma que a quantidade de pessoas aprisionadas cresceu, e as penas passaram a ser mais longas, como estratégia para “deixar as comunidades livres da criminalidade” (2018c, p. 12). Entretanto, essa estratégia não surtiu efeito, e, apesar das políticas de encarceramento em massa, os índices de violência só aumentaram dali em diante.

De acordo com a autora (DAVIS, 2018c, p. 12), nesse período o sistema prisional iniciou sua expansão. Essa expansão começou a gerar interesses comerciais, pois era necessário contratar o fornecimento de alimentos, roupas, medicamentos, armas etc. É nesse contexto que passa a surgir o chamado “Complexo Industrial-Prisional” (CIP), conceito criado pelo historiador Mike Davis (1995), com o objetivo de se referir ao conglomerado industrial que está relacionado ao sistema prisional americano, mantendo penitenciárias privadas e públicas. São setores como o agronegócio, indústria alimentícia, indústria armamentista, entre outros, que se beneficiam fornecendo insumos para o sistema prisional, contratando mão de obra carcerária e administrando penitenciárias privadas. Dessa maneira, esses setores fomentam, direta e indiretamente, a política de aprisionamento nos Estados Unidos.

Davis (2018c, p. 17) afirma que, com a ascensão do neoliberalismo, as intenções do mercado e do Estado se complementaram. Enquanto o Estado neoliberal buscava reduzir os

gastos com seguridade social e políticas públicas de combate à desigualdade, o mercado via no setor de segurança um potencial setor para maximizar seus lucros. Um dos motivos que faziam as empresas e indústrias saírem dos Estados Unidos durante as últimas décadas do século XX era o valor da mão de obra estadunidense, que havia se elevado durante a era de ouro do capitalismo. Nesse contexto, o trabalho exercido pela população carcerária se mostrou uma alternativa para que as empresas continuassem no país, uma vez que os trabalhadores encarcerados não são sindicalizados, não fazem greves, não recebem direitos trabalhistas e têm um salário inferior ao restante da população.

Apesar de trabalharem efetivamente, eles não são considerados empregados pelo sistema de justiça americano, não tendo acesso a mínimos direitos trabalhistas, o que é especialmente vantajoso para as empresas, que não têm de arcar com o pagamento de qualquer benefício, contraprestação justa ou proteção. E, se os detentos se recusarem a trabalhar, serão colocados em prisão solitária e poderão receber outras punições, tudo com respaldo legítimo do sistema de justiça penal. Além disso, apesar de ganharem pouco ou nada por seu trabalho, os detentos também têm deduções e taxas que saem de seus poucos vencimentos. Até oitenta por cento dos salários dos presos são destinados a impostos e deduções. As prisões privadas recebem, ademais, uma quantia garantida de dinheiro para cada prisioneiro independentemente do que custar para manter cada um. Nelas, os detentos podem ter suas sentenças reduzidas por bom comportamento, mas, para qualquer pequena infração, recebem trinta dias adicionados, o que significa mais dias presos, mais dias de trabalho e mais lucros para a indústria prisional (SILVA, 2018, p. 205).

Assim como o trabalho exercido pela população carcerária é interessante financeiramente para a indústria, o surgimento de penitenciárias privadas representava outra oportunidade comercial, altamente lucrativa. Para ilustrar a extensão do Complexo Industrial Prisional, Davis nos traz o exemplo da G4S, o maior grupo privado de segurança no mundo. Esta empresa é proprietária de prisões privadas, não apenas nos Estados Unidos, mas em todo o mundo, sendo responsável por penitenciárias e centros de detenção para imigrantes ilegais, presente também nos espaços de conflitos na Palestina.

Essa empresa é a terceira maior corporação privada do mundo, depois do Walmart e da Foxconn, e é a maior empregadora do setor privado no continente africano. Ela aprendeu a lucrar com o racismo, como as ações contra imigrantes e com as tecnologias de punição em Israel e em todo o mundo. A G4S é responsável direta pelo modo como a população palestina vivencia o encarceramento político, assim como aspectos do muro do apartheid, do aprisionamento na África do Sul, das escolas semelhantes a prisões nos Estados Unidos e do muro ao longo da fronteira entre os Estados Unidos e o México (DAVIS, 2018b, p. 22).

Davis (2018c, p. 17) ressalta que o encarceramento em massa também tem cunho ideológico; uma vez que o Estado capitalista se exime da responsabilidade de diminuir as desigualdades sociais, ele faz com que a população não perceba que o problema da segurança pública não é resolvido através do encarceramento, e sim pela transformação das estruturas. O

dinheiro público destinado a políticas de repressão demonstra os reais interesses do Estado em manter e intensificar a opressão contra a população pobre e as minorias raciais/étnicas, visto que estudos demonstram que a diminuição da criminalidade está mais relacionada ao investimento em políticas de educação, saúde, habitação e lazer, do que com o aumento de presídios (DAVIS, 2018c, p. 95). A prioridade do Estado passou a ser de expandir os presídios, e não as escolas.

O item “encarceramento” no orçamento do ministério da justiça passou de 9 bilhões de dólares em 1982 a 32 bilhões em 1992. Ele sozinho consome atualmente um terço dos recursos públicos alocados na luta contra o crime, ou seja, 94 bilhões de dólares naquele ano, dos quais 41 bilhões para a polícia e 21 bilhões para os tribunais. Pela primeira vez na história americana os governos locais dispõem mais a título de criminal justice que no capítulo educação (da qual eles são, contudo, responsáveis pelo nível primário e secundário), desde 1977 no caso das cidades e desde 1982 no dos condados (WACQUANT, 1999, p. 42).

O encarceramento dá a impressão de que, a partir do momento em que o “criminoso” é condenado e colocado longe dos olhos da sociedade, o problema está resolvido, entretanto, esse sistema apenas potencializa as desigualdades sociais. Assim como afirma a autora, para a grande maioria das pessoas, as prisões são consideradas algo tão ‘natural’ que é extremamente “difícil imaginar a vida sem elas. Ao mesmo tempo, há uma relutância em enfrentar a realidade que se esconde dentro delas” (DAVIS, 2018c, p. 16).

É esse o trabalho ideológico que a prisão realiza – ela nos livra da responsabilidade de nos envolver seriamente com os problemas de nossa sociedade, especialmente aqueles produzidos pelo racismo e, cada vez mais, pelo capitalismo global. [...] A prisão se tornou um buraco negro no qual são depositados os detritos do capitalismo contemporâneo. O encarceramento em massa gera lucros, dessa forma, a reproduzir justamente as condições que levam as pessoas à prisão (DAVIS, 2018c, p. 17).

Esta parceria entre as empresas do setor de segurança privada e o Estado nos mostra que as empresas desse setor estão em crescente expansão, e o aumento de sua lucratividade tem ligação direta com o encarceramento em massa de minorias raciais/étnicas, da população pobre. De acordo com Davis (2009c, p. 33), os dramas estruturais de desigualdade social se transformam em benefício para o capital.

Ao final da década de 1990, os debates sobre o sistema prisional nos Estados Unidos se intensificaram por causa do aumento substancial de encarceramentos nas últimas décadas no país. No século XXI, essa discussão tem se tornado ainda mais intensa. A partir dos anos 2000, com o massivo investimento dos Estados Unidos na indústria bélica, após os atentados do 11 de setembro, abriram-se espaços políticos para pautar as consequências que a militarização gerou nos órgãos de segurança nacional. É nesse período que a autora passa a abordar essas

questões também em suas publicações. Davis usa esses espaços para falar sobre a necessidade de pensar novas formas de justiça que não tenham como fim a punição, mas sim a emancipação do ser humano.

O início do século foi marcado por um dos acontecimentos que mudaram não apenas a história estadunidense, como a história do mundo todo. No dia 11 de setembro de 2001, o grupo fundamentalista islâmico Al Qaeda⁴⁴ sequestrou quatro aviões comerciais americanos com o objetivo de atingir alguns dos maiores símbolos arquitetônicos, políticos e econômicos dos Estados Unidos. Os destinos desses aviões eram o Pentágono, sede do Departamento de Defesa dos Estados Unidos que fica em Washington, DC; O Capitólio, centro do Poder Legislativo localizado também em Washington, DC; e o World Trade Center (WTC), um dos maiores centros comerciais do país localizado em Nova York. Os terroristas não conseguiram atingir o Capitólio, pois os passageiros perceberam o sequestro e conseguiram desviar a rota do avião, fazendo-o cair antes de atingir o seu alvo. Porém, os outros aviões se chocaram contra as duas torres que compunham o WTC, conhecidas como Torres Gêmeas, e o Pentágono: “as estimativas do total de vítimas giram em torno de 3000 mortos, o que poderia ser classificado como o dia de maior perda de vidas na história americana” (CAMERON, 2002, p. 134). Esse acontecimento teve um grande impacto nos Estados Unidos, mas também globalmente. Os atentados foram transmitidos ao vivo pelas televisões do mundo todo, deixando as pessoas estarecidas, gerando uma comoção pelas vítimas e pelo país que acabava de sofrer o ataque (JENKINS, 2012, p. 265). A população norte-americana passou a pressionar o governo por uma solução à ineficiência das agências de inteligência e também da incompetência da segurança nos aeroportos do país, que falharam em impedir que os atos terroristas acontecessem. Segundo Martinez e Servidoni (2019, p. 132), entre os estadunidenses, esse evento gerou uma onda de medo de novos ataques, expondo a vulnerabilidade da segurança no país, e o patriotismo, uma vez que a hegemonia do país se viu ameaçada, fortalecendo a identidade americana, como podemos ver no discurso feito pelo então presidente George W. Bush (2001–2009), dias após o atentado.

Hoje somos um país que despertou para o perigo e que foi conclamado a defender a liberdade. Nosso pesar se tornou ira, e nossa ira se tornou determinação. Quer tragamos nossos inimigos à Justiça ou quer levemos justiça aos nossos inimigos, saibam que a justiça será feita (BUSH, 2001).

⁴⁴ Organização terrorista fundamentalista islâmica, tinha como um de seus maiores líderes Osama Bin Laden, a base de suas ações estava em uma resposta a invasão dos Estados Unidos e da cultura ocidental no Oriente Médio. (AMORIM, 2008, p. 65)

Em resposta, iniciou-se a chamada Guerra Global ao Terror⁴⁵. Para os Estados Unidos, estava claro que era necessário armar uma ofensiva contra um tipo específico de terrorismo, praticado por grupos extremistas islâmicos. Ao mesmo tempo, esse evento também possibilitou que o país pudesse intervir politicamente e militarmente em países de interesse estratégico para os Estados Unidos, como o Iraque, que é o segundo maior produtor de petróleo do mundo.

Impulsionada pelo presidente Bush, propõe-se a combater, designando tais grupos como representação do maior desafio à manutenção da segurança internacional do início do século XXI. Dessa forma, os atentados e a consequente existência de uma constante ameaça externa funcionaram como pretexto para uma nova escalada dos gastos militares, os quais alcançariam os picos registrados no período da Guerra Fria (MARTINEZ e SERVIDONI, 2019, p. 131).

Segundo Jenkins (2012, p. 266), desde a derrota na Guerra do Vietnã, os Estados Unidos estavam reticentes em se engajar em conflitos diretos que envolvessem muitas baixas para o exército norte-americano. Dessa forma, o orçamento militar estava sendo reduzido no governo de Bill Clinton (1993–2001), diminuindo gradativamente os gastos com armamentos para o exército, ao mesmo tempo que o investimento nas políticas de encarceramento estava em ascensão. Com os acontecimentos de 11 de setembro, a indústria bélica aproveitou o cenário e a retórica da Guerra ao Terror para intensificar o *lobby* sobre o governo dos EUA. A Guerra Global ao Terror estava em comum acordo entre os “interesses corporativos do complexo industrial-militar, assim como interesses estratégicos de governantes, beneficiam-se dessa retomada do aumento do orçamento militar para agir em prol das vantagens possibilitadas” (MARTINEZ e SERVIDONI, 2019, p. 135). O *lobby* realizado pela indústria bélica, após o atentado de 11 de setembro, possibilitou a expansão de empresas como Lockheed Martin, BAE e Raytheon, aumentando seus rendimentos em 20% ao ano desde 2001 (MARTINEZ e SERVIDONI, 2019, p. 132). Por ser um dos maiores setores da economia dos Estados Unidos, o crescimento econômico do país depende do aumento da lucratividade dessas empresas. “A indústria bélica dos Estados Unidos é composta de 14 000 companhias e emprega 3 milhões de pessoas, o que significa 3% da mão de obra do país” (MEYER, 2011). Além disso, a retórica da Guerra ao Terror, fundamentada na defesa do país e do mundo das possíveis ameaças de novos ataques terroristas, possibilitou que os Estados Unidos tivessem liberdade de intervir militarmente de “forma preventiva” em países do Oriente Médio, como o Iraque e o

⁴⁵ “Por intermédio da guerra, os EUA e seus aliados planejaram debelar um problema que atinge a toda sociedade internacional – o terrorismo, o que exige cooperação, e não unilateralidade -, bem como levar ao povo atingido pelos atos de guerra segurança e desenvolvimento, quer pela ajuda humanitária quer pelo estabelecimento de uma organização democrática” (OLIVEIRA, 2007, p. 9).

Afeganistão, com o objetivo de ampliar a sua hegemonia econômica e militar, garantido a sua segurança (MARTINEZ e SERVIDONI, 2019, p. 132). É nesse contexto que não apenas os gastos com a Guerra do Iraque (2003–2011), deflagrada pelos Estados Unidos, passam a ser contestados, mas também entram nas discussões as políticas de encarceramento em massa que foram promovidas pelo país. Para que possamos entender as críticas feitas por Davis, e a relação entre a Guerra e as prisões, precisamos compreender que todo o sistema de segurança dos Estados Unidos está conectado e sob influência da indústria bélica, assim como ela é beneficiada diretamente pelo Estado neoliberal.

Segundo Martinez e Servidoni (2019, p. 137), o termo “Complexo Industrial-Militar” (CIM) foi usado pela primeira vez pelo presidente Dwight D. Eisenhower (1953–1961), em seu discurso de fim de mandato, ele usa esse termo para se referir às grandes corporações da indústria bélica que poderiam ter grande influência na política externa dos Estados Unidos. Mas o Complexo Industrial Prisional e o Complexo Industrial-Militar estão intimamente relacionados, pois, além de integrarem o conglomerado da indústria bélica, que é, em sua maioria, produzida pelos prisioneiros nos Estados Unidos, abastecem o exército com suprimentos, alimentos e equipamentos. Ademais, o encarceramento também fez parte das estratégias de guerra dos Estados Unidos (DAVIS, 2018c, p. 50).

A violência faz parte da estrutura do sistema de repressão como um todo. Os debates sobre violência carcerária e violação dos Direitos Humanos ganharam intensidade em 2004, quando surgiram denúncias sobre tortura empregada aos iraquianos encarcerados na prisão de Abu Ghraib⁴⁶, no Iraque. Essa prisão tinha como fim prender e interrogar pessoas para conseguir informações sobre grupos terroristas, localização de líderes e planos de ação. Cerca de 50 mil pessoas foram presas nessa penitenciária durante a Guerra do Iraque. Em 2004, foram divulgadas diversas fotos e vídeos, feitos pelos próprios soldados, que mostravam as torturas que eram infligidas por eles aos presos.

Vários incidentes de sádicos, flagrantes e abusos criminais foram infligidos a vários detidos. Este sistema ilegal de abuso de detidos foi intencionalmente perpetrado por vários membros da Força da Polícia Militar da Prisão de Abu Ghraib (BCCF). As alegações de abuso foram comprovadas por depoimentos detalhados de testemunhas e a descoberta de evidências fotográficas

⁴⁶ “Em 19 de março de 2003, os EUA invadiram o Iraque e ocuparam a prisão de Abu Ghraib, anteriormente utilizada por Saddam Hussein. Abu Ghraib passou a ser utilizada como complexo de detenção de suspeitos de atacarem a força da coalizão ou daqueles considerados de “alto valor” para a inteligência militar dos Estados Unidos, ou seja, aqueles que poderiam contribuir com informações estratégicas a respeito das operações de resistência iraquianas ou a respeito de ações terroristas. Nessa prisão, surgiram diversas denúncias de abusos de prisioneiros iraquianos por parte da força de coalizão.” (GONÇALVES, 2007, p. 18).

extremamente gráficas. (U.S. Abuse Of Iraq Detainees at Abu Ghraib Prison, 2004, p. 594).

No livro *A Democracia da Abolição*, de 2005, lançado pouco tempo depois dos eventos denunciados em Abu Ghraib, Davis (2009, p. 58) fala sobre as denúncias de tortura e reforça que — por mais que o governo dos Estados Unidos tenha se esforçado para afirmar que o que aconteceu no Iraque era um caso isolado, fruto da ação individual dos soldados envolvidos — a tortura e a violência são práticas realizadas em todas as instituições do Estado. De acordo com a autora (2009, p. 60), a violência faz parte do Estado norte-americano desde o seu princípio. Para falar sobre isso, ela faz um retrospecto da história das prisões no país.

As prisões surgiram nos Estados Unidos ainda no século XIII e se tornaram a principal forma de punição no século XIX (DAVIS, 2018c, p. 45). Inicialmente, elas tinham o objetivo de oferecer punições alternativas à pena capital e aos castigos corporais. Até então, as prisões funcionavam como um lugar em que a pessoa esperava até que chegasse o momento de sua punição efetivamente, mas, com o surgimento das penitenciárias, a reclusão passa a ser considerada capaz de punir e reabilitar. Como um reflexo dos valores iluministas⁴⁷, de valorização da razão, e o avanço do capitalismo industrial, com novas formas de organização social que passaram a transformar as estruturas da sociedade, “a penitenciária foi concebida com o objetivo de proporcionar aos condenados condições de refletir sobre seus crimes e, por meio da penitência, remodelar seus hábitos até mesmo sua alma” (DAVIS, 2018c, p. 28).

A ideia de que a prisão deveria ser a principal forma de punição refletia uma crença no potencial da humanidade branca para o progresso, não apenas na ciência e na indústria, mas também como membros individuais da sociedade (DAVIS, 2018c, p. 55).

Entretanto, como observamos no segundo capítulo desta dissertação, Davis (2016, p. 96) nos mostra que o sistema carcerário tem profunda ligação com a continuidade da escravidão nos Estados Unidos. O fim da escravidão, promulgada pela 13ª emenda da Constituição norte-americana, também serviu para autorizar o uso da mão de obra apenas de maneira compulsória.

Podem-se perceber na penitenciária muitos reflexos de escravidão como era praticado no sul. Ambas as instituições subordinavam seus sujeitos à vontade dos outros. Como os escravos do sul, os prisioneiros seguiam uma rotina diária especificada por seus superiores. Ambas as instituições reduziram seus sujeitos à dependência de outros para o fornecimento de serviços humanos básicos,

⁴⁷ “Iluminismo, através do humanismo, tentou fazer crer que com as evoluções das prisões e das penas, vieram trazer mais sensibilidade para o sistema penal, de modo que passou-se a utilizar das penas e prisões para ressocializar o delinquente, mas que, no entanto, isto foi uma maquiagem utilizada para poder retirar da sociedade os infratores” (BAYER e LOCATELI, 2016).

como alimentos e abrigo. Ambos isolaram os seus sujeitos da população em geral confinando-os a um habitat fixo. E ambos coagiam frequentemente seus súditos ao trabalho, muitas vezes por mais horas e por menos compensação do que os trabalhadores livres (HIRSH, 1992, p. 71).

O racismo presente no escravismo se perpetuou nas instituições e na sociedade; além das leis *Jim Crow*, que promoviam a segregação legal nos estados do Sul do país, existiam também os chamados Códigos Negros, que imputavam à população negra um código criminal diferente do que era aplicado à população branca. Essas leis eram extremamente arbitrárias, condenando pessoas negras à pena de reclusão por crimes como “vadiagem, quebra de contrato de trabalho, porte de arma de fogo e gestos ou atos ofensivos” (DAVIS, 2018c, p. 30).

Assim, ex-escravos, que tinham acabado de ser libertados de uma condição de trabalho forçado perpétuo, podiam ser legalmente condenados à servidão penal. [...] As pessoas negras se tornaram os principais alvos de um sistema em desenvolvimento de arrendamento de condenados, ao qual muitos se referiam como uma reencarnação da escravidão (DAVIS, 2018c, p. 30).

É importante salientar que essas prisões eram majoritariamente masculinas, sendo que a primeira prisão feminina dos Estados Unidos foi construída em 1835. Vale destacar que os objetivos do aprisionamento das mulheres diferiam do encarceramento dos homens. Para elas, esse espaço era considerado um ambiente de “incutir nas prisioneiras sensos femininos e o orgulho doméstico” (CURCIO e FACEIRA, 2018, p. 4). Essas prisões eram designadas principalmente a mulheres solteiras, negras, pobres e prostitutas. Segundo Davis (2018c, p. 45), o encarceramento de mulheres brancas não era comum, pois, a partir do casamento, elas ficavam sob a responsabilidade de seus maridos. Dessa maneira, a sociedade conferia a eles a tarefa de aplicar as “medidas necessárias” para que suas esposas adotassem o comportamento adequado a uma mulher, enquanto esposa, dona de casa e mãe. Frequentemente essas mulheres eram vítimas de agressões físicas, psicológicas e morais por seus maridos. “Como o status público de indivíduos detentores de direitos era amplamente negado às mulheres, elas não podiam ser punidas com a privação desses direitos por meio do encarceramento” (DAVIS, 2018c, p. 48).

Atualmente, as mulheres ainda são uma pequena parcela da população carcerária no mundo, representando 5% do total. Porém, elas são o grupo social que mais cresce no número de encarceramentos (DAVIS, 2018c, p. 70). Entre 2000 e 2017, a população carcerária feminina teve um aumento de 50%, enquanto a dos homens cresceu 20% (PRAIS e SHEAHAN, 2019). Desde os anos 1980, com a ascensão do neoliberalismo, o crescimento do desemprego, o corte de auxílios oferecidos às mulheres e às crianças em vulnerabilidade social e a política de “guerra às drogas” foram alguns dos fatores fundamentais para esse aumento (DAVIS, 2018c, p. 70).

Seguindo a tendência de racialização das prisões masculinas, as mulheres de minorias raciais/étnicas são as mais prejudicadas pelas medidas de encarceramento. Sobretudo, as penitenciárias representam a materialização da interseccionalidade das opressões sociais em suas formas mais violentas. Para exemplificar algumas dessas violências, Davis cita um trecho do relatório “All too familiar: Sexual abuse of women in US state prisons” [Familiar demais: abuso sexual de mulheres nas prisões estaduais dos Estados Unidos].

Descobrimos que os funcionários do sexo masculino das instituições correcionais têm violentado por via vaginal, anal e oral as prisioneiras do sexo feminino, além de agredir e abusar sexualmente delas. [...] Além de manter relações sexuais com prisioneiras, guardas do sexo masculino usam as revistas obrigatórias ou as revistas nas celas para apalpar os seios, as nádegas e a área vaginal das mulheres e observá-las de maneira imprópria enquanto estão despidas nas áreas de alojamento e nos banheiros (THOMAS, 1996, p. 2).

De acordo com Davis (2009, p. 60), a violência do Estado se manifesta desde o período da escravidão e permanece até os dias de hoje através de todas as instituições de repressão do Estado. As políticas de encarceramento e do racismo das instituições têm impacto não apenas na população que se encontra dentro das prisões, mas também na violência policial contra o povo negro e pobre. A autora cita o caso de Rodney King, um jovem operário norte-americano negro que cumpria sua condicional em Los Angeles quando, em 1991, após se recusar a parar o carro em que dirigia, foi perseguido e espancado por quatro policiais. King teve várias lesões graves e fora deixado inconsciente pelas agressões. Após o ocorrido, ele foi preso. O caso teve muita repercussão e gerou manifestações contra a violência da polícia na época. De acordo com Dorin (2020), isso foi possível graças a um cinegrafista amador que viu a violência acontecendo de dentro de seu apartamento, gravou um vídeo de toda a ação policial e mandou para uma emissora de TV local. Apesar de o caso ter gerado uma comoção social local, com diversos levantes populares, os policiais não foram condenados.

Esses casos se tornaram ainda mais frequentes após o 11 de setembro. Desde os anos 90, a polícia dos Estados Unidos era acusada pela população de fazer “perfilamento racial” nas abordagens policiais. Isto significa que a polícia escolhia quem era suspeito ou não de cometer algum delito, baseado em sua raça/etnia, fundamentando-se em estereótipos. Com a Guerra ao Terror, mais de 50% da população passou a apoiar o perfilamento racial contra árabes. Segundo Taylor (2018, p. 112), na prática, os mais atingidos por essas ações policiais foram a população afro-americana e outros grupos de minorias raciais/étnicas.

Enquanto isso, o Estado neoliberal financeirizado demonstrava quais eram as suas reais prioridades. De acordo com Fraser (2007, p. 300), a preocupação com a Guerra ao Terror

dominava o centro das atenções nos Estados Unidos. Enquanto a mídia e a população estavam voltadas para a ameaça terrorista, o presidente Bush aproveitou o momento para fazer uma espécie de política redistributiva às avessas, diminuindo a taxaço sobre grandes fortunas e isentando impostos sobre herança, além de sobretaxar o restante da população, principalmente a classe média. No capitalismo financeirizado, o Estado, que supostamente deveria exercer o papel de proteção social do cidadão, passa a agir contra os interesses da população e em benefício do mercado financeiro e das grandes corporações. Segundo David Harvey (2012), os direitos básicos como moradia, educação, saúde e segurança são propositadamente sucateados para que a iniciativa privada possa ocupar os espaços negligenciados pelo Estado. Dessa forma, o Estado atua como promotor das desigualdades sociais para benefício dos Bancos e Agências financeiras.

A crise financeira de 2008, um dos principais marcos do início do século XXI, surgiu fruto de um acúmulo de fatores provenientes das características dessa organização capitalista financeirizada. A ausência do Estado nos setores como moradia e educação obrigou a população a ter que recorrer ao financiamento em Bancos, para que pudessem pagar as mensalidades das universidades e realizar as hipotecas de suas casas (TELES, 2017, p. 98). Inicialmente, os empréstimos foram oferecidos pelos bancos a juros baixos para que houvesse uma maior procura, entretanto, com o aumento da procura, os juros também aumentaram, segundo a lógica de oferta e procura capitalista. Com os altos índices de desemprego, progressiva diminuição dos salários, aumento da inflação e elevação do valor dos financiamentos, as pessoas não conseguiram mais pagar suas dívidas, gerando uma cascata de falências de vários Bancos, inclusive, o Lehman Brothers, que era um dos mais tradicionais dos Estados Unidos (MARTINS, 2018). Essa crise causou quedas bruscas nas Bolsas de Valores do mundo todo, e os investidores começaram a sacar os seus investimentos. As empresas de capital aberto tiveram 30% de queda em seus valores. O governo foi obrigado a intervir, lançando o Programa de Alívio de Ativo Problemático, injetando 700 bilhões para salvar os Bancos e as Instituições financeiras; enquanto isso, as famílias americanas tiveram uma queda de 25% nos salários, e o desemprego atingiu mais de 10% (MARTINS, 2018). A crise de 2008 deixou consequências sociais, econômicas e políticas, gerando uma crise de legitimação da democracia e do Estado. De acordo com Teles (2017), as razões da existência do Estado Democrático estão centradas na crença de que ele irá promover a justiça, a igualdade e proteção da população; entretanto,

Os elementos fundamentais que justificavam a existência de um Estado Democrático se extinguíram e em seu lugar o que restou foi uma melancólica

e silenciosa solidão de indivíduos que se veem cada vez mais pessimistas quanto a sua capacidade individual de transformação política das instituições (TELES, 2017, p. 99).

Em meio à maior crise do capital, os Estados Unidos elegeram o primeiro presidente afro-americano Barack Obama (2009–2017). Sua campanha foi pautada principalmente por discursos de esperança em uma política de Estado diferente que privilegiaria as pessoas e acabaria com a guerra (TAYLOR, 2018, p. 111–112). Sua eleição representava a expectativa dos afro-americanos em um Estado mais justo. Muitos comemoraram essa conquista, acreditando que esse era o marco de uma “era pós-racial” nos Estados Unidos. Entretanto, durante o seu governo, grande parte das políticas dos governos anteriores continuaram, a desigualdade se acentuou ainda mais, e as práticas de violência racista perduraram.

Segundo Davis (2018c, p. 43), a ilusão de que a vitória de Obama era símbolo do fim do racismo e das desigualdades no país era fruto da falta de percepção de que os problemas estruturais não poderiam ser resolvidos sem que as estruturas de opressão sexistas, racistas e capitalistas fossem radicalmente modificadas.

As insatisfações que já estavam presentes na sociedade vinham se acentuando cada vez mais desde 2008, dando origem a uma série de insurreições em 2011.

A descrença generalizada em relação ao sistema político e o sentimento de falta de representatividade com o governo e os partidos políticos que o compõe teriam sido o veículo motor necessário para no final dos anos 2000, cidadãos comuns, herdeiros desse processo histórico de dismantelamento do Estado fornecedor de direitos civis e sociais, transbordassem o seu mal-estar e saíssem às ruas (TELES, 2017, p. 90).

O primeiro dos movimentos nos Estados Unidos foi o *Occupy Wall Street* (2011–), inspirado em outras revoltas que estavam ocorrendo em outros países, como a Primavera Árabe⁴⁸ e o 15M⁴⁹. O *Occupy* mobilizou diversas pessoas através da internet, convocando-as a ocupar *Wall Street*, em Nova Iorque, que é o setor financeiro da cidade e o maior do mundo. “O centro do financeiro mundial se tornou, para essas pessoas, o símbolo maior de práticas econômicas desleais que conduziram a sociedade americana ao colapso” (TELES, 2017, p. 94). As pautas desses levantes populares giravam em torno de diversas demandas, algumas específicas de suas localidades, outras compartilhadas por todos, como a retomada à crítica das desigualdades sociais provenientes do capitalismo neoliberal globalizado e às instituições financeiras que dominam os Estados. Para alguns autores como Žižek (2012), a reocupação dos

⁴⁸ Onda de protestos que se iniciaram, em 2011, estendendo-se pelo Oriente Médio e Norte da África.

⁴⁹ Sigla para 15 de maio, dia em que começaram os movimentos na Espanha, em 2011. Os jovens do país organizaram uma série de protestos que pautavam a necessidade de moradia, trabalho, mudança na política e fim da corrupção.

espaços públicos poderia significar o despertar das forças que estavam adormecidas nos anos 90. Não queremos aqui nos aprofundar no caráter desses movimentos, mas, para os objetivos do presente trabalho, é importante compreender que eles foram um dos fatores que reacenderam as possibilidades políticas de retomada à crítica ao capitalismo no século XXI. Eles exerceram influência sobre as novas possibilidades do feminismo, como veremos na próxima seção deste capítulo, e também para o surgimento dos levantes negros contra o racismo, que resultou no surgimento do *Black Lives Matter* [Vidas Negras Importam] (2013–).

De acordo com Taylor, até as ocupações promovidas pelo movimento *Occupy*, não existiam espaços para “expressar preocupação política, raiva ou simplesmente decepção com a desigualdade econômica” (TAYLOR, 2018, p. 113). Quando essas possibilidades se abriram, as pessoas se sentiram impelidas a também manifestar suas insatisfações ocupando os espaços públicos através de manifestações e protestos.

Em 2011, a vitória eleitoral de Obama começou a perder o seu brilho para os afro-americanos. A América negra estava no meio de uma queda livre econômica, vivendo desemprego oficial de dois dígitos, pobreza crescente e os devastadores efeitos do colapso do mercado imobiliário e, com isso, o desaparecimento da riqueza negra. O sucesso da campanha de Obama para presidência foi recebido com efervescência, mas a realidade era significativamente decepcionante (TAYLOR, 2018, p. 112).

Na primavera de 2012, na Flórida, Trayvon Martin, 17 anos, fora assassinado por um vigilante enquanto estava a caminho da casa de seu pai. O vigilante não foi indiciado pela morte de Martin, pois o Estado interpretou o ato como “legítima defesa”, ainda que o adolescente estivesse desarmado. Esse caso gerou uma série de protestos em mais de 100 cidades nos Estados Unidos, que pediam justiça pela morte de Martin e de tantas outras vidas negras que haviam sido negligenciadas pelo Estado. Esses casos não foram isolados, o racismo institucionalizado nas forças de segurança, públicas e privadas, dos Estados Unidos, acarreta o assassinato de dezenas de vidas negras anualmente (TAYLOR, 2018, p. 108–109). A resposta policial com ataques violentos às manifestações que ocorreram no *Occupy* e nos levantes pelas vidas negras assassinadas foram motores propulsores para que esses movimentos crescessem ainda mais.

A feroz ofensiva contra os acampamentos do *Occupy*, durante o inverno e no início da primavera de 2012, ampliou o parâmetro da compreensão da repressão e da brutalidade da polícia. Para as pessoas que participavam da luta, a polícia era agora não apenas uma força de repressão contra afro-americanos, mas defensora do status quo. Eles operavam às ordens do 1%, sob o comando de agentes locais, estaduais e federais, que coordenavam ataques para destruir o movimento *Occupy* (TAYLOR, 2018, p. 114).

Em resposta aos abusos racistas presentes no país, surge, em 2013, o movimento *Black Lives Matter*, que tem mobilizado manifestações e discussões sobre o racismo estrutural na sociedade norte-americana. Desde a morte de Martin, outras 10 mortes⁵⁰ de pessoas negras geraram grandes ondas de protestos massivos no país, sendo que todas elas foram assassinadas com a mesma brutalidade, por motivo de racismo.

Davis usa o exemplo do caso Ferguson⁵¹ para falar como esses casos de violência presentes na sociedade estadunidense não são casos isolados, mas são a ponta do *iceberg* de problemas mais profundos. Desde o 11 de setembro, não apenas as forças militares do exército sofreram o impacto do investimento bélico, como a polícia também passou por um processo de militarização. De acordo com Dantas e Kuhkmann (2014, p. 122), o papel da polícia é de agir preventivamente e de mediar conflitos internos, entretanto, com a sua militarização, esses conflitos passam a ter tratados como ações de guerra, em que os integrantes do conflito são vistos como inimigos do Estado, suscitando uma reação violenta semelhante a um *front* de batalha.

De acordo com Davis (2018b, p. 28), a Guerra ao Terror está relacionada à crescente militarização da polícia nos Estados Unidos, que tem recebido armamento e treinamento militar na sua atuação, estabelecendo no país um clima de guerra semelhante aos conflitos que ocorrem no Oriente Médio.

O que observamos na reação da polícia à resistência que irrompeu espontaneamente como consequência do homicídio de Michael Brown foi uma resposta armada que levou até que ponto as forças policiais locais têm sido equipadas com armamentos militares, tecnologia militar, treinamento militar. A militarização da polícia nos leva a pensar em Israel e na militarização da polícia israelense – se tivessem sido mostradas apenas as imagens da polícia, e não as dos manifestantes, seria possível supor que Ferguson era Gaza (DAVIS, 2018c, p. 30)

Ao contrário do que muitos imaginam, o Abolicionismo Penal não é uma ação isolada que tem como objetivo apenas o fim das prisões. Na verdade, as políticas de abolicionismo penal visam transformar estruturas sociais para que o encarceramento deixe de ser a única alternativa para resolver a questão da violência na sociedade (DAVIS, 2018b, p. 23). Dessa forma, Davis não propõe uma única solução para essa problemática. Ela lista algumas medidas que podem promover a diminuição da desigualdade social e, conseqüentemente, teriam um

⁵⁰ Eric Garner, 27 anos; Michael Brown, 18 anos; Walter Scott, 50 anos; Freddie Gray, 25 anos; Sandra Bland, 28 anos; Philando Castile, 23 anos; Bothan Jean, 26 anos; Atatiana Jefferson, 28 anos; Breonna Taylor, 26 anos e George Floyd, 50 anos.

⁵¹ Em 2014, o adolescente Michael Brown, de 18 anos, foi assassinado a tiros por um policial branco, na cidade de Ferguson. Esse foi um dos casos que ganhou maior repercussão e mobilizações antirracistas nos Estados Unidos.

impacto na diminuição do encarceramento e o fim das prisões. Citam-se, entre elas, o acesso a uma educação pública e de qualidade para todos, a descriminalização do uso de drogas, que é hoje um dos maiores motivos de encarceramento nos EUA, bem como a criação de um sistema de saúde que ofereça acesso à saúde física e mental para toda a população, a desmilitarização do sistema de segurança e o fim do capitalismo (DAVIS, 2018c, p. 113–119).

Primeiramente, como vimos anteriormente neste capítulo, por ser uma das principais causas de encarceramento da população, a política antidrogas promovida pelo Estado deveria ser eliminada, dando lugar à descriminalização do uso de drogas. Para ela, a questão da drogadição está ligada a outros déficits do país, como a falta de uma política de saúde pública, que proporcionaria o direito ao acesso à saúde física e mental, para toda a população.

No sistema de saúde, é importante enfatizar a atual escassez de instituições disponíveis para pessoas pobres que sofrem de doenças mentais e psicológicas graves. Atualmente, há mais pessoas com distúrbios mentais e psicológicos nas cadeias e prisões do que nas instituições psiquiátricas. Essa demanda por novas instituições destinadas a ajudar pessoas pobres não deve ser encarada como um apelo à reinstauração do antigo sistema de instituições psiquiátricas, que eram – e muitos ainda são – tão repressivas quanto as prisões. Trata-se simplesmente de sugerir que as disparidades de raça e classe nos cuidados disponíveis para as pessoas ricas e as pessoas carentes devam ser erradicadas, criando assim outro veículo para o desencarceramento (DAVIS, 2018c, p. 117).

Além do sistema de saúde, para Davis, a educação pública e de qualidade também pode ter um papel fundamental na redução do uso de drogas e da criminalidade. Segundo Davis (2018c, p. 117), a abolição penal não significa apenas acabar com as prisões, e, sim, transformar todas as políticas de Estado em políticas de desencarceramento. Para ela, a escola tem um papel fundamental nessa mudança. A educação tem a possibilidade de transformar as vidas de crianças e jovens através do conhecimento, proporcionando que eles tenham acesso a novos saberes e promovendo a emancipação através do conhecimento.

A menos que as atuais estruturas de violência sejam eliminadas das escolas nas comunidades pobres e de pessoas de cor – e a menos que o ambiente escolar se torne um lugar que incentive o prazer de aprender, as escolas continuarão a ser o principal canal para as prisões. A alternativa seria transformar as escolas em veículos para o desencarceramento (DAVIS, 2018c, p. 116).

Para ela, é necessário pensar em novas formas de justiça que não tenham como fim a punição do indivíduo, mas sim que forneçam possibilidades de reparação, restauração e de emancipação humana. Segundo Davis, é necessário começar a pensar em novas formas de justiça que viabilizem a emancipação humana, “um sistema de justiça baseado na reparação e na reconciliação em vez da punição” (DAVIS, 2018c, p. 116).

E por fim, uma vez que o Estado se exime da responsabilidade de prover qualidade de vida para a população e passa a atuar apenas contemplando os interesses do mercado, das

grandes empresas e multinacionais, ele age transformando desigualdades sociais em benefícios para o capital. Para que as políticas de violência e encarceramento tenham um fim, é necessário mudar radicalmente as prioridades do Estado e, assim, pôr fim ao capitalismo. Em *A liberdade é uma luta constante*, Davis volta a abordar a necessidade da extinção do capitalismo e da construção de uma alternativa socialista.

É apenas uma questão de tempo até que as pessoas comecem a perceber que a prisão é uma solução enganosa. A pressão abolicionista pode e deve se dar no interior de outros movimentos progressistas e de maneira articulada com reivindicações por educação de qualidade, estratégias antirracistas de contratação, sistema de saúde gratuito. Pode ajudar a promover uma crítica ao capitalismo e movimentos em direção ao socialismo (DAVIS, 2018b, p. 23).

Assim como dissemos no capítulo 2, Davis segue citando a necessidade do fim do capitalismo, apostando na abertura para as lutas anticapitalistas feitas pelos movimentos sociais progressistas. Por esta fala anterior estar contida em uma entrevista concedida por Davis, em 2014, para o ativista Frank Barat, possivelmente não havia espaço nem interesse da autora em dar maior profundidade a esta temática. De acordo com o que pudemos observar, não é o objetivo da autora teorizar sobre a construção de uma outra forma de organização econômica e social, ou como essa transformação poderia acontecer. Conjecturamos que Davis chega à conclusão de que, dentro de um sistema que prioriza a geração de lucro em detrimento da vida e da emancipação do ser humano, não é possível que as desigualdades sociais sejam extintas. Dessa forma, torna-se imprescindível que esse modelo dê lugar a um modelo socialista que leve em consideração a primordialidade do fim não apenas das desigualdades econômicas, mas também das desigualdades raciais e de gênero.

4.2. Feminismo para 99% e a atualidade do pensamento de Davis

A partir da crise do capitalismo de 2008, voltam à tona os debates sobre as teorias das crises do capitalismo na teoria social (MACIEL e MATTOS, 2020), ao mesmo tempo que são abertas novas alternativas de mobilização social para criticar o sistema capitalista neoliberal. Os movimentos de insatisfação com o sistema político-econômico começaram a eclodir desde 2011. Diferentemente da mobilização da classe trabalhadora, no século XIX e início do XX,

com reivindicações por redução da jornada de trabalho e melhores salários, e dos Novos Movimentos Sociais, que passaram a se organizar nos anos 1990 principalmente em torno das identidades grupais, o *Occupy Wall Street* se tornou uma referência por se propor a envolver um amplo espectro de pessoas afetadas negativamente pelo desmonte do Estado e de suas instituições, e pelo controle exercido pelos detentores das grandes fortunas e do sistema financeiro. Criando o slogan “We are 99%” [Nós somos 99%], o movimento cria uma oposição entre a maior parte da população mundial, que é explorada para sustentar o 1% dos que se beneficiam do sistema capitalista financeirizado (TELES, 2017, p. 94).

Junto à crise financeira, cresce o grau de insatisfação da população em vários países avançados e em desenvolvimento com relação à capacidade dos governos de darem respostas adequadas aos problemas e conflitos sociais. Nos últimos tempos, têm surgido expressões como “democracia de fachada, pós-democracia, democracia moribunda” (FRASER, 2018a) entre os intelectuais e no debate público, apontando para o diagnóstico de crise da democracia feito por vários autores e autoras contemporâneos. Como afirmam Maciel e Mattos (2020), vários autores têm destacado a atual crise da democracia a partir das seguintes características:

“i. descrença da população na política partidária e o clamor por uma política antissistema; ii. incapacidade dos Estados resolverem os conflitos sociais e sua tendência a operarem de acordo com os ditames do mercado; iii. apreensão do poder político por empresas oligopolistas; iv. obstrução democrática típica do ‘novo constitucionalismo’, que difunde a política neoliberal transnacionalmente, através de tratados internacionais e instituições como Banco Mundial, Organização Internacional do Trabalho (OIT), Fundo Monetário Internacional (FMI), bancos centrais e agências de classificação, que passam a definir as políticas macroeconômicas para os Estados; v. enfraquecimento dos partidos de esquerda (MACIEL e MATTOS, 2020, p. 677).

Ao mesmo tempo que esse contexto de crise da democracia gerou mobilizações progressistas como o *Occupy Wall Street* e o feminismo para 99%, produziu também o crescimento da extrema-direita em vários países, culminando na eleição de Donald Trump. Após a decepção da população com a gestão Obama, os conservadores criaram um espaço de mobilização entre a população. Uma série de fatores foram responsáveis para que, em 2016, Hillary Clinton fosse derrotada nas urnas por Trump (2017–2020). Podemos apontar alguns deles: a) o crescimento das desigualdades sociais e a insatisfação com a classe política que não havia conseguido solucionar os problemas sociais e econômicos do país, que surgiram em função da desindustrialização e da redução dos gastos sociais e serviços públicos para a população vulnerável; b) a crescente xenofobia em relação aos imigrantes, responsabilizados por uma parcela da população pelo problema do desemprego; c) a criação de novas mídias alternativas e a propagação de *fake news*; e d) o retorno da retórica de preservação dos valores

e da defesa da família (FRASER, 2018b; MOUNK, 2019).

Desde o início, as feministas passaram a organizar atos em ataques às políticas promovidas pelo governo de Trump, reconhecendo que sua eleição representava uma vitória dos setores mais reacionários e conservadores nos Estados Unidos, com apoio de empresários e supremacistas brancos. Diante desse cenário, as feministas nos Estados Unidos e em várias partes do mundo começaram a repensar os rumos que o movimento havia tomado até então, diagnosticando que o feminismo havia perdido a sua capacidade de mobilização nas últimas décadas dos anos 90. Através do diagnóstico dos efeitos danosos do capitalismo financeirizado para as mulheres e para a sociedade em geral, surge a ideia do “feminismo para os 99%”. Esse movimento vem sendo criado desde os manifestos em apoio às greves de mulheres organizadas no mundo todo no 8 de março, Dia da internacional da Mulher, de 2017 e 2018⁵², em resposta ao que vinha sendo feito pelo governo Trump. As feministas nos Estados Unidos fazem uma crítica às políticas neoliberais adotadas por Trump, que realizou reformas tributárias e trabalhistas, convocando o feminismo para uma luta anticapitalista e internacionalista. Foram propostos manifestos assinados por Davis e diversas intelectuais feministas como Cinzia Arruzza, Keeanga-Yamahtta Taylor, Linda Martín Alcoff, Nancy Fraser, Tithi Bhattacharya e Rasmea Yousef Odeh. Essa mobilização deu origem ao livro *Feminismo para os 99%: Um manifesto*, lançado por Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser, em 2019. Abaixo apresentamos uma síntese do espírito do manifesto pelo feminismo para 99% assinado por Davis em 2017.

As grandes marchas de mulheres de 21 de janeiro [nos Estados Unidos] podem marcar o início de uma nova onda de luta feminista militante. Mas qual será exatamente seu foco? Em nossa opinião, não basta se opor a Trump e suas políticas agressivamente misóginas, homofóbicas, transfóbicas e racistas. Também precisamos alvejar o ataque neoliberal em curso sobre os direitos sociais e trabalhistas. Enquanto a misoginia flagrante de Trump foi o gatilho imediato para a resposta maciça em 21 de janeiro, o ataque às mulheres (e todos os trabalhadores) há muito antecede a sua administração. As condições de vida das mulheres, especialmente as das mulheres de cor e as trabalhadoras, desempregadas e migrantes, têm-se deteriorado de forma constante nos últimos 30 anos, graças à financeirização e à globalização empresarial. O feminismo do “faça acontecer” e outras variantes do feminismo empresarial falharam para a esmagadora maioria de nós, que não têm acesso à autopromoção e ao avanço individual e cujas condições de vida só podem ser melhoradas através de políticas que defendam a reprodução social, a justiça reprodutiva segura e

⁵² “Em 2016, ocorre o início de uma onda do movimento grevista feminista, quando mais de 100 mil polonesas paralisaram e seguiram em manifestação contra a proibição do aborto. Essa marcha se estendeu até a Argentina com o movimento Ni Una a Menos e se disseminou pelo Brasil, Itália, Turquia, Peru, Estados Unidos, Chile, México entre muitos outros países. Tal movimento transnacional ganhou mais força em 8 de março de 2017, quando o Dia Internacional das Mulheres foi repolitizado por meio de uma greve geral que retomava as origens históricas da classe trabalhadora e do feminismo socialista do começo do século XX, em oposição à constante despolitização da data causada pela publicidade” (SANTOS, 2019).

garanta direitos trabalhistas. Como vemos, a nova onda de mobilização das mulheres deve abordar todas essas preocupações de forma frontal. Deve ser um feminismo para 99% das pessoas (DAVIS *et al.*, 2017).

A proposta da construção do “feminismo para os 99%” está centrada na necessidade do feminismo conciliar redistribuição e reconhecimento. Segundo Fraser (2007, p. 304), o novo feminismo que surge a partir dos anos 2000, procurando se articular em âmbito transnacional, deve integrar essas duas lutas, reconhecendo as diferenças e particularidades das realidades das mulheres do mundo todo, mas sem deixar de lado o que as une, que é a susceptibilidade às injustiças promovidas pelo sistema capitalista. De acordo com Fraser (2007), esse feminismo vem ganhando projeção a partir da percepção da necessidade de construir uma política transnacional para lidar com o crescente poder do neoliberalismo. As feministas têm procurado extrapolar as fronteiras do Estado-nação na denúncia sobre as desigualdades de gênero. Se, desde o início dos anos 2000, foi possível notar um movimento do feminismo em direção a lutas transnacionais, será a partir da eleição de Trump, do diagnóstico de crise do neoliberalismo progressista⁵³ e do surgimento de manifestações feministas em várias partes do mundo que as feministas nos Estados Unidos se unem em torno do feminismo para 99%. O feminismo para 99% se propõe também a combater o feminismo liberal ou neoliberal, que:

“oferece o alibi perfeito para o neoliberalismo. Ocultando políticas regressivas sob uma aura de emancipação, ele permite que as forças que sustentam o capital global retratem a si mesmas como progressistas. (...) esse é o feminismo das fêmeas detentoras do poder: gurus corporativas que pregam o ‘faça acontecer’, burocratas do sexo feminino que impulsionam os ajustes estruturais e o microcrédito no Sul global, políticas profissionais que vestem terninhos e cobram cachês de seis dígitos para dar palestras em Wall Street” (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 39).

Em uma entrevista realizada por Frank Barat, ativista político, concedida por Davis em 2014, ela já apontava a necessidade de repensar o feminismo, a partir de novas perspectivas interseccionais e transnacionais.

“Inicialmente, a interseccionalidade se referia aos corpos e às experiências. Mas, agora, como falamos a respeito de unir várias lutas por justiça social, para além das fronteiras nacionais? Por isso conversamos sobre Ferguson e a Palestina. Como podemos criar de fato um referencial que nos permita pensar essas questões conjuntamente e nos organizar em torno delas?” (DAVIS, 2018b, p. 34).

O contexto de crises — econômica, política, ecológica e da reprodução —, evidenciado pela crise financeira de 2008 e pelas manifestações feministas que surgiram desde 2016,

⁵³ Fraser (2018b) define o neoliberalismo progressista adotado pelos governos de Bill Clinton e Barack Obama como sendo caracterizado por pautas “progressistas” ligadas ao empoderamento feminino, à diversidade cultural e sexual e ao discurso antirracista, que não colocam em risco a agenda do capitalismo neoliberal.

levaram Davis, Fraser e outras feministas a vislumbrar uma oportunidade política para propor um feminismo anticapitalista, capaz de congregiar outros movimentos na luta contra o capitalismo neoliberal. É esta a proposta de um feminismo para 99%, que não se limita às mulheres, mas também se propõe a dialogar com outros movimentos sociais que criticam as formas de opressão e dominação do capitalismo globalizado e neoliberal. O feminismo para 99% se autointitula como sendo internacionalista, anticapitalista, antirracista e ecossocialista, e vem ganhando cada vez mais força a partir da ascensão de líderes de extrema-direita em vários países.

Apontaremos aqui alguns pontos programáticos contidos no *Feminismo para os 99%: Um manifesto*, que nos mostram que, apesar de não ter assinado o livro em conjunto a Arruzza, Bhattacharya e Fraser, a sua perspectiva feminista se coaduna perfeitamente com a iniciativa dessa proposta de reformulação do feminismo.

Como dito acima, uma das principais críticas feitas pelas “feministas para os 99%” é à corrente liberal do feminismo, conhecida também como feminismo do *Lean in* [faça acontecer]; esse termo tem origem no livro da Sheryl Sandberg, chefe operacional do *Facebook*, intitulado *Lean in: Women, work, and the will to lead* [Faça Acontecer - Mulheres, Trabalho e a Vontade de Liderar], de 2013. De acordo com as organizadoras do manifesto, esse tipo de feminismo está relacionado aos valores do capitalismo e do imperialismo, propondo uma espécie de “dominação com oportunidades iguais” (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 26).

[Isto é] aquela que pede que pessoas comuns, em nome do feminismo, sejam gratas por ser uma mulher, não um homem, a dismantelar seu sindicato, a ordenar que um *drone* mate seu pai ou sua mãe ou a trancar seus filhos em uma jaula na fronteira (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 26).

Assim como Arruzza, Bhattacharya e Fraser, Davis critica a ideia de representatividade como fator central para o feminismo e também para as lutas antirracistas. Em *A democracia da abolição: Para além do império, das prisões e da tortura*, de 2005, a autora se refere às políticas de identidade priorizadas pelos movimentos sociais daquele período. Naquele ano, Condoleezza Rice havia sido nomeada como Secretária de Estado, dos Estados Unidos, pelo presidente Bush. Era a primeira vez que uma mulher negra havia sido nomeada para tal cargo. Davis diz que a mobilização das identidades por si só não soluciona os problemas estruturais da sociedade. Para ela, o importante é a mudança da estrutura, e não a identidade de quem está no poder.

Condoleezza Rice foi a primeira negra a se tornar secretária de Estado. Como eu disse muitas vezes, desistiria alegremente da ocasião de celebrar isso com

uma vitória, em troca de um secretário de Estado branco e do sexo masculino que fosse capaz de dar liderança àqueles que queriam pôr um fim à guerra global (DAVIS, 2009, p. 120).

E ainda, sobre a participação de mulheres militares nas torturas infligidas aos prisioneiros em Abu Ghraib, no Iraque, e que chocaram muitas feministas na época, Davis diz que o problema da igualdade é buscá-la através da ocupação das mesmas instituições e posições que os homens ocupam. Segundo Davis, a igualdade que se deve almejar não é a igualdade de representação na repressão, e sim a igualdade que fomente a emancipação de todos.

Quando a igualdade é medida em termos de acesso às instituições repressoras que permanecem iguais ou até que se fortalecem com a admissão de pessoas que foram proibidas previamente, me parece que precisamos insistir em critérios diferentes para a democracia: direitos substantivos, bem como formais, o direito de se ver livre da violência, o direito ao emprego, à moradia, à saúde e à educação de qualidade. Em suma, concepções socialistas de democracia, em vez de capitalistas (DAVIS, 2009, p. 120).

A necessidade de construção de um feminismo interligado com outras lutas é um dos pilares do “feminismo para os 99%”. As autoras apontam que o feminismo deve almejar não apenas reformas no sistema, mas um projeto de transformação profunda da sociedade que seja duradouro. Assim como Davis, Arruzza, Bhattacharya e Fraser defendem que um dos objetivos principais do feminismo deve ser a luta por formas amplas de justiça social, e para isso é necessária a integralização de todos os 99% da população.

O feminismo para os 99% busca uma transformação social profunda e de longo alcance. Em outras palavras, é por isso que não pode ser um movimento separatista. Propomos, ao contrário, participar de todo o movimento que combate a favor dos 99%, seja lutando por justiça ambiental, educação gratuita de alta qualidade, serviços públicos amplos, habitação de baixo custo, direitos trabalhistas, sistema de saúde gratuito e universal, seja batalhando por um mundo sem racismo nem guerra (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 26).

O feminismo deve então ser também antirracista, isto é, não pode fechar os olhos para a opressão sofrida pelas mulheres de minorias raciais/étnicas do mundo todo, reconhecendo que essa opressão também passa pelo impacto destrutivo que as políticas neoliberais têm sobre elas. Ainda que o capitalismo sempre tenha relegado às mulheres a responsabilidade pela reprodução social, as mulheres das classes privilegiadas terceirizam os cuidados da casa e dos filhos, deixando-os a cargo das mulheres negras, imigrantes e pobres, que são exploradas por aquelas, retroalimentando, assim, um círculo vicioso de dominação social (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019). Mesmo reconhecendo que o que aguarda a imensa maioria da população seja a precarização do trabalho sob a égide do neoliberalismo, Arruzza, Bhattacharya e Fraser ressaltam que as mulheres, negras/racializadas e imigrantes são as

principais vítimas da exploração do trabalho no setor de serviços. Afinal, são elas que “servem fast-food e vendem itens baratos em grandes lojas; limpam escritórios, quartos de hotel e residências particulares; e cuidam das famílias das camadas mais privilegiadas, muitas vezes longe de casa e abrindo mão da própria família” (ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019, p. 112). Na verdade, conforme tratamos no capítulo 3, desde a década de 1980, Davis aborda o impacto que as políticas neoliberais desempenharam nos Estados Unidos, principalmente durante o governo Reagan, colocando as mulheres negras e de outras minorias étnicas em uma situação de maior vulnerabilidade social, deixando-as desamparadas de contrapartidas do Estado que atuassem para dar a essas mulheres acesso a políticas de assistência social, saúde e empregos (DAVIS, 2017, p. 53).

Assim como podemos ver ao longo deste trabalho, ainda que não tenham formulado a expressão feminismo para 99%, Davis e as feministas negras sempre afirmaram a necessidade de construção de um feminismo plurivocal e antirracista, que rompa com a ideia de homogeneização das mulheres dentro do feminismo. O feminismo para 99% conclama por isso.

Dessa forma, para Davis e para as “feministas dos 99%”, é urgente que o diagnóstico da conexão entre as estruturas sociais de opressão deve ser usado para que todos possam compreender que racismo, sexismo e as diversas formas de discriminação social atuam em conjunto no capitalismo financeirizado, neoliberal. Por isso, é necessário que as lutas sociais também estejam associadas para que tenham maior efetividade.

O maior desafio que temos diante de nós ao tentarmos criar solidariedade internacional e conexões que atravessem as fronteiras nacionais é a compreensão daquilo que as feministas chamam, em geral, de “interseccionalidade”. Não tanto da interseccionalidade de identidades, mas a interseccionalidade de lutas (DAVIS, 2018b, p. 131).

4.3. Davis no Brasil

Em 1997, Davis pisou pela primeira vez em solo brasileiro. Ela veio participar da Jornada Cultural Lélia Gonzáles, que ocorreu no Maranhão, organizada pela Fundação Cultural Palmares⁵⁴. Em seu discurso, ela se referiu a várias temáticas que pudemos perceber ao longo do presente trabalho, a saber: a relação que ela estabelece entre gênero, raça e classe, assim

⁵⁴ Organização governamental fundada em 1988, com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, com o objetivo de preservar “os valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira” (MENDES, 2009).

como a importância da construção de uma arte progressista. Mas, ao final do discurso, Davis decide falar também da necessidade de acreditar nas utopias, para que elas nos guiem para um futuro mais justo.

Eu realmente penso que utopia é quando a gente se move em novas direções e visões. Utopia no sentido de que precisamos de visões para nos inspirar e ir para frente. Isso tem que ser global. Precisamos achar um modo de dar conta e saber como vamos interligar nossas lutas e visões e chegar a algumas conclusões sobre como desenvolver novos valores revolucionários (DAVIS, 2011).

De lá pra cá, ela retornou ao país outras vezes. Curiosamente, apenas nas duas últimas vezes ela conheceu nossas grandes metrópoles — Rio de Janeiro e São Paulo —, onde costumam ser sediados os grandes eventos. Davis esteve antes em Brasília e outras tantas vezes na Bahia. A vinda de Davis ao país sempre esteve relacionada a eventos promovidos pelos movimentos sociais, principalmente pelo feminismo e pelo movimento negro brasileiro. Antes de tudo, Davis era vista aqui como uma ativista pelos direitos humanos e militante do feminismo negro.

Davis virou uma figura política conhecida mundialmente a partir dos anos 70, quando a campanha “Libertem Angela Davis” ganhou atenção mundial. O seu ativismo e a sua imagem como uma jovem negra, *Black Power* e revolucionária, tornou-a uma das 5 mulheres negras mais conhecidas do mundo (MANDETA, 2009). Entretanto, a sua obra só começou a ser traduzida para o português e publicada no Brasil a partir de 2009, com a publicação de seu livro *Democracia da Abolição*. Esse livro é a transcrição de uma entrevista concedida por ela. O seu primeiro livro teórico a ser traduzido para o português foi *Mulheres, Raça e Classe*, cuja tradução foi feita por um coletivo de Portugal, chamado Plataforma Gueto, em 2013. Esse coletivo, composto por 17 mulheres negras, disponibilizou a obra na internet em um arquivo digital, gratuitamente. No Brasil, essa também foi sua primeira obra teórica publicada, mas apenas em 2016. Hoje somam um total de seis obras disponíveis em português, que, por ordem cronológica de publicação da edição brasileira, são: *Democracia da abolição: Para além do império, das prisões e da tortura* (2009); *Mulheres, raça e classe* (2016); *Mulheres, cultura e política* (2017); *Uma autobiografia* (2018); *Estão as prisões obsoletas?* (2018) e *A Liberdade é uma luta constante* (2018).

Podemos nos perguntar: quais as razões para que suas obras tenham sido publicadas no Brasil 38 anos após o seu primeiro livro ser publicado nos Estados Unidos? De acordo com Angela Figueiredo,

“a escolha de quais livros e artigos serão traduzidos e publicados no Brasil por parte de nossas editoras reflete um conjunto de interesses muito mais amplo do que uma curadoria pessoal pode sugerir. Revela, antes, afinidades teóricas, hierarquias linguísticas, raciais e de gênero da comunidade acadêmica e também de nossa sociedade em geral” (FIGUEIREDO, 2018, p. 7).

Um dos possíveis motivos, segundo Silva (2018, p. 221), para que as obras de Davis tenham sido publicadas no país é a boa repercussão do documentário “Libertem Angela Davis”, de 2012, que trata sobre o período em que Davis esteve presa nos anos 70. O lançamento do filme em Brasília, em 2014, contou com a participação dela no “Festival Latinidades 2014: Griôs da Diáspora Negra”.

Outra possível motivação apontada por Figueiredo (2018) foi a condição atual em que o Brasil se encontra. Um dos principais indicadores levantados pela autora é a ampliação das Universidades Federais brasileiras e as políticas de ação afirmativa que permitiram que negros, negras e indígenas pudessem ingressar no ensino superior.

“Historicamente, no Brasil, a grande maioria das pesquisas produzidas no campo das “relações sociais” foi realizada por pesquisadores homens e brancos, que tomavam a população negra como objeto de estudo, configurando-se naquilo que Guerreiro Ramos definiu como “o problema negro”. Sem esquecer a contribuição de importantes intelectuais negros como Edson Carneiro, Guerreiro Ramos, Abdias do Nascimento, Lélia Gonzáles e Beatriz Nascimento, há de se notar que é somente a partir dos anos 1990 que veríamos emergir uma geração, no sentido de número expressivo de professores e pesquisadores negros no Brasil, de fato inserida nas Universidades públicas – muitas quais criadas durante os governos petistas.” (FIGUEIREDO, 2018, p. 11).

O processo de inclusão da população negra nas Universidades dos Estados Unidos ocorreu logo após a conquista pelos direitos civis em 1964 e 1965; como dissemos no segundo capítulo, os *Black Studies* e o feminismo negro acadêmico surgiram nesse contexto. Durante as décadas de 60 e 70, a Europa e os Estados Unidos viviam uma efervescência de mudanças culturais, aumento de ideias progressistas de liberdade sexual, pacifismo e surgimento dos Novos Movimentos Sociais. Enquanto isso, no Brasil, o clima era de tensão política, crescimento de uma onda conservadora anticomunista, que reunia setores do empresariado, da classe média e das Forças Armadas, culminando na implantação do golpe civil-militar. No Brasil, o processo de inclusão da população negra no ensino superior começou apenas depois de 2002, partindo da pressão e organização dos movimentos sociais, algumas assembleias legislativas aprovaram leis de ação afirmativa para as universidades estaduais. A primeira iniciativa foi da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, em 2001, que aprovou uma lei que reservava vagas para negros nas universidades estaduais do Rio de Janeiro (JÚNIOR; CAMPOS, 2016, p.273). “Embora o discurso de elogio às diferenças e reconhecimento da

negritude tenha estado presente desde os primeiros dias das cotas raciais adotadas no Rio de Janeiro, pode-se dizer que ele sempre apareceu mesclado a outro discurso eminentemente redistributivista” (JÚNIOR; CAMPOS, 2016, p. 273). Em 2002, a UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), a UENF (Universidade Estadual do Norte Fluminense) e a UEMS (Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul) adotaram o sistema de cotas raciais e/ou sociais em função de leis estaduais. Nesse mesmo ano, a Uneb (Universidade Estadual da Bahia) também adotará o sistema de cotas por iniciativa de seu Conselho Universitário. De 2002 até 2016, 70% das universidades federais e estaduais adotaram o sistema de cotas. Em 2012, foi promulgada a Lei 12.712, “que tornava mandatória a adoção de políticas de ação afirmativa nas universidades federais até 2016” (PAIVA, 2015, p. e145). Como mostram João Feres Júnior, Luiz Augusto Campos (2016) e Angela Paiva (2015), no Brasil, foram implementados diferentes tipos de políticas de ação afirmativa, as especificamente raciais/étnicas e as voltadas para egressos de escolas públicas e estudantes com deficiência. Estas teriam um caráter redistributivista, enquanto aquelas seriam mais voltadas para o reconhecimento da negritude e da cultura indígena, tendo uma conotação multicultural (JÚNIOR; CAMPOS, 2016). Como destacam João Feres Jr. e Luiz Augusto Campos (2016, p. 278), em geral, os critérios socioeconômicos adotadas nas universidades federais tiveram ascendência sobre os critérios raciais ou étnicos.

Em 1964, o Brasil adentrou os anos obscuros da ditadura que, gradativamente, através dos Atos Institucionais (AIs), foi cerceando a liberdade política, de expressão, sindical e artística. Em 1968, foi decretado o AI – 5, que institucionalizou a repressão e a tortura como práticas de Estado, aumentando as perseguições, as prisões e as mortes. Diversos intelectuais e militantes foram condenados ao exílio, outros tiveram que fugir do país para preservar suas vidas e de sua família; aproximadamente 10.000 brasileiros foram obrigados a deixar o Brasil nesse período, partindo principalmente para a França, Chile e Estados Unidos (CRUZ, 2018, p. 115–116). Foi um momento de extrema tensão para aqueles que compunham a resistência ao regime.

Com o início da reabertura política em 1975, os movimentos negros puderam surgir e passar a se organizar também em torno de pautas antirracistas. Em 1977, o Movimento Negro Unificado (MNU) e outros movimentos negros organizaram um grande ato em São Paulo, em frente ao Teatro Municipal. De acordo com Paiva (2015), eles tinham suas pautas de luta em torno de dois consensos “a denúncia da discriminação racial e demandas por acesso aos bens sociais, em especial à educação e ao mercado de trabalho, além do acesso à justiça” (PAIVA,

2015, p. 141). Mas é a partir da Constituição de 1988, com o fim do regime militar e a reabertura política, que os direitos passaram a estar assegurados. Podemos ver através da fala de Benedita da Silva, deputada do Partido dos Trabalhadores (PT), que essa inclusão simbolizava a possibilidade do início do fim da escravidão: “Queremos proclamar a nossa abolição. Não é ódio, nem rancor, apenas um grito de liberdade!” (ARAÚJO, 2019, p. 42).

Desde a década de 80, o feminismo começa a construir articulações com instituições políticas e ONGs, consolidando, na década de 90, o uso de ferramentas institucionais para pressionar os governos para a criação de políticas públicas voltadas para as mulheres (HOLLANDA, 2018, p. 15). Através dessas organizações, as mulheres negras puderam começar a se organizar em torno de suas demandas específicas, “voltadas para o combate à violência doméstica e à discriminação racial e para os cuidados no âmbito da saúde reprodutiva” (DAMASCO; MAIO; MONTEIRO, 2012, p. 136). Nesse período, também surgem diversos coletivos negros que passam a pautar também a necessidade de políticas de inclusão, de ações afirmativas, pois, mesmo que a Constituição garantisse a igualdade racial perante a lei, as desigualdades raciais e socioeconômicas permaneciam presentes.

Na década de 1990 vários estudos de órgãos governamentais, em especial do Ipea e do IBGE, vão mostrar que a desigualdade social tinha cor e continuava a persistir. A título de exemplo, se esses estudos demonstravam que a escolaridade média do brasileiro aumentou na década de 1990, mostraram também que a desigualdade entre brancos de um lado, e pretos e pardos de outro, se manteve a mesma (PAIVA, 2015, p. 144).

Uma das formas mais efetivas de diminuição das desigualdades é o investimento em educação de boa qualidade e gratuita. Dessa forma, uma das bandeiras levantadas pelos movimentos sociais era a criação de vagas nas universidades para garantir o acesso de negros e negras, além de outras minorias raciais/étnicas. A partir de 2002, além das cotas raciais que direcionavam uma parcela das vagas nas universidades públicas, também começaram a ser criados Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (Neab) em várias universidades, fomentando pesquisa sobre cultura e história afro-brasileira (PAIVA, 2015, p. 144). Essas políticas públicas foram responsáveis pelo surgimento de uma intelectualidade acadêmica negra mais ampla no Brasil, que também passou a se tornar um público consumidor de livros sobre teorias e literatura negra, não apenas afro-brasileira, mas também de outros países como os Estados Unidos.

A recepção do livro *Feminismo para os 99%: Um Manifesto* no Brasil se dá na medida em que as feministas brasileiras, especialmente as feministas negras, percebem a necessidade de buscar referenciais teóricos e práticos que possam contribuir para a construção de uma nova forma de feminismo também aqui no país. O contexto de crises também é percebido pelas

feministas brasileiras. Como podemos ver no prefácio do livro *Feminismo para os 99%: Um Manifesto*, escrito por Taliria Petron, a crise política também tem atingido o Brasil, com diversas implicações políticas como o *impeachment* da presidenta Dilma Roussef (2011–2016) e a eleição do candidato de extrema-direita Jair Bolsonaro (2019–). E o manifesto, segundo ela, surge em um dos momentos mais necessários para se pensar “uma luta pela derrubada do capitalismo para a ascensão de um modelo pautado pela igualdade entre os gêneros, raça e classe” (PETRONE, 2019, p. 21).

Diante desse cenário, Djamila Ribeiro (2016) ressalta a relevância do pensamento de Davis. Segundo ela, assim como Lélia Gonzáles, sua obra, sempre conectada com a sua atuação política, proporciona novas compreensões da realidade, chamando atenção para a importância da ação para a mudança social.

Davis traz inquietações necessárias para que o conformismo não nos derrote. Pensa as diferenças como fagulhas criativas que podem nos permitir interligar nossas lutas e nos coloca o desafio de conceber ações capazes de desatrelar valores democráticos de valores capitalistas. Essa é a sua grande utopia. [...] Angela Davis traz um potencial revolucionário, e ler a sua obra é tarefa essencial para em pensa um novo modelo de sociedade (RIBEIRO, 2016, p. 13).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conformidade com os objetivos pretendidos, ao observar a relação do pensamento e atuação política de Davis, percebemos que ela não deixou de tecer críticas ao capitalismo. No entanto, o que distingue as fases de sua teoria é a centralidade que ela dará a essa crítica, isto é, se estará em primeiro ou segundo plano de sua análise. Em meados dos anos 1990, sob a égide da era pós-socialista, não havia muito espaço nem na academia nem no debate público para críticas ao capitalismo. Davis sempre advogou que, ainda que as lutas sociais possam conquistar melhorias dentro do sistema capitalista, apenas com socialismo teríamos a possibilidade de pôr fim às desigualdades como um todo. Apesar de não discutir como se daria essa transição do sistema capitalista para o socialista e de não especificar qual seria a forma de socialismo que vislumbra, ela enfatiza que, mesmo com as lutas por aumento de políticas públicas para a população vulnerável, ganhos reais e duradouros só viriam com o fim do sistema capitalista. Isso porque, segundo ela, não há espaço para a liberdade e para a igualdade dentro desse sistema de exploração capitalista.

Após o período em que esteve presa, Davis tornou-se representante da luta pela liberdade, atuando dentro do Partido Comunista e no movimento negro, em diversas frentes de luta contra a violência, o racismo e o sexismo nas sociedades capitalistas. Para ela, a teoria distanciada da prática e o movimento social sem a compreensão crítica da realidade eram incompletos e ineficientes, sendo necessário que estivessem sempre interligados. A autora busca lançar um novo olhar sobre as mulheres a partir de um enfoque plural, que leva em consideração as diferenças entre elas, especialmente as especificidades das vivências de mulheres negras e da classe trabalhadora em um sistema que integra racismo, machismo e capitalismo.

Davis tem uma longa trajetória de lutas. Desde a sua infância, a dureza da realidade da vida em uma sociedade que dividia a sua população de acordo com a sua cor da pele e características físicas, entre aqueles que tinham liberdade e os que tinham essa liberdade negada, fez com que a autora percebesse, com clareza, os sofrimentos físicos e emocionais causados pelas desigualdades sociais, levando-a a despertar, ainda muito cedo, para a importância da liberdade para os seres humanos. Ao mesmo tempo que via a população negra ser frequentemente violentada pelo Estado e por grupos supremacistas brancos, ela também

percebia que o povo negro continuava a resistir pela vontade de conquistar a tão sonhada liberdade. Dessa maneira, ressaltamos que, desde a sua primeira obra publicada em 1971, *Lectures on Liberation*, a autora busca refletir sobre a questão da liberdade e das possibilidades de superação da exploração, da opressão e das desigualdades sociais. Em sua autobiografia, fica explícito o sentido das lutas antirracistas para a autora nos anos de 1960 e 1970. O que buscamos demonstrar ao longo desta dissertação foi que sua preocupação com as injustiças sociais foi sendo crescentemente ampliada. Se, de início, seu olhar se voltou para o problema do racismo e da homogeneização abstrata da categoria “mulher” feita pelo feminismo, ao longo do tempo, ela amplia seu leque de análise sobre as diferentes formas de dominação social a serem combatidas em nome da emancipação humana.

Como uma ativista forjada entre a intelectualidade acadêmica e a intelectualidade política proveniente dos movimentos sociais, Davis busca analisar a sociedade partindo de um olhar crítico que pretende não apenas diagnosticar a forma e os efeitos da dominação social injusta, mas também identificar as potencialidades de lutas emancipatórias. Por seu comprometimento com a mudança social, podemos perceber ao longo do percurso de suas publicações que, mesmo em momentos adversos, sempre pode existir possibilidade para articular novas formas de refletir sobre os conflitos e dilemas sociais.

Na primeira fase de suas publicações, situada em um contexto de ascensão da segunda onda feminista e de diminuição das tensões entre as classes em função das políticas de Bem-estar Social, a autora identifica que existe uma desarticulação entre as lutas sociais, quer dizer, o movimento feminista pensava as questões das mulheres a partir do olhar das mulheres brancas de classe média, e o movimento negro percebia o racismo na sociedade estadunidense a partir do olhar dos homens negros, desconsiderando em suas lutas os efeitos do racismo e do sexismo. Partindo dessa observação, Davis procura em *Mulheres, Raça e Classe* trazer uma perspectiva relacional entre as estruturas de opressão percebidas por cada um desses movimentos, colocando o sexismo, racismo e o capitalismo no mesmo patamar, como três sistemas que contribuem entre si para a limitação da possibilidade de emancipação humana.

Mesmo quando o neoliberalismo passa a tomar o lugar das esperanças progressistas da sociedade nos anos 1980, Davis procura não refecer suas críticas às desigualdades sociais provenientes da exploração capitalista, assim como denuncia a falácia pregada pelas feministas liberais que negligenciam as vivências das mulheres negras frente aos desmontes dos programas de assistência social. Mesmo nos anos 1990, quando dá uma virada de foco de análise para discutir, em profundidade, a cultura negra e suas potencialidades de resistência, ela não incorre

no erro de sobrepor em suas reflexões a dominação cultural à dominação econômica. Diferentemente da tendência do feminismo de concentrar suas lutas enfocando a dominação cultural, Davis procura sempre conectar as duas dimensões da dominação — cultural e político-econômica — em sua teoria e práxis. A autora busca aproveitar o momento de ascensão dos estudos culturais para resgatar o pensamento das mulheres negras da classe trabalhadora através da arte, ressaltando que a cultura também está relacionada às condições materiais e sociais, e que pode ter um papel fundamental no resgate da humanização do ser humano, cada vez mais reificado pelo sistema capitalista.

Durante a década de 1990, o feminismo negro se consolida também como um campo de estudo acadêmico, além de sua atuação enquanto movimento social. É a partir desse período que autoras como bell hooks e Patricia Hill Collins passam a sistematizar o pensamento feminista negro, mapeando suas temáticas e abordagens. Dentre as preocupações das feministas negras daquele período estavam as discussões sobre identidade, sexualidade e afetividade. Diferentemente de hooks e Collins, ainda que seja uma das pioneiras do feminismo negro acadêmico, Davis não problematiza a questão da identidade negra e seus desafios. A autora demonstra uma linearidade temática em suas publicações, centrando suas preocupações no combate às desigualdades sociais, de raça/etnia, gênero e classe, e como elas se apresentam ao longo do tempo, levando em consideração as mudanças existentes no capitalismo. Podemos perceber a coerência presente em seu pensamento, que busca articular os referenciais teóricos marxistas e da Escola de Frankfurt, para pensar as problemáticas enfrentadas pelas camadas marginalizadas da sociedade, dando maior enfoque ao debate sobre as injustiças socioeconômicas e as possibilidades e obstáculos para transformação político-econômica, sem se debruçar profundamente sobre os dilemas simbólicos e identitários enfrentados por elas.

Em sua terceira fase, Davis segue com a sua preocupação com a temática da liberdade. A partir dos anos 2000, ela não trata apenas desse tema enquanto questão filosófica e política como havia feito em suas primeiras obras, mas também através de estudos a respeito das estruturas de repressão do Estado e a sua ligação com o sistema capitalista. Tal como buscamos demonstrar, para ela é fundamental pensar novas formas de justiça, em oposição à justiça punitivista, que estejam comprometidas com a emancipação do ser humano por meio do combate direto às desigualdades sociais. Davis nos mostra que a negligência do Estado, ausentando-se da sua responsabilidade em promover a garantia dos direitos básicos como educação, saúde e lazer, tem impacto direto no crescimento da criminalidade e na perpetuação da marginalização de negros, pobres, imigrantes e mulheres. Dessa forma, as lutas para

combater as desigualdades sociais precisam estar interligadas, exigindo uma mudança estrutural nas políticas sociais e econômicas do Estado.

Nos dias de hoje, em que as políticas de austeridade fiscal são vistas como a solução para garantir o crescimento econômico e o desenvolvimento das sociedades, gerando retrocessos em termos de direitos básicos do ser humano, com as democracias representativas abaladas e os Estados cada vez mais repressivos através da militarização das polícias e do encarceramento em massa, Davis se une a outras vozes feministas procurando ampliar a abordagem interseccional do feminismo, assumindo o compromisso de combater as diferentes formas de injustiças e opressões sociais. Para isso, são fundamentais as lutas por um feminismo para 99%, unindo não só as mulheres, mas os movimentos sociais progressistas na luta contra o capitalismo financeirizado, neoliberal.

Desse modo, esta pesquisa pretende contribuir para a discussão sobre a influência da intelectualidade feminista negra de Davis no debate sobre as desigualdades sociais, especialmente as desigualdades de gênero. Não pretendemos com este trabalho dar por encerradas as discussões e os estudos sobre a autora, sua vivência política e suas publicações. Ao contrário, ao analisarmos a amplitude e a dimensão das temáticas abordadas por Davis ao longo de sua trajetória política e teórica, esperamos que os estudos sobre o seu pensamento ganhem cada vez mais espaço na academia, como já vêm ganhando nos movimentos sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Nayara dos Santos. **Magia neopentecostal e "espírito" neoliberal**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Uberlândia. 2017.
- ADELMAN, Miriam. O reencantamento do político: interpretações da contracultura. **Revista de Sociologia e Política**, n. 16, p. 143–147, 2001.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- _____. **O marxismo de Angela Davis**. 2016. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/09/26/o-marxismo-de-angela-davis/>>. Acesso em: 18 de março de 2020.
- ALVARENGA, Raphael F. **Dialética negativa e radicalismo negro: Angela Davis nos anos 1960**. 2018. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2018/05/10/dialetica-negativa-e-radicalismo-negro-angela-davis-nos-anos-1960/>>. Acesso em: 23 de agosto de 2019.
- ALVES, Amanda Palomo. Do blues ao movimento pelos direitos civis: o surgimento da “black music” nos Estados Unidos. **Revista de História**, UFBA, v. 3, n. 1, 2011.
- AMORIM, Alexandre Santos de. **A globalização do radicalismo islâmico: um estudo de caso da Al Qaeda sob a luz do choque de civilizações**. 2008.
- ANDERSON, Perry. **Balço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ARANTES, Mariana Oliveira. **Canto em marcha: música folk e direitos civis nos Estados Unidos (1945-1960)**. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. 2014.
- ARÃO, Cristian. Liberdade como essência humana: O problema do sujeito no jovem Marx. **Revista Ideação**, v. 1, n. 39, p. 167–177, 2019.
- ARAÚJO, Thalyta Maria Salazar. **Quilombolas em Codó: territorialidade, identidade e lutas**. 2019.
- ARMSTRONG, Louis. **Go Down Moses**. Decca. 1958.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: Um manifesto**. Boitempo Editorial, São Paulo, 2019.
- ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Revista estudos históricos**. v. 11, n. 21, p. 9–34, 1998.
- BARRETO, Raquel de Andrade. **Enegrecendo o Feminismo ou Feminizando a Raça: Narrativas de Libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez**. Dissertação (Mestrado em História, PUC – RJ, 2005.

- BARROS, José D.'Assunção. O conceito de alienação no jovem Marx. **Tempo social**, v. 23, n. 1, p. 223–245, 2011.
- _____. **Sobre a feitura da micro-história**. v7i9. 9336. *Opsis*, v. 7, n. 9, p. 167–186, 2007.
- BATISTA, Waleska Miguel; DÉUS, Franz Rosseau. **Reprodução da Estrutura de Casta Racial na Sociedade Estadunidense**. 2019.
- BAYER, Diego Augusto; LOCATELLI, Cidânia Aparecida. A origem das penas e das prisões e a maximização do direito penal como forma de repressão do delinquente. **Revista Científica Codex** (Impressa), v. 2, p. 79–92, 2016.
- BÉHAR, Alexandre Hochmann. Meritocracia enquanto ferramenta da ideologia gerencialista na captura da subjetividade e individualização das relações de trabalho: uma reflexão crítica. **Organizações & Sociedade**, v. 26, n. 89, 2019.
- BEILKE, Neubiana Silva Veloso. **O pós-“queda” do muro de Berlim: imagens de memória & esquecimento (1989-2004)**. 2008.
- BONETI, Lindomar Wessler; NETO, Filinto Jorge Eisenbach; DE LIMA, César Bueno. O ideário neoliberal e a individualização dos processos educativos na América Latina: cidadania e direitos humanos. **Perspectivas em Diálogo: revista de educação e sociedade**, v. 5, n. 10, p. 33–56, 2018.
- BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento marxista**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 1988.
- BRANCHTEIN, Rafael Caleffi. **A África do Sul durante a Guerra Fria: apoio e oposição internacional ao regime do Apartheid**. 2016.
- BRITO, Luciana da Cruz. O crime da miscigenação: a mistura de raças no Brasil escravista e a ameaça à pureza racial nos Estados Unidos pós-abolição. **Revista Brasileira de História**, v. 36, n. 72, p. 107–130, 2016.
- BUSH, George W. **Discurso de Bush após os ataques de 11/9**. 2001. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/mundo/estados-unidos/confira-na-integra-o-discurso-de-bush-apos-os-ataques-de-119,50fb27721cfea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>>. Acesso em: 01 de janeiro de 2020.
- BUSS, Paulo Marchiori. Globalização, pobreza e saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, p. 1575–1589, 2007.
- CALDWELL, Kia Lilly. A institucionalização de estudos sobre a mulher negra: perspectivas dos Estados Unidos e do Brasil. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, v. 1, n. 1, 2010.
- CAMERON, Fraser. **US Foreign Policy After the Cold War: Global Hegemon or Reluctant Sheriff?** London: Routledge. 2002.
- CARNEIRO, Henrique. As necessidades humanas e o proibicionismo das drogas no século XX. **Rev. Outubro**, v. 6, n. 6, p. 115–28, 2002.
- CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições: sobre estudos culturais**. Boitempo, 2003.

- CHAPPELL, David. Uma pedra de esperança: a fé profética, o liberalismo e a morte das leis Jim Crow. **Tempo**, Niterói, v. 13, n. 25, 2008.
- CHAVES, Wanderson da Silva. O Partido dos Panteras Negras. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 30, p. 359–364, Junho, 2015.
- CHURCH dynamited, four schoolgirls killed.** The Guardian, Manchester, September 16, 1963. Disponível em: < <https://www.theguardian.com/world/2014/sep/16/16th-street-baptist-church-birmingham-alabama-1963>>. Acesso em: 03 de outubro de 2018.
- COMBAHEE River Collective. **The Combahee River Collectives Statement.** 1978. In: Smith, B. (org.). Home girls: a black feminist anthology. New Jersey, Rutgers University Press, pp. 264–274. 2008.
- COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento.** Trad. Natália Luchini. Seminário “Teoria Feminista”, Cebrap, 2013
- _____. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99–127, 2016.
- _____. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, v. 5, n. 1, 2017.
- _____. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento.** Boitempo Editorial, 2019.
- COMMITTEE to Free Angela Davis. **Introduction.** In: DAVIS, Angela Y. Lectures on liberation. NY Committee to Free Angela Davis, 1971.
- COSTA, Ana Alice A. “O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política”. **Gênero**, v. 5, n. 2, 2005.
- CRENSHAW, Kimberle A. **Demarginalizing the intersection of race and sex: A black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics.** u. Chi. Legal f., 1989.
- _____. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas.** Ano 10, vol. 1, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2019.
- CRUZ, Fabio Lucas da. História e as memórias do exílio brasileiro. **Fronteiras: Revista Catarinense de História**, n. 20, 6 jun. 2018, p. 115–116.
- CURCIO, Fernanda Santos; FACEIRA, Lobelia da Silva. **As memórias das prisões para mulheres: um retrato da realidade carcerária feminina do estado do Rio de Janeiro.** Anais do XVI Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, v. 16, n. 1, 2018.
- DAMASCO, Mariana Santos; MAIO, Marcos Chor; MONTEIRO, Simone. Feminismo negro: raça, identidade e saúde reprodutiva no Brasil (1975-1993). **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 1, p. 133–151, 2012.
- DANIN, Renata. Encarceramento em massa como política social nos Estados Unidos e Brasil. **Altre Modernità**, p. 164–176, 2019.

- DANTAS, Aline Chianca; KUHLMANN, Paulo Roberto Loyola. **Reforma no Setor de Segurança e a Integração entre as Seguranças Humana, Pública e Internacional: alguns exemplos brasileiros**. 2014.
- DAVIS, Angela Y. **Lectures on liberation**. NY Committee to Free Angela Davis, 1971.
- _____. **Blues, Legacies and Black Feminism: Gertrude “Ma” Rainey, Bessie Smith and Billie Holiday**. New York: Ed. RandomHouse, 1999.
- _____. **A democracia da abolição: Para além do império, das prisões e da tortura**. DIFEL, Rio de Janeiro, 2009.
- _____. **As mulheres negras na construção de uma nova utopia**. 2011. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/>>. Acesso em: 20 de outubro de 2020.
- _____. **Mulheres, raça e classe**. 1. ed. São Paulo: Boitempo. 2016.
- _____. **Mulheres, cultura e política**. 1. ed. São Paulo: Boitempo. 2017.
- _____. Os legados de Marcuse. **Margem Esquerda**. n. 30. São Paulo: Boitempo, 2018a.
- _____. **A liberdade é uma luta constante**. 1. ed. São Paulo: Boitempo. 2018b.
- _____. **Estarão as prisões obsoletas?**. Editora Bertrand Brasil, 2018c.
- _____. **Uma autobiografia**. 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2019.
- DAVIS, A.; ARRUZZA, C.; TAYLOR, K.; ALCOFF, L.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N.; ODEH, R. **Para além do ‘faça acontecer’: por um feminismo dos 99% e por uma greve militante internacional no 8 de março**. 2017. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2017/02/07/por-uma-greve-internacional-militante-no-8-de-marco/>>. Acesso em: 6 de abril de 2020.
- DAVIS, A.; SMITH, B.; ARRUZZA, C.; TAYLOR, K.; ALCOFF, L.; BHATTACHARYA, L.; FRASER, N.; CLEMENTE, R.; ELSENSTEIN, Z. **Um feminismo para os 99%: as mulheres entrarão em greve no 8 de março de 2018**. 2018. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2018/03/01/um-feminismo-para-os-99-as-mulheres-entrarao-em-greve-no-8-marco-de-2018/>>. Acesso em: 6 de abril de 2020.
- DAVIS, Mike. **Hell factories in the field: A prison-industrial complex**. The Nation 260, n. 7. 20 fev. 1995.
- DOMINGOS, Charles Sidarta Machado. 50 anos da crise dos mísseis: Horror nuclear em tempos presentes. **História**, Rio Grande do Sul, v. 4, n. 2, 2013.
- DOUGLASS, Frederick. **A narrativa da vida de Frederick Douglass, um escravo americano. Escrita por ele mesmo**. Tradução de Leonardo Pogliá Vidal. Sl: v. 3, 2016.
- _____. **The life and times of Frederick Douglass**. 2011.
- _____. **Why is the Negro Lynched?**. Good Press, 2019.
- DURÃES, Bruno José Rodrigues; MATA, Iacy Maia. Cuba, os afro-cubanos e a revolução: passado e presente. **História Social**, n. 17, p. 133–152, 2009.
- EMICIDA. **Ubuntu fristili**. Laboratório Fantasma. 2013.

- ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Constituição** (1787). Emenda Constitucional nº 13, de 6 de dezembro de 1865. Disponível em: <<http://www.uel.br/pessoal/jneto/gradua/historia/recdida/ConstituicaoEUAREcDidaPESSOALJNETO.pdf>>. Acesso em: 28 de novembro de 2020.
- FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Trad. De José Laurêncio de Melo. 2ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- _____. **Pele negra, máscaras brancas**. 2012.
- FARIAS, Márcio. Uma esquerda marxista fora do lugar: pensamento adstringido e a luta de classe e raça no Brasil. **SER Social**, Brasília, v. 19, n. 41, p. 398–413, jul–dez. 2017.
- FIGUEIREDO, Angela. **Prefácio à edição brasileira**. In: DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante**. 1. ed. São Paulo: Boitempo. 2018.
- FONSECA, Maria Nazareth Soares. **Literatura negra: os sentidos e as ramificações**. Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica. Belo Horizonte: Editora UFMG, v. 4, 2011.
- FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de Campo** (São Paulo - 1991), v. 15, n. 14–15, p. 231–239, 2006.
- _____. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, n. 2, p. 291–308, 2007.
- _____. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, 2009.
- _____. Mercantilização, proteção social e emancipação: as ambivalências do feminismo na crise do capitalismo. **Revista Direito GV**, v. 7, n. 2, p. 617–634, jul.–dez., 2011.
- _____. Crise de legitimação? Sobre as contradições políticas do capitalismo financeirizado. **Cadernos De Filosofia Alemã: Crítica E Modernidade**, v. 23, n. 2, 2018.
- _____. Do neoliberalismo progressista a Trump – e além. **Política & Sociedade**, v. 17, n. 40, p. 43–64, set.–dez., 2018b.
- _____. Contradições entre capital e cuidado. **Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)**, v. 27, n. 53, p. 261–288, 2020.
- FREITAG, Barbara. **A teoria crítica: ontem e hoje**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- FRIEDAN, Betty. **Mística feminina**. Editora Vozes. Rio de Janeiro, 1971.
- GARRARD-BURNETT, Virginia. A Vida abundante: a teologia da prosperidade na América Latina. **História: Questões & Debates**, v. 55, n. 2, 2011.
- GASMAN, Marybeth. **The changing face of historically Black colleges and universities**. 2013.
- GILDER, George. **Wealth and Poverty**. Nova York, Basic Books, 1981.

- GIUBERTI, Ana Carolina; MENEZES-FILHO, Naércio. Discriminação de rendimentos por gênero: uma comparação entre o Brasil e os Estados Unidos. **Economia Aplicada**, v. 9, n. 3, p. 369–384, 2005.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. Edições Loyola, 1997.
- _____. 500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 5, n. 1, p. 11–40, 2000.
- GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. **O Jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.
- GONÇALVES, Samara de Figueiredo. **Tortura em Abu Ghraib: de 2003 a 2006**. Monografia (Graduação) – Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2007.
- HARVEY, David. **O direito à cidade**. Disponível em: <<http://www4.pucsp.br/neils/downloads/neils-revista-29-port/david-harvey.pdf>>. Acesso em: 20 dezembro de 2020.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito**. Editora Vozes, 1992.
- HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. Tempo social, v. 26, n. 1, 2014.
- HIRSH, Adam Jay. **The Rise of the Penitentiary: Prisons and Punishment in Early America**. New Haven and London: Yale University Press, 1992.
- HISTORY**. s/a. Disponível em: <<http://criticalresistance.org/about/history/>>. Acesso em: 19 de abril de 2019.
- HOBBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX**. Editora Companhia das Letras, 1995.
- HOLIDAY, Billie. **Strange Fruit**. Comodore, 1939.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque. **Introdução: o grifo é meu**. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque. Explosão feminista. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- HONNETH, Axel. **Teoria Crítica**. In: GIDDENS, Antony; TURNER, Jonathan. (org.). Teoria Social Hoje. São Paulo: Unesp, 1999.
- HOOKS, bell. **E eu não sou uma mulher?**. Editora Rosa dos Tempos, 2020.
- IANNI, Octavio. Globalização e neoliberalismo. **São Paulo em perspectiva**, v. 12, n. 2, p. 27–44, 1998.
- JENKINS, Philip. **Uma História dos Estados Unidos da América**. Tradução: Pedro Elói Duarte. Lisboa: Edições de Texto & Grafia, 2012.
- JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática. 10. ed. 2014.
- JOHNSON, Ollie A. Explicando a extinção do partido dos panteras negras: o papel dos fatores internos. **Caderno CRH**, v. 15, n. 36, 2002.

- JUDGE is accused by Angela.** The New York Times, New York, April 2, 1971, p. 33. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/1971/04/02/archives/judge-is-accused-by-angela-davis-pretrial-hearing-recessed-as.html/>>. Acesso em: 13 de março de 2020.
- JÚNIOR, João Feres; CAMPOS, Luiz Augusto. **Ação afirmativa no Brasil: multiculturalismo ou justiça social.** *Dados*, 99, p. 257-293, 2016.
- KAUR, Rupri. **Outros jeitos de usar a boca.** Editora Planeta do Brasil, 2017.
- KECK, Margaret; SIKKING, Kathryn. **Activist beyond borders: advocacy networks in international politics.** Ithaca, NY, 1998.
- KING, Martin Luther. **Carta de uma prisão em Birmingham.** 1963. Disponível em: <<http://www.reparacao.salvador.ba.gov.br/index.php/noticias/822-sp-1745380961>>. Acesso em: 16 de janeiro de 2021.
- LEE, Alfred McClung. **Toward humanist sociology.** New Jersey: Prentice-Hall, 1973.
- LIEBIG, Sueli Meira. **Rosa Parks disse “não”: a luta do negro americano por inclusão social nos anos 50.** 2016.
- LOUREIRO, Isabel. Herbert Marcuse-anticapitalismo e emancipação. **Trans/form/ação**, v. 28, n. 2, p. 7–20, 2005.
- MACHADO, Eliel. A criminalização da utopia revolucionária: uma aspiração à liberdade para todos os lutadores sociais encarcerados. **Lutas Sociais**, n. 27, p. 207–210, 2011.
- MACIEL, Fabrício; MATTOS, Patrícia. Como pensar o capitalismo contemporâneo? Considerações preliminares. **Sociedade e Estado**, v. 35, n. 3, set.–dez., 2020, p. 673–694.
- MANNHEIM, Karl. **Sociologia da cultura.** 2ª. ed. São Paulo: Perspectiva, 2001.
- MARCUSE, Herbert. **Materialismo histórico e existência.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1968.
- _____. **A dimensão estética.** 1977.
- _____. **Filosofia e teoria crítica.** In: MARCUSE, H., Cultura e sociedade. Traduções de Wolfgang L. Maar et al. Volume 1. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- _____. **A grande recusa hoje.** Coleção Zero à Esquerda, Petrópolis, Vozes, 1999.
- _____. **Dear Angela.** In: MARCUSE, Herbert. *Collected Papers.* Routledge, New York, vol. 3, 2005.
- MARTINEZ, Elias David Morales; SERVIDONI, Thaís Regina. A influência do complexo industrial-militar na Política Externa dos Estados Unidos da América após os atentados do 11 de Setembro. **Carta Internacional**, v. 14, n. 1, p. 127–152, 2019.
- MARTINS, Gabriel. **Entenda a origem e os desdobramentos da crise global de 2008.** 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/entenda-origem-os-desdobramentos-da-crise-global-de-2008-23067036>>. Acesso em: 20 de dezembro de 2020.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos.** Boitempo Editorial, 2015.
- MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. Para mapear o confronto político. **Lua Nova: revista de cultura e política**, n. 76, p. 11–48, 2009.

- MENDES, Ranulfo Alfredo Manevy de Pereira. **Gabinete do Ministro-Portaria Nº 68, de 18 de setembro de 2009**. 2009.
- MEYER, Carolina. **A indústria de 150 bilhões**. 2011. Disponível em: <<https://exame.com/revista-exame/a-industria-de-150-bilhoes-m0051720/>>. Acesso em: 11 de dezembro de 2020.
- MORRIS, Aldon. **A retrospective on the Civil Rights Movement: political and intellectual landmarks**. *Annual Review of Sociology*, v. 225, p. 517–539, 1999.
- MORRIS, Aldon; TREITLER, Vilna Bashi. O ESTADO RACIAL DA UNIÃO: compreendendo raça e desigualdade racial nos Estados Unidos da América. **Caderno CRH**, v. 32, n. 85, 2019.
- NAACP. **Nation’s premier civil rights organization**. 2020. Disponível em: <<https://www.naacp.org/nations-premier-civil-rights-organization/>>. Acesso em: 27 de novembro de 2020.
- NIXON, Richard. **Remarks About an Intensified Program for Drug Abuse Prevention and Control. Washington D.C.: White House**, 17 jun. 1971. Discurso realizado pelo presidente Nixon na Casa Branca. Disponível em: <<http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=3047>>. Acesso em: 13 de janeiro de 2021.
- NORONHA, Nayara Silva de; BARBOSA, Déborah; SIADE, Mara. Renda, Consumo e Centralidade do Trabalho na "Nova Classe Média" Brasileira. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 17, n. 1, p. 40–54, 2016.
- NUNES, Cristina. O conceito de movimento social em debate: Dos anos 60 até à atualidade. **Sociologia, Problemas e Práticas**, n. 75, 2014.
- OLIVEIRA, Marcus Vinícius Xavier de. **Guerra ao terror: da biopolítica à bioguerra**. 2007.
- PAIVA, Angela Randolpho. **Católico, protestante, cidadão: uma comparação entre Brasil e Estados Unidos [online]**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010.
- _____. **Cidadania, reconhecimento e ação afirmativa no ensino superior**. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, v. 15, n. 4, p. e127–e154, 2015.
- PASSETI, Edson. Ensaio sobre um abolicionismo penal. **Verve: Revista semestral autogestionária do Nu-Sol**, n. 9, 2006.
- PATRIOTA, Rainer. **Variações da melancolia na música do século XX: o blues e o jazz**. **Artefilosofia**, n. 21, p. 108–119, 2016.
- PATTERSON, James T. **Grand Expectations: The United States, 1945-1974**. Oxford University Press, 1996.
- PETRONE, Talíria. **Prefácio à edição brasileira**. In: ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. *Feminismo para os 99%*, v. 99, p. 10–19, 2019.
- PRAIS, V.; SHEAHAN, F. **Global prison trends, 2019**. London: Penal Reform International and Thailand Institute of Justice. Retrieved September, v. 4, n. 2019.
- RAINEY, Gertrude “Ma”. **Barrel House Blues**. Paramount, 1923.
- _____. **Traveling Blues**. Paramount, 1927.

- RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- _____. **Prefácio à edição brasileira**. DAVIS, A. Mulheres, raça e classe, trad. Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, p. 11–13, 2016.
- RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil. **Revista Brasileira de História**, vol. 22, n. 44, 2002.
- SALES, Jean Rodrigues. A influência da Revolução Cubana na história da Ação Popular nos anos 1960. **Antíteses**, Paraná, v. 11, n. 21, p. 345–367, jan./jun, 2016.
- SANTANNA, Thayná Menezes. **Racismo e identidade nacional: Comparando estados unidos e brasil**. Instituto de Ciência Política – UNB, Brasília, 2017.
- SANTOS, Barbara Cristina Soares. **Resenha de: ARUZZA, CINTIA; BHATTACHARYA, TITHI; FRASER, NANCY. Feminismo para os 99% – Um Manifesto. São Paulo: Boitempo, 2019.** Disponível em: <<https://boletimluciano.org/2019/12/16/resenha-de-aruzza-cintia-bhattacharya-tithi-fraser-nancy-feminismo-para-os-99-um-manifesto-sao-paulo-boitempo-2019/>> . Acesso em: 24 de novembro de 2020.
- SANTOS, Amanda Basilio. **Por uma nova Idade Média: Algumas aproximações entre Marc Bloch, Carlo Ginzburg, Roger Chartier e Medievalística**. História e Culturas, v. 3, n. 5, p. 28–40, 2015.
- SILVA, André Luiz da; VENTURA, Raissa Wihby; KRITSCH, Raquel. O gênero do público: críticas feministas ao liberalismo e seus desdobramentos. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 14, n. 2, p. 52–82, 2009.
- SILVA, Josué Pereira da. Do tempo escolhido aos fins do sono: tempo de trabalho e renda básica no capitalismo tardio. **Revista Sociedade e Estado**, v.35, n.3, set./dez., p. 723–740, 2020.
- _____. Nota sobre o conceito de ‘reformas revolucionárias’ de André Gorz. **Caderno CRH**, v. 30, n. 81, p. 507–521. 2017.
- SILVA, Lays Hesse Andrade. **O processo de secundarização da força de trabalho feminina na segunda guerra mundial**. ENEP. 2016.
- SILVA, Luciana de Mesquita. **Diáspora negra em contexto de tradução: discutindo a publicação de Mulheres, raça e classe, de Angela Davis, no Brasil**. Trab. Ling. Aplic., Campinas, n. (57.1): jan./abr. 2018.
- SILVA, Luiz Marcos de Oliveira; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. Welfare State e emprego em saúde nos países avançados desde o Pós-Segunda Guerra Mundial. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 29, n. 3, p. 135-152, 2009.
- SILVA, Rodrigo C. **Era Reagan: política externa, militarização e conservadorismo estadunidense na Nova Guerra Fria**. In: VI Congresso Internacional de História: Democracia e Autoritarismo no mundo contemporâneo. 2013.
- SIMMEL, Georg. **O estrangeiro**. In: MORAES FILHO. E. (Org.). Sociologia. São Paulo: Ática, 1983.
- SMITH, Bessie. **Far Away Blues**. Columbia, 1923.
- _____. **Poor Man’s Blues**. Columbia, 1928a.

- _____. **Washwoman's Blues**. Columbia, 1928b.
- _____. **Safety Mama**. Columbia, 1931.
- SORJ, Bila. Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 43, 2000.
- SOUSA, Luísa Maria Vilhena Ribeiro de. **Forma Sinistra de Americanismo: O Puritanismo na Ética e na Retórica do Ku Klux Klan**. Dissertação (Mestrado em Estudos Americanos) – Universidade Aberta, Rio de Janeiro, 2006.
- TAYLOR, Keeanga-Yamahtta. O surgimento do movimento #vidasnegrasimportam. **Lutas Sociais**, v. 22, n. 40, 2018.
- TELES, Paulo Roberto Alves. **Occupy Wall Street e Los Indignados: uma névoa de insatisfação no século XXI**. Cadernos do Tempo Presente, n. 27, 2017.
- TERTO JR, Veriano. Homossexualidade e saúde: desafios para a terceira década de epidemia de HIV/AIDS. **Horizontes antropológicos**, v. 8, n. 17, p. 147-158, 2002.
- THOMAS, Dorothy Q. et al. **All too familiar: Sexual abuse of women in US state prisons**. **Human Rights Watch**. 1996.
- TONRY, Michael. **Malign neglect: Race, crime, and punishment in America**. Oxford University Press, 1995.
- TRAUMANN, Andrew Patrick. **A diplomacia dos petrodólares: relações do Brasil com o mundo árabe (1973-1985)**. 2007.
- TREIN, Franklin. **A vontade de poder hegemônico. A política externa de Reagan**. Ensaios FEE, v. 3, n. 2, p. 57-66, 1983.
- U.S. Abuse of Iraq Detainees at Abu Ghraib Prison**. The American Journal of International Law, vol. 98, n. 3, p. 591-596, 2004.
- UNITED States Census Bureau. **Census of Population and Housing**. 2019. Disponível em: <<https://www.census.gov/quickfacts/fact/table/US/RHI725219#RHI725219>>. Acesso em: 12 de dezembro de 2020.
- VAUGHAN, Patrícia Anne. A imagem americana de beleza física e as mudanças provocadas pelo “Black Power” na década de 60. **Rev. de Letras** - n. 22 - v. 1/2 - jan-dez. 2000.
- VIDAL, Camila. Liberalismo e conservadorismo nos Estados Unidos: construção e evolução no século XX. **Campos Neutrais-Revista Latino-Americana de Relações Internacionais**, v. 1, n. 3, p. 33-55, 2019.
- WACQUANT, Loic. Crime e castigo nos Estados Unidos: de Nixon a Clinton. **Revista de Sociologia e Política**, n. 13, p. 39-50, 1999.
- WALKER, Alice. **In search of our mothers' gardens: Womanist prose**. Houghton Mifflin Harcourt, 2004.
- WHITE, Walter. **Rope and faggot: A biography of Judge Lynch**. University of Notre Dame Press, 2002.

- WILLERS, Suzana Franz. **A inserção das perspectivas de gênero nas relações internacionais: os direitos humanos das mulheres no âmbito das Nações Unidas (1975-1995)**. 2015.
- WOODWARD, Comer Vann; MCFEELY, William S. **The strange career of Jim Crow**. Oxford University Press, USA, 2002.
- XAVIER, Matheus Carletti. **The Freedmen's Bureau e a ampliação da cidadania nos Estados Unidos (1865-1872)**. 2016.
- ŽIŽEK, Slavoj. **O violento silêncio de um novo começo**. In: *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. São Paulo: ed. Boitempo. 2012.